

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA  
REGIÃO DO VALE DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO:** estudo de caso  
do Perímetro de Irrigação Projeto Bebedouro em Petrolina –PE.

Celso Sales Franca

Recife – PE  
Novembro de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA  
REGIÃO DO VALE DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO:** estudo de caso  
do Perímetro de Irrigação Projeto Bebedouro em Petrolina –PE.

Celso Sales Franca

Dissertação apresentada como exigência  
parcial para obtenção do título de Mestre  
em Sociologia da UFPE, sob a orientação  
da Prof<sup>ª</sup> Dra. Eliane Maria Monteiro da  
Fonte.

Recife – PE  
Novembro de 2004

**F814i Franca, Celso Sales**

Impactos da Globalização e Modernização Agrícola na Região do Vale do Submédio do São Francisco: estudo de caso do Perímetro de Irrigação Projeto Bebedouro em Petrolina-PE/ Celso Sales Franca. Recife/PE: UFPE, 2004. 138p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

1- Globalização I - Título

CDU 327

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou por unanimidade, no dia 11 de novembro de 2004, a Dissertação de Celso Sales Franca, intitulada **IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DO VALE DO SUB-MÉDIO DO SÃO FRANCISCO**: estudo de caso do Perímetro de Irrigação Projeto Bebedouro em Petrolina-PE, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia – Área de Concentração – Mudança Social

*Banca Examinadora*

**Prof. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Presidente/Orientadora**

**Prof. Dr. Jonatas Ferreira - Titular Interno – PPGS**

**Prof. Dra. Maria Salett Tauk – Titular Externa - UFRP**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO E DOUTORADO

DECLARAÇÃO

Declaramos a quem interessar possa e para os fins a que se propõe, **CELSO SALES FRANCA**, depois de obtidos todos os créditos regulamentares exigidos por este Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, defendeu Dissertação de Mestrado, no dia **11 de novembro de 2004**, sob o título: **“IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DO VALE DO SUB-MÉDIO DO SÃO FRANCISCO: Estudo de caso do Perímetro de Irrigação Projeto Bebedouro em Petrolina-PE”**, a qual foi aprovada pela Comissão Examinadora, composta pelos Professores **Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Presidente/orientadora; Dr. Jonatas Ferreira – Titular Interno- PPGS; Dra. Maria Salett Tauk – Titular Externa - UFRP; Dra. Josefa Saete Barbosa Cavalcanti-Suplente Interna – PPGS e Dr. Edgard Malagodi – Suplente Externo – UFCG**, recebendo aprovação por unanimidade. Desta forma, cumpriu todas as disposições para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia. O competente diploma será oportunamente expedido por esta Universidade.

Recife, 11 de novembro de 2004

*Eliane Veras Soares*

**Prof.ª Dra. Eliane Veras Soares**  
Vice-Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia  
UFPE

**Ata da Sessão de Arguição de defesa de dissertação de CELSO SALES FRANCA, do curso de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.**

Ao décimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniram-se, na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o Exame da Dissertação de Mestrado de **CELSO SALES FRANCA**, intitulada: **“IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DO VALE DO SUB-MÉDIO DO SÃO FRANCISCO. Estudo de caso do Perímetro de Irrigação Projeto Bebedouro em Petrolina-PE”**. A comissão foi composta pelos Professores: **Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte-Presidente/orientadora; Dr. Jonatas Ferreira- Titular Interno – PPGS; Dra. Maria Salett Tauk- Titular Externa - UFRP; Dra. Josefa Salette Barbosa Cavalcanti – Suplente Interna –PPGS e Dr. Edgard Malagodi – Suplente Externo – UFCG**. Dando início aos trabalhos a Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhe ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto *deliberar sobre o trabalho* apresentado. Ao retornarem a Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte, presidente da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 11 de novembro de 2004.

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Universidade Federal de Pernambuco  
Pós-Graduação em Sociologia  
Cursos de Mestrado e Doutorado  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
12º andar sala 1263 Av. Acadêmico Hélio Ramos  
S/N Cidade Universitária Recife - PE - Brasil  
CEP. 50.670901 Fone/Fax: (081) 271.8284

## MEU TRIBUTO

A Deus, por nunca me abandonar. *As vozes de um milhão de anjos jamais expressariam minha gratidão.*

A minha querida mãe Lindinalva, que desde a minha primeira formação acadêmica me deu todo apoio, em função de um período muito difícil da minha vida e In Memoriam. A papai – Nelson Alves Franca. Sua dedicação como pai e honestidade como funcionário público Federal, vive na minha memória.

As minhas queridas tias, Maria e Didi; me faltam palavras de agradecimento, pois nunca souberam dizer não aos meus pedidos de socorro financeiro. A elas, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos Francisco, Paulo, Mary, jamais esquecerei o apoio e especialmente a meu irmão Nelson Luis que desde a minha infância me deu muitos conselhos e puxões de orelha para estudar.

Aos mestres da minha graduação e especialmente a professora Sônia Bahia e Laerton Lima, que nunca deixaram de me incentivar nesta minha nova especialização.

As minhas grandes riquezas – meus filhos, Vinícius, Felipe, Daiane e Igor que muitas vezes fui obrigado a me distanciar em função desta empreitada acadêmica.

A Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE e especialmente na pessoa do seu diretor Professor Valdenor Ramos o qual foi muito importante para o meu ingresso nesta minha pós-graduação.

Aos meus mestres da UFPE nesta minha pós-graduação em Sociologia, que deram sustentação e base teórica para o meu conhecimento intelectual e em especial aos meus orientadores Professor – Dr. Jonatas Ferreira e minha estimada Professora – Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte, que com seu terno sorriso e muita paciência, soube me orientar e ajudar nos momentos de dificuldades.

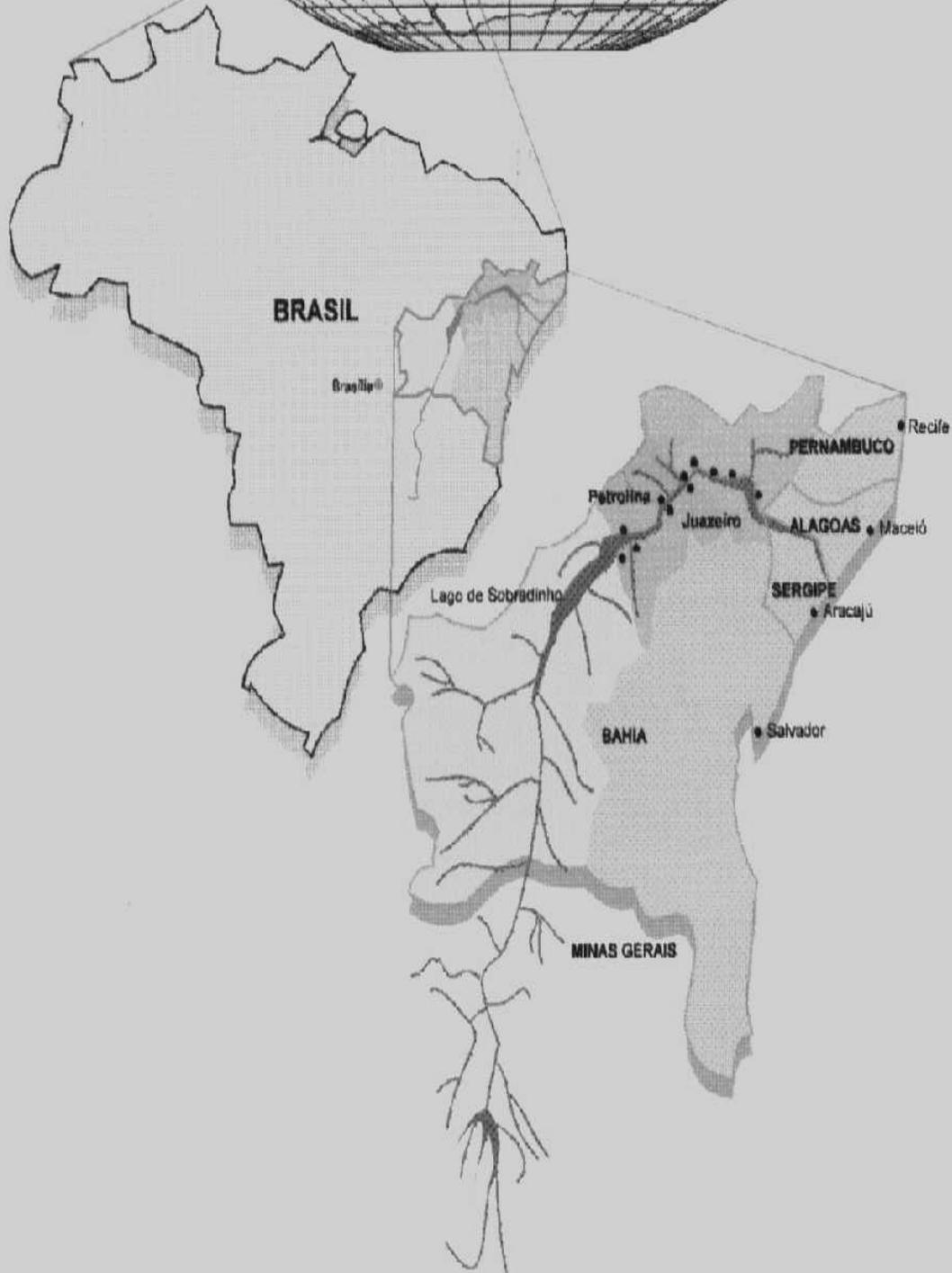
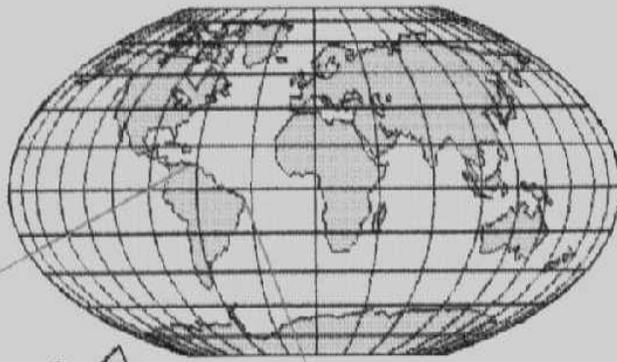
Ao meu colega de turma Alberto Moraes que com maturidade, pudemos superar as nossas desavenças e compreender que nas diferenças podemos construir coleguismo, sinceridade, amizade.

Aos amigos do Projeto Bebedouro, Nilo Coelho, que abriram as suas portas e deram todo apoio para realização desta pesquisa, bem como a CODEVASF de Petrolina e Juazeiro e a VALEXPORT, especialmente na pessoa do seu gerente Alberto Sabino Santiago.

Aos amigos Professor Valderi, pelas correções deste trabalho, ao Professor – Dr. Cícero Antonio e Cíntia do CEFET, Denise bibliotecária da FACAPE, agradeço pelo grande apoio a mim dispensado

## ***DEDICATÓRIA***

*À Solange, minha mulher, pelo seu apoio e, sobretudo, paciência para me suportar, principalmente em muitos períodos de agruras da minha vida.*



## SUMÁRIO

	<b>PAGINA</b>
<b>Listas de tabelas e figuras</b> .....	I
<b>Listas de siglas</b> .....	II
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I.</b> Globalização e seus impactos em nível local: os novos modelos de gestão organizacional na agricultura .....	10
<b>CAPÍTULO II.</b> Breve trajetória histórica da região do Submédio São Francisco .....	34
<b>CAPÍTULO III.</b> Dinâmicas globais e os sistemas produtivos do Pólo de Juazeiro-Petrolina .....	50
<b>CAPÍTULO IV.</b> Desequilíbrio sócio-econômico no Projeto Bebedouro: o caso da agricultura familiar .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	132
<b>ANEXOS</b>	

## RESUMO

Na região do submédio São Francisco houve uma reestruturação agrícola em função dos novos modelos de gestão organizacional, que decorreu pela contribuição de diferentes atores e formas de percepção na relação trabalho e capital, enfatizando como pressupostos os processos da globalização. Esse trabalho tem como proposta, um estudo de caso dos produtores familiares do Projeto Bebedouro que faz parte do pólo da fruticultura de Juazeiro-Petrolina. O que se constata nesta pesquisa é que esses produtores inspirados nos diversos modelos adotados para o desenvolvimento desta região, decorrente de programas e metas de políticas públicas implementadas pelo Estado, não tem levado esta categoria à formação de uma camada de médios produtores com espírito empreendedor. O que tem sido observado é o insucesso alcançado por esses produtores, com esquemas de produção e comercialização desfavorável a sua economia e que nas atuais condições em que se encontram, tem contribuído significativamente para o aumento da pobreza e mais exclusão social nesta região. Para elaboração desta pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos e técnicas para coleta dos dados: levantamento primário da realidade, através de contatos, visitas junto aos produtores que fazem parte do Projeto Bebedouro e outros perímetros de irrigação do pólo da fruticultura do território de Juazeiro-Petrolina, bem como a agências públicas e privadas; pesquisa bibliográfica junto aos arquivos de organizações e instituições; consulta a literatura acadêmica sobre o tema da pesquisa; realização de entrevistas não estruturada junto aos atores sociais – informantes-chaves nos diversos órgãos públicos e privados de Petrolina; aplicação de questionário junto à amostragem previamente estabelecida de produtores familiares do Projeto Bebedouro.

## ABSTRACT

In the region of submiddle São Francisco happened an agricultural reform due to new models of organizational management, that occurred by different actors contributions and forms of perception in the connection of work and money, emphasizing as presupposes the processes of globalization. This work has as a proposal, a case study of the familiar producers of Bebedouro Project which is a part of the waters of fruticultura in Petrolina-Juazeiro. What is detected by this research, is that these producers animated on several models adopted to the development of this region, ensued by programs and objectives of public political made by the State, haven't taken this category to a creation medium class producers with pushing posture. What it has being seen is the nonsuccess obtained by these producers, with schemes of unfavorable productions and marketing in their economy, and that in the current conditions that they are, has contributed very much to the increase of need e more social exclusion in this region. To make this research, it was used the following procedures and techniques to collect the data: primary survey of reality, by contacts, visit to producers who are part of Bebedouro Project and others waters perimeters of fruticultura in Juazeiro-Petrolina, and also public and private agencies; bibliographic researches in archive of enterprises and institutions; reading of academic literature about the topic of the research; accomplishing of not structured interview to the social actors – key informers in several public and private companies in Petrolina; and appliance of questionnaires to some chosen familiar producers of Bebedouro Project.

## LISTA DAS FIGURAS

	<b>PÁGINA</b>
<b>TABELA III-01</b> Distribuição dos Perímetros Irrigados .....	53
<b>FIGURA III-01</b> Produção de Manga dos Países Produtores e Exportadores.....	63
<b>TABELA III-02</b> Números da Exportação de Manga .....	64
<b>FIGURA III- 02</b> Comparativo da Exportação Brasileira para o Exterior .....	64
<b>TABELA III-03</b> Números da Exportação da Uva .....	65
<b>TABELA III-04</b> Pequena Produção dos Projetos Maria Teresa e Nilo Coelho.....	68
<b>TABELA III-05</b> Pequena Produção dos Perímetros de Juazeiro-BA .....	68
<b>TABELA III-06</b> Principais Fabricantes de Agrotóxicos.....	73
<b>FIGURA III-03</b> Circuito de Comercialização e Distribuição da Fruticultura.....	77
<b>TABELA IV-05</b> Grau de Instrução dos Agricultores Familiares .....	85
<b>TABELA IV-06</b> Modo de Adquirir os Lotes .....	87
<b>TABELA IV-07</b> Tempo de Permanência nos Lotes .....	87
<b>TABELA IV-08</b> Modo de Viver dos Agricultores Economicamente.....	88
<b>TABELA IV-09</b> Modo de Viver dos Outros Membros da Família .....	88
<b>TABELA IV-10</b> Como Viviam os Agricultores Antes de Adquirir os Lotes.....	89
<b>TABELA IV-11</b> Motivos que Levaram os Agricultores a Adquirir os Lotes.....	89
<b>QUADRO IV-01</b> Dados da Produção dos Agricultores Familiares em 2003 .....	92
<b>QUADRO IV-02</b> Produção Empresarial no Bebedouro em 2003.....	94
<b>QUADRO IV-03</b> Preço de Produto no Mercado Produtor.....	94
<b>TABELA IV-14</b> Principais Tipos de Culturas Cultivadas no Projeto Bebedouro .	95
<b>TABELA IV-15</b> Mão de Obra que Participa na Produção Familiar .....	96
<b>TABELA IV-16</b> Recursos Tecnológicos Utilizados na Agricultura.....	99
<b>TABELA IV-18</b> Motivos que Não Fazem Uso de Outros Recursos Tecnológicos ..	99
<b>FIGURA IV-01</b> Canais por Onde Percorrem a Água para os Perímetros .....	103
<b>FIGURA IV-02</b> Modelo de Irrigação por Gravidade Utilizado no Bebedouro.....	103
<b>FIGURA IV-03</b> Situação dos lotes Provocado pelo Excesso D'água.....	104
<b>TABELA IV-23</b> Tipos de Equipamentos Utilizados na Produção.....	101
<b>TABELA IV-28</b> Relação Comercial com Empresas .....	104
<b>TABELA IV-29</b> Distribuição do Produto .....	105
<b>TABELA IV-30</b> Dificuldades Encontradas para Comercialização do Produto .....	105
<b>TABELA IV-31</b> Dificuldades na Condução das Atividades Agrícolas .....	107
<b>FIGURA IV- 04</b> Núcleo Habitacional do Assentamento Mansueto de Labor .....	114
<b>QUADRO IV-04</b> Preço do Feijão de Corda no Mercado Produtor.....	109
<b>FIGURA IV- 05</b> Colheita do Feijão de Corda no Assentamento São José .....	110
<b>QUADRO IV-05</b> Custo por Hectare Ano da Manga.....	111

**LISTAS DE SIGLAS**

BGMB	Brazilian Grapes Marketing Board
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste,
EBDA	Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrícola
EMATERPE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFPP	Faculdade de Formação de Professores de Petrolina
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNE	Fundo Nacional Constitucional do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MAARA	Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária
PADFIN	Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste
PROIR	Programa de Apoio à Agricultura irrigada
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
Sic-Vale	Sistema Integrado de Comercialização do Vale do São Francisco
SMSF	Submédio do São Francisco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
USDA	United States Department of Agriculture
VALEXPORT	Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

## INTRODUÇÃO

No Vale do Submédio do São Francisco – região Nordeste do Brasil, especificamente no pólo de irrigação da fruticultura de Juazeiro-BA-Petrolina-PE - sob a influência dos novos paradigmas de gestão e de tecnologia, observa-se uma reestruturação da produção cujo resultado tem sido a modernização agrícola. Isto vem ocorrendo, principalmente a partir da década de 1990, como exigência de se ter melhor qualidade e distribuição do produto não só nos mercados nacionais, mas principalmente ter competitividade para alcançar os mercados internacionais.

A crescente complexidade desses mercados e a intensificação da concorrência, decorrentes, entre outros fatores, da aceleração do processo de globalização que no campo tecnológico, produtivo ou financeiro, dá à estabilização demográfica e dá diminuição do ritmo de expansão da renda nas principais economias mundiais, no fim da década de 1960 a exemplo da crise do petróleo, organização da classe trabalhadora entre outros, impondo a criação de novas formas de organização e a redefinição das estratégias empresariais, à medida que exigências de qualidade, flexibilidade e inovação, passam a determinar as condições de competitividade para ajustes organizacionais e técnicos tornando-se obrigatória a identificação de nichos de atuação específica, proporcionando a aquisição de vantagens competitivas oriundas da experiência acumulada pelas firmas.

Juazeiro e Petrolina, território da agricultura irrigada do Nordeste do Brasil, especializado na produção de frutas, tem origem na década de 1960, onde começam a chegar os investimentos públicos visando ao desenvolvimento do Vale do São Francisco. A constituição de 1946 determinava a realização de investimentos públicos no Vale do Submédio do São Francisco e nesse contexto, em 16 de julho de 1974

através da Lei nº 6.088, cria-se a CODEVASF com a intenção de regularizar o curso da água do Rio São Francisco, utilizar o seu potencial elétrico, fomentar a indústria e a agricultura, modernizar a rede de transportes, incrementar a irrigação e, assim lograr o desenvolvimento desse território considerado atrasado durante décadas. Paralelamente, outros organismos estatais foram sendo instalados com o objetivo de subsidiar e apoiar as tarefas de desenvolvimento relacionadas especificamente com a pesquisa agropecuária, financiamento, educação técnica e superior, tais como a EMBRAPA, o Banco do Nordeste, as Escolas Técnicas e a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as estratégias utilizadas pelas redes de produção, comercialização e distribuição de seus produtos do ponto de vista da gestão e da tecnologia da agricultura para responder às exigências atuais por competitividade. Diante desta perspectiva, torna-se de fundamental importância pesquisar também as estratégias dos agentes públicos e privados, para entender o comportamento desses atores frente a atual conjuntura de liberalização dos mercados, os quais requerem que a relação capital e trabalho sejam também redefinidos.

No perímetro de irrigação do Projeto Bebedouro, área escolhida como estudo de caso, essas transformações implicam em novas exigências de produzir para um mercado consumidor cada vez mais amplo e ao mesmo tempo restrito e exigente. Neste contexto, se reproduzem as funções dominantes de caráter estratégico por parte de grandes corporações, que detêm o poder de controle sobre a economia deste território (decisão, pesquisa, tecnologia), além das atividades produtivas que geram maior valor agregado, intensivo no uso de capital, favorecendo a consolidação de redes empresarias.

Tomando como base o que foi dito acima, é objetivo desta pesquisa compreender o significado dessa reestruturação agrícola na área do Projeto de Irrigação (Projeto Bebedouro) em Petrolina –PE buscando, com esse intuito, analisar os rumos que esse Projeto de Irrigação tem tomado. Esta pesquisa busca, portanto, responder as seguintes questões: Quais os principais fatores que deram impulso à fruticultura no Projeto de Irrigação Bebedouro? Quais as conseqüências do processo de reestruturação produtiva, protagonizado pela fruticultura para os diferentes atores e agentes sociais envolvidos na agricultura irrigada da região? Em que medida as diversas categorias de produtores se fortalecem ou não, a partir da inserção dos seus produtos nos mercados nos níveis local, regional e internacional?

Diante destas questões, o problema que se coloca é compreender as transformações nos âmbitos sócio-econômico e cultural-organizacional que resultam da reestruturação agrícola no Projeto Bebedouro, ou seja, compreender como se faz o convívio entre grandes empresas e os agricultores familiares, já que os mesmos convivem no mesmo local e espaço. Nesse sentido, busca-se investigar que vantagens são apropriadas pelas diversas categorias de produtores rurais nestas relações, como esta modernização está sendo implementada e quem está sendo beneficiado no contexto socioeconômico do desenvolvimento regional.

Para o desenvolvimento do trabalho proposto, partiu-se das seguintes hipóteses: a dinâmica da fruticultura do pólo Juazeiro-Petrolina decorreu basicamente, da capacidade que os grandes produtores tiveram de se apropriar de uma estrutura com incentivos do Estado, inicialmente planejada para atender o pequeno agricultor regional. Como hipótese secundária, identificamos uma reversão no comportamento tradicional dos produtores regionais, o que permitiu inovações organizacionais e tecnológicas em todos os estágios da produção e comercialização. Esses ajustes

favoreceram a melhoria na qualidade da produção, que, por seu turno, tem se apresentado como aspecto determinante na garantia de competitividade desses produtos nos mercados globalizados.

O objetivo geral desta dissertação é compreender o papel dos novos paradigmas e das atuais premissas de gestão e tecnologia no Projeto Bebedouro<sup>1</sup>, buscando esclarecer em que grau efetivamente este perímetro da fruticultura irrigada se fortalece ou não com a aplicação dos atuais modelos de gestão. É importante analisar em que medida os novos paradigmas tecnológicos e organizacionais, comumente ao sucesso de grandes corporações, interferem positivamente na produção familiar, de forma que possamos avaliar os resultados socioeconômicos.

Outro objetivo desta pesquisa é verificar se os paradigmas atuais de negócios permitem a adaptação e a integração destes produtores, num ambiente amplamente mutante e competitivo. Tais avaliações serão consideradas em razão do desempenho desses produtores, considerando as novas formas de gestão, tomando como *base: estrutural* - consiste na análise dos recursos humanos, tecnologia, financiamento dos atores institucionais; *atores sociais* - consiste em analisar o grau de integração no sistema produtivo e as suas tendências de inserção nas relações comerciais; *mercados* - que compreende o exame da capacidade desse pólo em atingir o mercado consumidor e de como alcança a competitividade nos mercados globais.

O Projeto Bebedouro, que entrou em operação no ano de 1968, foi escolhido

---

<sup>1</sup> O Projeto Bebedouro como fonte de análise desse trabalho, não se apóia apenas na sua delimitação territorial. O pólo de irrigação de Juazeiro-Petrolina, é aqui considerado também como área delimitada á análise de estudo, em função da influência dos agentes estruturais públicos e privados.

como estudo de caso por ser o primeiro perímetro irrigado a ser implantado no Submédio do São Francisco. Ele está localizado a 45 quilômetros da cidade de Petrolina e abrange uma área total de 8.076 hectares. Dentro desta área há 164 lotes que totalizam 1.938,96 hectares irrigados sendo que 1.090,86 ocupados por 157 agricultores familiares com área entre 3 a 8 hectares. Uma área ocupada pela EMBRAPA com 210,50 hectares, destinada à geração e adaptação de tecnologia para irrigação e o serviço de produção de sementes básicas. Uma estação de piscicultura ligada a CODEVASF com área de 20,40 hectares.

Duas empresas privadas, a Kiota agrícola com 29, 30 hectares e a Tambau Agropecuária, com 187,90 hectares. Dois assentamentos, o São José do Vale que abrange uma área de 75 hectares e o Mansueto de Lavor com área de 325 hectares destinados para os projetos dos denominados *Sem Terra*. O sistema de irrigação para os 157 produtores familiares é a infiltração por sulcos. A rede de drenagem é composta por 64 km de canais superficiais e de drenos subterrâneos. As empresas públicas e privadas já não usam esse tipo de sistema considerado ultrapassado, preferindo o sistema de microaspersão. Os assentamentos por sua vez, mesmo que instalados nesta área do referido Projeto não são contemplados por esses canais e puxam a água através de moto-bombas diretamente do Rio São Francisco com apoio do INCRA.

As principais culturas produzidas são: uva, manga, feijão, melancia, goiaba, milho. Em relação à rede de infra-estrutura social, destaca-se a existência de 7 núcleos habitacionais, com 257 residências e mais 600 nos lotes, totalizando 1397 habitantes, duas escolas, de ensino fundamental (1ª. a 4ª. séries) e 5ª a 8ª séries, 2 creches, um posto de saúde pública e dois clubes de lazer.

Pesquisar tais aspectos do Projeto Bebedouro justifica-se pela oportunidade de ampliação dos conhecimentos sobre esse perímetro de irrigação, primeiro a ser instalado na região e importante para a economia regional, porém pouco estudado nos seus aspectos sociológicos. Além disso, trata-se de um perímetro de irrigação, sujeito aos impactos das transformações globais econômicas e cuja competitividade está atrelada a parâmetros internacionais.

A pesquisa pode ajudar a compreender se há uma crise instalada não só no Projeto Bebedouro, mas também no pólo Juazeiro-Petrolina, que ao longo dos últimos anos tem se mostrado como próspero e lucrativo, diante dos novos modelos de gestão organizacional, tecnologia, mercado, etc., de forma que possam ser identificadas as formas de inserção dos diversos atores sociais que convivem nesse mesmo espaço.

Uma primeira observação que se fez necessária foi a da realidade na qual está inserido o agricultor familiar, alvo da pesquisa de campo, o que nos permitiu ver com mais clareza a problemática e, de forma contextualizada, as relações múltiplas que se estabelecem no local escolhido como estudo de caso. Foi importante compreender qual é o ponto de vista dos indivíduos pesquisados acerca da situação em que vive, qual a percepção dos que produzem no perímetro de irrigação do Projeto Bebedouro, quais os seus problemas e preocupações.

Fez-se necessário aí aprender a lógica dos pesquisados, mesmo que à primeira vista, as suas inferências e raciocínios possam parecer irracionais. Essas circunstâncias particulares que cercam a realidade social, condicionam o processo dessa observação. Foi com este propósito, ou seja, com o intuito de observar mais de perto esses atores e suas relações produtivas, que foram realizadas várias visitas às pequenas unidades de produção localizadas no Projeto Bebedouro.

Na nossa primeira visita, foram realizadas entrevistas informais com dois técnicos agrônomos, D. S. O. e I. P. C., ambos lotados no escritório da sede administrativa do Projeto Bebedouro. A escolha desses dois técnicos foi proposital, em função das suas experiências e tempo de trabalho à frente desse perímetro de irrigação. Nas duas visitas de campo seguintes, com dia e hora marcada, foram acompanhadas com a presença de um guia – funcionário da sede, indicado pelos técnicos acima citados, aos produtores familiares, bem como nos assentamentos São José do Vale e Mansueto De Lavor. Na oportunidade, pôde-se conhecer mais de perto os sistemas de produção, sistemas de irrigação, tecnologia aplicada, os problemas relativos ao solo, o ataque das pragas às culturas desenvolvidas, a relação do trabalho, bem como o processo para comercialização dos produtos.

Esse primeiro passo foi importante, porque se pôde verificar *in loco* o perfil dos agricultores familiares, o funcionamento das suas estruturas, o grau de informalidade existente, problemas vivenciados e perspectivas de produção, os quais serviram como base para elaboração de um questionário<sup>2</sup> composto de perguntas quantitativas e qualitativas, que foi aplicado junto aos produtores familiares no decorrer de outras visitas. Estas informações são analisadas no capítulo IV.

Após conhecer mais de perto a realidade do Perímetro de Irrigação – Projeto Bebedouro, foi feita uma pesquisa documental e de dados secundários junto a órgãos públicos e privados na cidade de Petrolina e Juazeiro sendo estes, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-CODEVASF; Banco do Nordeste do Brasil-BNB; EMBRAPA Semi-Árido; Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária; Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; Companhia Hidroelétrica do São

---

<sup>2</sup> O questionário está exposto no anexo deste trabalho.

Francisco-CHESF; Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho; Mercado Produtor de Juazeiro-BA; Associação dos Produtores Exportadores de Hortigrangeiros e Derivados do Vale do São Francisco-VALEXPOR; e Delegacia Regional do Trabalho-DRT.

A complementação das informações obtidas na análise desta documentação foi realizada através de entrevistas, em *profundidade*, junto aos informantes de cada instituição e organização acima citadas. Essas entrevistas permitiram elucidar, de forma mais concreta, o funcionamento da estrutura dos sistemas produtivos do pólo de Juazeiro-Petrolina e sua relação com os mercados.

A população objeto da pesquisa, todavia, foi circunscrita à categoria dos produtores familiares, no total de 157, que fazem parte do Projeto Bebedouro. Os entrevistados foram escolhidos por amostragem intencional não probabilística de “acessibilidade ou por conveniência”, no total de 100, levando em consideração basicamente três critérios: atividade (os que estão produzindo), tamanho da propriedade – entre 3 a 8 hectares (classificação para produtor familiar de acordo com a CODEVASF), maior tempo em que estão instalados no Projeto Bebedouro, além de indicações dos técnicos que trabalham no distrito – sede administrativa do Projeto, os quais sugeriram, com base nesses critérios, os produtores a serem entrevistados.

O questionário teve como principal objetivo traçar o perfil dos entrevistados, com perguntas de ordem quantitativas e qualitativas, que além das variáveis (escolaridade, naturalidade, situação sócio-econômica), oferece dados gerais dos informantes quanto aos aspectos da estrutura da modernização agrícola no Projeto Bebedouro e como se dá à distribuição dos seus produtos para os mercados.

A dissertação está organizada em cinco capítulos: No capítulo I, é feita uma revisão bibliográfica sobre o tema e apresenta-se a fundamentação teórica que embasou a pesquisa. Com base na literatura existente, discutimos as transformações

vivenciadas pela sociedade como resultado do processo da globalização da economia e como tais transformações têm gerado impactos em territórios rurais localizados em diferentes espaços com sistemas distintos de organização – sejam eles políticos, econômicos, sociais e ambientais.

No capítulo II, traçamos uma breve trajetória do processo histórico de construção do Projeto Bebedouro e o território de Juazeiro e Petrolina, desde a colonização brasileira, que, na região, processou-se através do rio São Francisco, com a formação da pecuária extensiva e da agricultura de vazante, e sua formação política e estatal.

No capítulo III, com base nos dados das entrevistas e histórias de vida dos diversos atores sociais, analisam-se as tendências de desenvolvimento econômico, estrutural, os mercados e os atores sociais do pólo da fruticultura irrigada de Juazeiro-Petrolina, incluindo uma descrição das cadeias produtivas, destacando-se as redes de comercialização e distribuição da produção.

O capítulo IV é reservado à análise dos dados coletados, a partir dos questionários aplicados aos agricultores familiares localizados no Projeto Bebedouro, buscando-se discutir as suas relações e inserção nos novos modelos de gestão organizacional.

Finalmente, com base nas análises realizadas nos capítulos anteriores e os principais resultados obtidos nos dados coletados, tecemos a título de conclusão, algumas considerações, através das quais tentamos fazer um balanço do arranjo de interesses entre os vários atores envolvidos, evidenciando os impactos desta modernização agrícola no pólo da fruticultura e suas conseqüências na vida da população da região do Submédio do São Francisco e algumas recomendações para os

atores institucionais na busca de melhor compreensão para inserção dos agricultores familiares nesse processo econômico.

## **CAPÍTULO I. GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO NÍVEL LOCAL: OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO ORGANIZACIONAL NA AGRICULTURA.**

O objetivo deste capítulo é fazer uma reflexão da literatura disponível sobre o tema desta dissertação, buscando subsídios para fazer um recorte sociológico do meu objeto de pesquisa. Dentre a produção acadêmica sobre globalização e agricultura no âmbito das ciências sociais, destacam-se as abordagens sobre a dinâmica dos vários setores econômicos, vinculados ao processo da globalização e suas principais vertentes – tecnológica, produtiva e financeira, que tem privilegiado os grandes complexos agroindustriais.

- ***Reestruturação produtiva no capitalismo mundial***

Nas concepções de vários autores, entre eles, Hobsbawm (1995), Ianni (1999), Dupas (2001), Martins (2001), Castells (1999), na sociedade do século XX, no período do pós-guerra, a doutrina neoliberal apresenta a ciência e a tecnologia como a novidade alvissareira para resolução dos problemas sociais não resolvidos no século passado. Essa novidade, que no passado foi alimentada ideologicamente pela doutrina do liberalismo é hoje realimentada por um novo discurso de cunho progressista, nas novas promessas de união entre as nações e harmonia entre os homens, com o nome de globalização da economia.

Esse atual ambiente em que vive a sociedade mundial, tem despertado o interesse de diversos cientistas, que buscam analisar e interpretar as diversas transformações que

vêm sendo processadas pela internacionalização das relações econômicas e comerciais e seus impactos nas cidades, nas regiões, nos territórios e na vida cotidiana das pessoas.

Nesse campo de transformações entre outras, duas áreas merecem a devida atenção: a de tecnologia e ciência, as quais vieram junto com a modernização da informação nos anos 80, solução que se fez necessária ao meu ver, para a reestruturação do capitalismo na crise dos anos 70. Segundo Castells (1999: 36), o modelo Keynesiano de crescimento capitalista, que levou prosperidade econômica sem precedentes e estabilidade social à maior parte das economias de mercado durante quase três décadas após a segunda guerra mundial, atingiu as próprias limitações no início da década de 70.

O capital precisava de um renascimento para enfrentar um ambiente econômico que se degradava e, no final da década de 70 e início dos anos 80, a crise se potencializava, com a elevação dos preços de petróleo pela OPEP. (Dupas, 2001: 30). O capitalismo não passava apenas por uma crise de saturação da demanda, havia também uma crise energética como pano de fundo. O que se pode constatar nesse período é que as economias que melhor resistiram à crise foram aquelas em que as novas tecnologias estavam mais difundidas e aplicadas. Assim a modernização tecnológica foi a saída para tornar as empresas mais adaptáveis e mais competitivas.

Segundo Dupas (2001: 30-31), hoje o capitalismo está alimentado pela força de suas contradições neste processo de globalização. Por um lado, existe uma enorme escala de investimentos tecnológicos de produtos e processos e, por outro lado, a criação de uma onda de fragmentação – terceirizações, franquias e informalização, em que cresce a exclusão pelo desemprego estrutural.

Para Ianni (1999: 57), pode-se identificar como características da globalização, a revolução da informática e o sistema de comunicações; a organização de um sistema

financeiro internacional; o poder de decisão das grandes empresas internacionais; a reprodução ampliada do capital nos quatro cantos do mundo; e, expansão do projeto neoliberal. Essa intensa e generalizada internacionalização do capital ocorre no âmbito da intensa e generalizada internacionalização do processo produtivo

Há uma generalização transformando o mundo em algo semelhante a uma fábrica global (Ianni, 1997: 52). A mais-valia se tornou universal e isso foi possível porque a produção se deu em escala mundial por intermédio das empresas que concorrem entre si ferozmente. Verifica-se um patamar de internacionalização, no qual se mundializa o dinheiro, o produto, o crédito, o consumo, a informação. O mundo hoje é um motor único (Santos, 2000: 29-30). O universo do consumo constrói-se enquanto instância legitimadora da transnacionalização que se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como, o Estado, a escola, e a família (Osório & Siqueira, 2001: 68).

Hoje, as comunicações, representadas pelo desenvolvimento da microeletrônica, produzem a compressão do tempo e do espaço, fazendo com que as relações se realizem em tempo real alterando assim, toda a organização do processo produtivo. Atualmente vivemos em um período em que os fluxos de informação se tornaram instantâneos onde tempo e espaço foram comprimidos, virando até artigos de luxo. Segundo Castells (1999: 21), uma revolução concentrada nas tecnologias da informação, que está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado sem precedentes. A revolução nos meios de transportes promoveu as aproximações das relações mundiais, estabelecendo grandes fluxos de mercadorias e pessoas antes jamais vistos.

Ulrich Beck (1999), analisa uma globalização psicológica que afeta a todos e que nas idéias de Otávio Ianni (1999), ao mesmo tempo em que encanta, atemoriza, criando com isso, segundo Giddens (1991), um processo de descontinuidade em relação às

culturas tradicionais, pois a sua importância é o desenvolvimento de blocos econômicos regionais para expansão e fortalecimento do chamado mercado global, sem qualquer preocupação com as questões culturais e sociais, nem tão pouco a criação de uma comunidade humana universal.

No mundo atual, esse processo beneficiado pelo desenvolvimento das novas tecnologias comprime o tempo e o espaço, tornando mais rápidas e voláteis as relações e intercâmbios de informação, de capital, de pessoas e de mercadorias, dando a impressão de um mundo mais unido e mais próximo, que na visão de Paulo Martins (2001), “por um discurso sutil e ideológico” e ao mesmo tempo, afastando as relações entre os seres humanos, em países e regiões. Um mundo globalizado e também fragmentado, diferenciado, em cujo espaço, podem-se verificar diversas realidades em velocidades distintas.

Esse mundo supostamente globalizado vem aprofundando, reforçando e estimulando a unificação de economias de diversos países, seja entre ricos e ricos, ricos e pobres, pobres e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, centrais e periféricos. No caso específico dos territórios rurais, esse tipo de mecanismo vem interferindo e determinando cada vez mais na organização interna e pauta de produção da agricultura familiar (Wanderley, 1979), num modelo de modernização forçada, excludente (Martins, 2000), e que segundo Vieira (2001: 96), vem gerando múltiplas consequências de desestabilização das identidades locais em que afetam os Estados nacionais, as quais ficaram debilitados com a intensidade dos fluxos transnacionais.

Essa modernização é salientada segundo Dupas (2001), como ideologia do progresso que vem se caracterizar num discurso altamente conservador, que no dizer de Castells (1999), decorre para alienação entre os grupos sociais, que segundo (Oliveira, 1994: 38), nesse processo vem se caracterizar no desenvolvimento de novas

categorias e classes sociais, que de acordo com (Demo,1988: 10-11), a do pobre já degradado e humilhado constituído nos atuais miseráveis; e no pós-moderno proletariado, este ainda de terno e gravata.

Segundo Beck (1999: 211-212), a globalização é um vírus mental que se disseminou por todas as instituições e que subordina a política, a ciência e a cultura ao primado da economia. Essas combinações sociais, culturais, econômicas e políticas, elaboradas pelos países dominantes, produzem distintas soluções, impasses, conflitos e perspectivas, aos padrões e valores culturais, no modo de ser, sentir, agir, sonhar, imaginar, causando tensões em todo o mundo ocidental.(Ianni, 1999: 82).

Para Milton Santos (2000), a globalização tem produzido um efeito contraditório na vida da maioria da população e mais particularmente nas periferias. Ainda na concepção deste autor, no caso brasileiro, revela-se à profunda crise que o processo de globalização está criando em que boa parte da população não tem acesso aos novos modelos de produção, acirrando ainda mais a desigualdade social (Santos, 2001:19).

Segundo Martins (2001: 98-103), a aceitação desta lógica de um mundo globalizado, está escamoteada na natureza do discurso ideológico do neoliberalismo, ligada a interesses estratégicos, numa filosofia utilitarista, justificado pela doutrina positivista de ordem e de progresso, que favorecem os ideais de ganho econômico e tecnológico e de competição individualista, que em contrapartida apresenta-se como elemento de desordem nos seus interstícios, com ampliação dos sintomas de violência social e a desarticulação das instituições.

Essas visões relativamente otimistas da globalização, que vêm nela um momento superior da modernidade, um processo histórico e unificador das culturas nacionais e locais, foram concebidas durante os últimos anos em que apareceu como uma novidade alvissareira, como sinal revelador de uma nova e eminente ordem global que seria aparentemente mais justa e mais democrática. (Martins,2001:103).

Os principais efeitos da globalização dizem respeito à alocação espacial de investimentos e à criação de ambientes propícios à aquisição e à manutenção de níveis satisfatórios de produção não só em função das chamadas vantagens comparativas, mas das vantagens competitivas.

Segundo Vieira (2001: 93), dada à mobilidade dos capitais em busca das melhores vantagens em função das restrições impostas à mobilidade da força de trabalho e, conseqüentemente, a obsolescência tanto de regimes extensivos de direitos sociais, quanto das regulações econômicas nacionais contrárias às expectativas dos mercados globais e das corporações transnacionais. Nessa visão, os Estados nacionais deveriam ceder lugar a autoridades regionais ou locais do sistema global, verdadeiros pontos de apoio das redes tecidas pelas corporações transnacionais.

Neste atual ambiente de globalização, a competitividade do sistema produtivo depende da eficiência das organizações empresariais em termos de custos de implantação e de operação dos empreendimentos. Segundo Dupas (2001: 21-22), o capital como elemento adicional para valorização das grandes empresas, vem utilizando as novas tecnologias flexíveis e abertas para aproveitar a diversidade do mercado de trabalho internacional. Com a ampla fragmentação geográfica das cadeias produtivas, permitidas pela tecnologia da informação é possível utilizar os grandes bolsões de mão-de-obra barata existentes nos países periféricos, sem ter que arcar com suas infinitas demandas de *welfare* e sua capacidade de gerar tensões sociais nos países centrais.

Tais mudanças geraram múltiplas conseqüências de desestabilização das identidades territoriais tradicionais gerando uma multiplicidade de novas identidades e solidariedades coletivas subnacionais e supranacionais, que com os mecanismos

dominantes de governança global, promoveram novas concentrações de poder, que sem admitir controle democrático, afetam profundamente a autonomia dos Estados individuais, impondo restrições severas à sua capacidade tradicional de integração social e nacional, acarretando nas seguintes implicações: reversão do papel do Estado, com relação à regulação do mercado e sua responsabilidade social; apatia e desconfiança das populações com a política convencional (Vieira 2001: 98).

Essa reversão do papel do Estado ocorre, segundo Bonanno (1999: 63), pelo fato do Estado não controlar os fluxos de recursos econômicos de acordo com regras estabelecidas através de processos democráticos, ou seja, vê-se o enfraquecimento do Estado pela falta de capacidade do mesmo em não controlar o mercado; o que nos remete a visão de Liszt Vieira;

[...] diante das novas condições de internacionalização da produção, do comércio, e das finanças, tornam-se evidentes as restrições que seu funcionamento e suas forças dominantes impõem à soberania e às margens de autonomia dos Estados nacionais bem como o seu papel de agente do desenvolvimento econômico e garantidor da coesão e integração social e nacional (Vieira, 2001: 93).

Ainda de acordo com Alessandro Bonanno, essa perda de controle do Estado, entretanto, deve ser entendido em termos relativos, dada a sua formação histórica no desenvolvimento de acumulação capitalista por uma burguesia a qual gerou formas de atividades econômicas e sociais, centrada num discurso ideológico, que com base nos direitos de liberdade individual, criou uma estrutura a seu favor na acumulação de capital com apoio do Estado, tornando este, dependente e incapaz de se sustentar, uma vez que as forças econômicas e políticas passaram a ditar as normas, aumentando com isso ainda mais sua incapacidade de representar os desejos de seus cidadãos (Bonanno, 1999: 64-65).

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade<sup>1</sup> de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes (Castells,1999: 21). Os países centrais - dominantes deixaram de concentrar as corporações, tornando evidente a dispersão geográfica da produção e das forças produtivas por uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, superando os procedimentos do fordismo<sup>2</sup> das linhas de montagem de produtos homogêneos e desenvolvendo no taylorismo, identificado como pós-fordismo.

Segundo Bonanno, essa flexibilidade em escala global e a liberdade para colonizar e mercantilizar, vem destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando uma descentralização da produção e nas formas mais divergentes de organização, contra as possíveis mudanças econômicas e à obtenção de mais vantagens através dos novos instrumentos financeiros e fiscais, utilizando o Estado para aumentar a mobilidade de capital e com isso corroendo os seus próprios instrumentos regulatórios em nível local, regional e nacional, reduzindo o poder de barganha e as influências do trabalho (Bonanno et al. (1999: 52-53).

---

<sup>1</sup> A palavra “flexibilidade” entrou na língua inglesa no século XV. Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. “Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas.

<sup>2</sup> Entenda-se por Fordismo, conjunto de princípios desenvolvido pelo empresário norte-americano Henry Ford (1847-1931), em sua fábrica de automóveis com o objetivo de racionalizar e aumentar a produção. Em 1909, Ford introduz a linha de montagem – uma inovação tecnológica revolucionária. Os veículos são colocados numa esteira e passam de um operário a outro, para que cada um faça uma etapa do trabalho. A expressão Fordismo passa a significar produção em série. O Taylorismo, da mesma forma é definido como sistema de exploração industrial devido a Frederick W. Taylor, engenheiro e economista norte americano (1856-1915), que baseado nos princípios da psicotécnica e da organização nacional do trabalho e com o qual se procura alcançar o máximo de rendimento com o mínimo de tempo e atividade.

De acordo com (Sennett, 2000: 54-56), flexibilidade é um sistema de poder que se esconde nas modernas formas de reinvenção descontínua das instituições, ou seja, produzir mais com menos trabalhadores para obtenção de maiores lucros.

Este novo modelo político-econômico proposto para a sociedade, que apresenta um mundo aparentemente harmônico é analisado por muitos autores, entre os quais Gilberto Dupas, (2001), como a busca de poder pelos homens, que comandam as estruturas econômicas e produtivas na busca de ganhos exacerbados e, num paradoxo, produzem um mundo de crise, depressão, incertezas, desemprego, deixando para trás um rastro de pobreza e desigualdade social sem precedentes.

Dentro deste quadro atual, o neocorporativismo que apesar do seu discurso neoliberal proporcionou um aporte adequado em parceria com o Estado, sendo este, nesse processo, um forte ator, implementando políticas públicas adequadas para articular os interesses do grande capital, política esta, estendida aos territórios rurais periféricos, em torno dos grandes complexos agroindustriais, a exemplo do pólo da fruticultura irrigada do território de Petrolina e Juazeiro.

- *O Brasil frente a essas mudanças*

Na concepção de Oliveira (1987: 136), no início dos anos sessenta, o debate em torno da questão agrária no Brasil, foi marcado por posições divergentes. A estratégia de desenvolvimento a ser adotada para solucionar os problemas enfrentados no meio rural, era de que a agricultura brasileira apresentava uma baixa produtividade, gerando em função disto, crises no abastecimento interno e, conseqüentemente, elevação nos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado, a contribuição da agricultura para a exportação era pequena, representando assim, uma reduzida entrada de divisas. A

elevação destas era uma condição importante para viabilizar a industrialização do país que, desde 1930, vinha se consolidando como o “setor chave” da economia brasileira.

Segundo Aguiar (1986), em torno do debate destas questões, duas posições sobressaíam-se na sociedade. Uma que acreditava que a origem destes problemas estava relacionada à concentração da estrutura fundiária, na forma de latifúndios improdutivos. Frente a esta questão, propunha-se uma Reforma Agrária para desconcentrar a propriedade da terra. Esta era uma proposta distributivista, que visava aumentar a produtividade agrícola de gêneros alimentícios através da distribuição de terras aos pequenos produtores rurais. A outra posição baseava-se no atraso técnico da agricultura e não da concentração da terra. Esta vertente propunha, como solução para resolver o problema, a alteração do padrão tecnológico da agricultura, sem, contudo, mexer na estrutura fundiária.

O golpe militar de 1964 elevou ao poder os setores sociais que defendiam esta última vertente, contrários às reformas, entre elas, a Reforma Agrária. Tratava-se, portanto, de representantes do grande latifúndio que buscaram reorientar a agricultura no Brasil no período pós-64, a partir da intervenção do Estado. A estratégia dominante para o desenvolvimento rural traçada a partir daí, objetivava transformar latifúndios improdutivos em modernas empresas agrícolas.

Para viabilizar este objetivo, cabia ao Estado acelerar a modernização tecnológica, visando elevar a produtividade de culturas que agregasse valor comercial, destinada, sobretudo ao mercado internacional. A partir daí, a modernização agrícola constituiu-se na principal diretriz política, como uma nova estratégia de desenvolvimento.

No dizer de Adorno (1991: 186), o processo de modernização requerido como suporte para o aprofundamento e expansão da sociedade capitalista, no Brasil avançou

sobre as mais diversas atividades, entre as quais a construção civil, as telecomunicações, os transportes, a agricultura, para citar algumas. O certo é que com a intensidade com que essas mudanças se verificaram, não contribuíram com seus benefícios para o conjunto da população, caminhando vis-à-vis a ampliação das desigualdades sociais, em que a população pobre, de baixa renda do campo e das cidades, pagou o ônus do crescimento e do dinamismo econômico.

Como bem salienta Oliveira (1994: 38), esse processo de transformações ocorridas no Brasil, especialmente no desenvolvimento do setor industrial refletiu no desenvolvimento de novas categorias e classes sociais. As de origem burguesa – comerciantes, banqueiros, industriais, latifundiários e do seu oposto – o proletariado urbano e rural, formado por operários destes setores acima referidos.

Do ponto de vista social e político, de acordo com Vita, (1989: 151), a peculiaridade da industrialização brasileira se constituiu na acomodação dos interesses dos setores tradicionais (as oligarquias agrárias) das classes dominantes com seus setores “modernos” (a burguesia financeira e industrial). Isso não exclui eventuais escaramuças entre essas duas categorias de classes dominantes, como as que ocorreram durante a República Velha (1889 – 1930), em torno de determinadas medidas de política econômica, como por exemplo, a taxaço de produtos manufaturados ou liberaço da importaço de matérias-primas utilizadas pela indústria, gerada por um acordo implícito, para acomodação das oligarquias e a burguesia moderna.

Entretanto, em que pesem as divergências momentâneas, a marca da modernização brasileira foi à conciliaço entre a burguesia urbana e as oligarquias agrárias, que com seus arranjos, afetou as condições de vida dos operários brasileiros, entre tantas, a jornada de trabalho (Vita, 1989: 152). Apesar de mudanças ocorridas a partir do período da aboliço da escravatura até a criação do Estatuto do Trabalhador

Rural, quando surgiram novas relações de trabalho, tal situação não mudou muito.

Segundo Benjamin;

[...] nunca superamos de todo essa dupla herança colonial-escravista-em referência à forma de pensar da elite brasileira. Ao longo de nossa história, essa massa popular marginalizada tem sido reiteradamente remetida à mera luta pela sobrevivência, sendo encarada pelas elites, - ontem como hoje, numa imensa reserva de força de trabalho à disposição de projetos totalmente estranhos a ela (Benjamin,1998:75).

Na década de 70, já sob os efeitos do “milagre brasileiro”, a nossa agricultura atingiu um importante processo de modernização quanto às técnicas de produção. O uso de trator, insumos, agrotóxicos, sementes selecionadas e medicamentos veterinários passou a ser mais acentuado. De acordo com Graziano Neto, (1994: 26) é a transformação capitalista da agricultura, sua industrialização, sua modernização. Mas essa modernização, segundo ele, não é apenas a substituição do burro pelo trator, do estrume pelo adubo químico, da enxada pelo arado; a modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais e não só às técnicas de produção.

A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia fria” ou trabalhador volante: a forma de pagamento da mão de obra é cada vez mais a assalariada; os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais. Assim, grande parte da população brasileira, entre eles os trabalhadores do campo, não puderam tornar-se comensais do banquete da modernização produtiva econômica e pode ainda continuar a ser configurada como braços em disponibilidade, criando empreendimentos prósperos, mas não para o seu próprio benefício.

Edístia Oliveira (1994: 14), permite-nos entender melhor esta relação, quando diz que, ser pobre significa em termos muito simples consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte e não poder cuidar senão da mínima persistência física material.

Percebe-se que a pobreza material que encontramos acintosamente presente na região do Nordeste e particularmente no território de Juazeiro e Petrolina, decorre, sobretudo do baixo nível de renda, da precária condição de trabalho e conseqüentemente, da carência de saúde, educação e moradia, o que resulta comumente, em outro tipo de pobreza que está ligada à dificuldade do exercício da cidadania, da luta pelos direitos básicos concernentes ao ser humano. No entender de Pedro Demo, não existe dicotomia entre pobreza material e pobreza política:

Na pobreza não encontramos somente o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão do acesso às vantagens sociais. Por isso pobreza é sempre também humilhação, degradação, subserviência e não só fome (Demo, 1988: 10-11).

Adorno (1991:186), diz que esse processo de modernização requerido como suporte para o aprofundamento e expansão da sociedade capitalista avançou sobre as mais diversas atividades, entre tantas, a própria agricultura, contudo esta modernização não contribuiu para o conjunto da população. No dizer de Pessoa (1999: 51) e Barreiro (1989:184), essa modernização avançou até no lazer das comunidades rurais, como instrumento de inculcação de novas formas de normas e valores, condizentes com o processo de trabalho para exploração do homem, herança essa ainda não superada da forma de pensar da elite brasileira (Benjamin, 1998).

A maneira como o modo de produção capitalista conduz a nossa economia, embora produzindo riqueza, gerou em contrapartida uma dinâmica marcada por

desequilíbrios e descompassos que determinaram surtos decorrentes de destruição. Além disso, grandes heterogeneidades e assincronias no processo de desenvolvimento tendem a cristalizar focos persistentes de miséria. Diversos estudiosos da situação sócio-econômica brasileira, comumente atribuem o quadro de miséria em que se encontra a maior parcela da população brasileira historicamente a dois fatores: a escravidão que durou até o fim do século XIX e cuja abolição foi considerada somente sobre a perspectiva da legislação e não das necessidades que os ex-escravos iriam ter em termos de assistência educacional, de saúde, dos elementos imprescindíveis para que pudessem ser absorvidos pelo sistema produtivo e, conseqüentemente, tivessem acesso à participação e ao uso dos direitos a que passaram a fazer jus como cidadãos livres.

- *O SMSF: o local frente ao global*

O pólo Juazeiro-Petrolina vem mudando sistematicamente os seus processos produtivos visando à sua integração nos mercados globais. Nesse sentido, a globalização apresenta alguns pressupostos que são submetidos a este território em que define a sua inserção no quadro global das relações comerciais, dentre os quais se destacam: a produção fortemente orientada por regulações externas que controlam, “o que”, “quando”, “onde”, “como produzir” e “como pagar”. Este controle externo sobre a produção é realizado segundo duas perspectivas: uma definida pelos interesses e demandas dos consumidores dos países de destino das mercadorias e outra, decorrente desta, imposta pelo requerimento de condições locais adequadas de produção, sejam elas ambientais, sócio-econômicas ou políticas e uma combinação eficiente de uso e

administração de recursos humanos que garanta o trabalho necessário à produção de acordo com os padrões de qualidade previamente estabelecidos.

O objetivo desta parte é mostrar como se dá as relações e os meios de produção no pólo da fruticultura de Juazeiro-Petrolina, destacando as suas individualidades em relação aos sistemas básicos de referências, neste caso, buscando inserir este território nos seus entornos organizativo, econômico, comercial e financeiro com a globalização respectivamente, para em seguida mostrar internamente como a produção da riqueza se distribui neste território.

Entre vários autores analisados, cabe destacar as importantes contribuições para a construção de nosso referencial e embasamento teórico, os estudos de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (1999), Alessandro Bonanno (1999), Graziano da Silva (1999), Aldenôr Gomes da Silva (1999), Ana Cristina Belo da Silva (1999), Mônica Bendini (1999). No caso específico de Cavalcanti, cabe ressaltar sua contribuição em função do seu estudo desenvolvido na região do Sub Médio do São Francisco.

Estes autores, de modo geral, enfocam e analisam os complexos da fruticultura, cuja cadeia produtiva se estende para além do mercado nacional, integrando-se na rede de suprimento do mercado internacional coordenada, através dos atores envolvidos que vai da produção a distribuição, o que implica novos modelos de organização econômica e tecnológica, cuja dinâmica não fazia parte da agricultura tradicional.

Essas mudanças contempladas a partir desses novos modelos organizativos de gestão e de tecnologia, atingem cada vez mais o conjunto da sociedade, entre as quais se incluem as relacionadas com as modificações nos padrões do consumo alimentar e na logística da distribuição que implicaram na reorganização das cadeias agroalimentares, em novas formas de regulação das relações entre os atores envolvidos

e suas novas formas de atuação, entre os interesses públicos e privados, os quais estabelecem novas relações de poder nesta cadeia produtiva.

Estas abordagens vêm alimentando teorias economicistas, que visam ser nesse processo, um conjunto de atividades ligadas por uma cadeia técnica de relações comercial e financeira, que nesse aspecto pressupõe que essas atividades se organizam e relacionam-se numa cadeia produtiva formal, tanto verticalizada como horizontalizada de “solidariedade orgânica” entre os seus diversos atores sociais.

Essa visão, contudo torna-se reducionista, quando não enfoca, por exemplo, que por trás dessa dinâmica econômica de continuidade há toda uma “trama” de relações de classes sociais antagônicas, ainda que dialeticamente relacionadas, e, que dentro desses arranjos de uma aparente evolução econômica linear para todos os segmentos sociais, não permite vislumbrar um processo de descontinuidade e crescimento contraditório das relações sociais.

Importância ao meu ver, também deve ser dada ao artigo de Mônica Bendini (1999). Ainda que seu relato se circunscreva no âmbito da globalização a partir do sistema agroalimentar na Argentina – no Alto do Valle do Rio Negro, seus estudos, tornam-se para esta pesquisa de grande relevância, considerando que partem também da análise dos impactos que a modernização produtiva associada aos mercados internacionais de competitividade, provoca transformações no interior dos circuitos para exclusão econômica das distintas atividades nos trabalhadores e produtores dessa região.

Nesses últimos anos, muita atenção tem sido dada à agricultura irrigada na região do Vale do SubMédio São Francisco. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria Comércio e Turismo em 2001 é a que melhor representa atualmente o país na produção de frutas *in-natura*, nos grandes mercados

internacionais. O pólo Juazeiro-Petrolina destaca-se como um dos mais importantes produtores neste segmento, especializando-se na produção de uva, manga, puxando ainda mais sessenta outros produtos.

Oriundo da implantação do 1º Projeto de Irrigação (Projeto Bebedouro) a partir de 1968, a agricultura não tinha sofrido profundas transformações tecnológicas. Estas transformações aconteceram, em função dos resultados das políticas públicas implantadas pelo Estado que pode acelerar a modernização tecnológica, para induzir a passagem da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Esse novo ambiente repercutiu no final dos anos 80 e início dos anos 90, com a vinda de grandes empresas para o Submédio do São Francisco<sup>3</sup>, visando à produtividade de culturas que agregasse maior valor comercial.

Os atores sociais envolvidos nas atividades produtivas nesse ambiente passaram a adotar as novas exigências de se produzir com qualidade, visando à incorporação de seus produtos no circuito das relações globais. Isto implica o controle de tempo, conhecimento, tecnologia e das relações de mercado.

Hoje as grandes corporações totalmente integradas ao circuito global dominam e controlam as atividades de produção, comercialização e distribuição de seus produtos até os mercados consumidores, sejam eles localizados no país ou no exterior, decidindo basicamente “*o que*”, “*como*”, “*quando*”, “*quanto*” e “*onde*” produzir (Dupas, 2001:30).

Os agricultores familiares tentam a todo custo seguir o mesmo rumo dos grandes

---

<sup>3</sup> Está composta por oito municípios - quatro pertencentes ao Estado da Bahia e quatro ao de Pernambuco - Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sobradinho e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista respectivamente, abrigando 546.740 habitantes, segundo a última contagem realizada pelo FIBGE, em 2000, envolvidos principalmente nas atividades vinculadas à fruticultura.

produtores, tornando-se um desafio à produção com qualidade, permitindo que sejam incorporados nessa nova tendência de mercado. A dificuldade se dá principalmente, em decorrência dos novos modelos organizacionais requeridos pela moderna agricultura, que por sua vez, contempla estratégias para melhor qualidade dos seus produtos e um novo alinhamento que exige uma logística de distribuição mais inovadora e confiável.

Os produtores rurais envolvidos no processo de produção de frutas do pólo de irrigação de Juazeiro-Petrolina passam então a incorporar essas exigências de se produzir, ou melhor, produzir de acordo com as exigências estabelecidas pelos consumidores, sejam eles, nacionais ou internacionais, passando com isso a se constituir num fator concorrencial, diferenciador para consolidar uma crescente participação nos mercados. Essa participação, segundo Josefa Salette Calvacanti;

[...] é permeada por relações de poder visivelmente marcadas pelo domínio do conhecimento, de saberes, que distinguem determinadas categorias sociais, no seu lidar com as mercadorias e com os próprios mercados, ou seja: perseguir um padrão de qualidade que significa coordenar, controlar e organizar eficientemente tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos que são importantes elementos no fluxo de objetos e sujeitos ( Cavalcanti, 1999: 165).

Essa nova condição do mercado tem requerido mercadorias específicas em tempos e formas definidas (Cavalcanti, 1999:165). Entretanto, quanto à produção de mercadorias para o consumo local e as dietas regionais – tais como a macaxeira, o inhame entre outros, tem espaço cada vez menor neste mercado específico (Graziano da Silva, 1998:32).

Nestas categorias sociais existem diferenças que devem ser matizadas, com o objetivo de melhor compreender a realidade de cada ator social e seus respectivos

níveis de articulação, organização, gestão, e o custo social de estarem inseridos no contexto das relações internacionais de produção e comércio, conforme veremos nos capítulos três e quatro deste trabalho.

A racionalização nos processos produtivos e a organização social e tecnológica têm como meta principal acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedentes, o lucro ou a mais-valia, que em contrapartida tem acelerado o subdesenvolvimento na vida da população rural. Como bem lembra Martins (2000:7), a partir dos anos 60, a modernização forçada no espaço agrário e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente vêm mostrar que esse modelo de desenvolvimento acarretou um contradesevolvimento social não só no Brasil, mas em outras partes do mundo.

No caso específico da região do Submédio do São Francisco, as políticas regionais aplicadas implementaram o mesmo modelo de gestão arcaico adotado no País, como estratégia de uma política desenvolvimentista pelos sucessivos governos que privilegiaram a grande produção, caracterizando uma exclusão social num ambiente político dominado pelo controle do território, a cargo das grandes oligarquias, o qual vem sendo transformado com a introdução dos novos atores sociais e, como conseqüência, tem gerado relevantes mudanças na agricultura, com grandes impactos econômicos e sociais.

De acordo com Cavalcanti, há que se reconhecer que os mecanismos de controle de mercados e de produtos se estabelecem nessa região, sob uma estrutura social de plena desigualdade.

As desigualdades sociais já presentes na região nordeste, decorrentes de uma estrutura social marcada pelas formas de controle e acesso a terra e o poder das oligarquias (Sá, 1974), encontram-se num contexto de outras diferenças. Diferenças essas originárias da forma como se instituiu a reorganização da região, pelas oportunidades oferecidas a

distintas parcelas da sua população, introdução de novos tipos de cultivo e mudanças nas formas de gestão dos empreendimentos e no perfil de produtores e trabalhadores, pelas características da constituição da sua população [...] (Calvacanti,1999: 126).

De acordo com José Graziano da Silva, a falta de representação legítima na sociedade civil, especificamente para os segmentos mais frágeis, impede que as estruturas produtivas locais assumam um papel mais relevante para novas formas de regulação que emergem com a globalização. (Graziano da Silva et al., 1999: 251).

Nesse caso, pela falta de organização por parte da sociedade local, as grandes corporações impõem seus próprios interesses de forma privilegiada, ainda que aparentemente apresentem como de interesse de todos, para que possam ser legitimados perante a sociedade. O vale do Submédio do São Francisco, no pólo Juazeiro-Petrolina não está imune à lógica da globalização. Mesmo com seu mercado interno, mercados regionais e os atores sociais, neste novo contexto, esta região agrícola está tecida e emaranhada pela atuação de grandes empresas. Isso não se deu por acaso, pois este espaço está inserido dentro de um contexto da chamada modernização tecnológica que em nível produtivo, envolve um conjunto de mudanças no uso do solo (utilização de máquinas, fertilizantes químicos, etc) e na orientação das atividades agrícolas, tem marcado sua evolução nessas últimas décadas que compreende ao avanço do progresso tecnológico sob a égide do grande capital.

Contudo, essa evolução não tem demonstrado um crescimento econômico-social equitativo para todos os segmentos da sociedade na região, especificamente no pólo de Petrolina e sim, um crescimento contraditório das relações de trabalho e os meios de produção, onde o lugar como o território e o espaço como um imaginário social, se alteraram pelas relações sociais globais, que se materializam e se relacionam dialeticamente e se complementam, pelas pressões e estruturação da lógica de um

mercado e dos processos globais, oriundos de uma visão monolítica e produtivista dos agronegócios, que Segundo Alessandro Bonanno;

[...] as relações sociais locais são definidas por eventos e atores que operam no âmbito global. Simultaneamente, as ações globais não teriam importância sem a expressão concreta que elas obtêm ao se materializarem no âmbito local. O ponto é que o global não existe sem o local e o local é caracterizado pelas relações sociais que são estruturadas pelas relações sociais globais [...] Em outras palavras torna-se difícil conceber as alterações nas relações no âmbito local, como processos separados das relações sociais que são estabelecidas no âmbito global (Bonanno,1999: 54-55).

Conforme Gilberto Dupas (2001:16-17), essa capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Mais essa ciência vencedora começa a admitir que seus efeitos possam ser perversos. Ela é simultaneamente hegemônica e precária. Nesse mundo de poder, produção e mercadoria, o progresso traz consigo desemprego, exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. Cresce o sentimento de impotência diante dos impasses, da instabilidade, da precariedade das conquistas.

A concentração da atividade produtiva é privilegiada com infra-estrutura adequada, mão-de-obra qualificada e barata, em apresentam vantagens comparativas para a instalação de grandes corporações que modificam toda a lógica da organização do território provocando com isso, novos movimentos da população, como consequência da relocação das atividades empresariais.

O impacto territorial dos processos de reestruturação dos sistemas produtivos experimentados por essa inovação afeta a todas as pessoas, países, regiões, todas as partes do planeta. O sistema de comunicação e decodificação dos novos signos torna-se fundamental para o entendimento dos novos códigos da atual sociedade, pois a linguagem se transforma e incorpora novos valores. O Marketing torna-se uma atividade fundamental na promoção da imagem do território, necessária na divulgação de suas vantagens competitivas.

Estas vantagens vão produzir novas formas de estruturas e funções, como a utilização de equipamentos flexíveis no processo produtivo, que permite grande adaptabilidade da organização produtiva; aptidão dos trabalhadores para mudar de posto de trabalho no interior de uma dada organização, isto é, para controlar diversos segmentos de um mesmo processo produtivo.

Esse processo pode ser entendido também como a possibilidade das empresas subtraírem uma parte dos benefícios sociais e fiscais e, mais geralmente, de se libertarem das regulamentações públicas que lhes limitam a liberdade de ação. O impacto dessa reestruturação no sistema produtivo experimentado por essa inovação afeta a todas as pessoas nas redes de relações econômicas, sociais, políticas e ambientais, muito embora em diversos graus de manifestação.

Nesse processo, o local onde se realiza a produção passa a ocupar papel relevante na implantação de uma determinada empresa. É aí onde se concentram e desconcentram os fluxos de informação estabelecendo-se dessa maneira as estratégias competitivas adotadas que visam concorrer nos custos, reduzindo ao máximo possível o preço dos bens e serviços que se oferecem mediante o barateamento dos fatores produtivos, ou o aumento da produtividade do trabalho.

A postura adotada neste trabalho sobre a agricultura no pólo de Juazeiro-Petrolina analisa esta questão, como a reprodução de relações não especificamente capitalistas, mas subordinadas à dominação do capital. Essa subordinação expressa a forma como ocorre a vinculação, por exemplo, no caso dos agricultores familiares localizados no pólo de irrigação deste território, entre essa produção e a reprodução ampliada do capital, que parte do pressuposto de que a formação social brasileira é capitalista e que para entender o caráter específico no caso da produção nesse polo é necessário explicar esta formação a partir do processo real de acumulação do capital.

A transformação em mercadoria das matérias primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência cria o mercado interno para o capital.

Os agricultores familiares cada vez mais se tornam dependentes do mercado e ainda que tenham a posse parcial dos meios de produção, essa é mediatizada pela mercadoria e pelo próprio capital. Entretanto, ainda que a tendência geral da expansão capitalista seja a de que o capital se apossa e depois destrua as relações de produção não caracterizadas pelo assalariamento, a pequena produção doméstica permanece como forma de produção dominada pelo capitalismo. Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley;

[...] é precisamente através da mediação do mercado que o capital interfere na organização interna na exploração da produção *doméstica* (grifo meu), que depende cada vez menos das suas condições naturais. Por outro lado os mecanismos do mercado capitalista cada vez mais determinam as decisões do montante a ser produzido, a alocação da força de trabalho, a parcela para o autoconsumo e para a comercialização e a pauta de produção, entre outras decisões (Wanderley, 1979: 83).

Nesta concepção, a autora nas suas palavras quer compreender os processos sociais a partir das mudanças e as estratégias desenvolvidas pelo mercado para entender aos requerimentos da competitividade e a conversão do grande capital para pequena produção marcada pelas exigências e os seus impactos nos processos sociais que ali tem lugar.

Nessa “trama” de relações sociais que se configura no processo de modernização e reestruturação agrícola pelo capital, culmina-se num efeito, que nas palavras de Mônica Bendini (1999: 100), negativos ou perversos, dos quais o crescimento sem emprego é o mais relevante e como conseqüente, o aumento da pobreza.

Assim, compreende-se que este processo com base nesse modelo organizativo de desenvolvimento tecnológico nos remete para analisar como a região do Submédio do

São Francisco e especificamente o pólo de Juazeiro-Petrolina configuram-se numa modernização-conservadora que sai em defesa de uma minoria privilegiada e por outro lado, vê-se uma transfiguração social de uma maioria, a exemplo dos agricultores familiares, que inspirados neste tipo de modelo sob a aparente proteção do Estado, aprofundaram ainda mais em que pese a sua dependência em quanto produtores agrícolas, em que não tem acesso a esses novos modelos de gestão organizacional e são excluídos deste processo econômico.

No próximo capítulo veremos como esta região, que por um lado é tão divulgada pelo seu meteórico desenvolvimento, há um lado insofismável no seu passado, que refuta o discurso sobre a sua riqueza – a condição histórica do o seu povo.

## **CAPÍTULO II. BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO**

Para melhor compreender o momento presente em que vive região do Submédio do São Francisco, que se deslumbra com inserções no comércio globalizado, daremos um mergulho no seu passado histórico, para analisar como se deu a formação histórica dessa região, no processo de colonização, nos seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

- ***A Colonização***

O início da trajetória histórica de Juazeiro e Petrolina coincide com a colonização brasileira que se processou através do rio São Francisco, a partir da pecuária extensiva, da *agricultura de vazante*, das estradas de gado, e da utilização do rio, que se constituiu por mais de dois séculos no principal meio de escoamento da produção.

Na região Nordeste do Brasil, a primeira a ser ocupada pelos portugueses no século XVI, é instalado um sistema de ocupação do território, baseado na doação de terras aos amigos do Rei de Portugal (D. João III), denominada capitânicas hereditárias. As capitânicas hereditárias eram estabelecidas em grandes faixas de terras no sentido leste-oeste do território, forma pela qual a metrópole envolvia empreendedores privados dispostos a colonizar as novas terras sem grandes ônus financeiros à Coroa (Costa, 1988:28).

A exploração econômica estava vinculada a grandes lavouras de cana-de-açúcar - produto de grande valor econômico na Europa -, localizadas próximas aos portos de Recife e Salvador e da pecuária extensiva, implantada por todo o interior da Região, a

qual servia de papel complementar à primeira, como força de tração e alimento, como também utilizada como uma via para a ocupação do território.

As terras que atualmente constituem estes dois territórios se localizam no interior da região Nordeste e pertenciam ao Castelo da Torre, localizado no litoral norte de Salvador-BA<sup>1</sup> sendo proprietária a Família Dias D'Ávila. A grande fazenda de gado dos Dias D'Ávila detinha um milhão de km<sup>2</sup>, isto incluía praticamente as áreas de grande parte dos atuais Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí, nas quais habitavam índios pertencentes ao tronco *Kiriri-Caimbé*, os quais, aos poucos, foram exterminados durante o processo de ocupação das terras pela pecuária extensiva. Os primeiros núcleos de população surgidos no interior da região Nordeste, portanto, têm suas origens no caminho e nas paradas das boiadas.

As boiadas que circulavam pelo território pertencente à Família Dias D'Ávila, principalmente as provenientes dos Estados de Pernambuco e Piauí, com destino a Salvador, encontravam no Rio São Francisco um obstáculo natural para a travessia. Levando-se em conta também o cansaço dos animais e dos boiadeiros, decorrentes das longas distâncias percorridas, esta travessia se converteu em um ponto de repouso tanto para animais como para os boiadeiros. Alguns moradores das margens do rio que viviam da agricultura de subsistência, pesca e caça acorreram para esse lugar com a intenção de vender os excedentes da produção e prestar serviço na travessia da boiada. Era o conhecido *Ponto da Passagem*, para onde muitos se deslocavam, por se tratar de um ponto de trânsito de animais, viajantes e comerciantes, ambulantes e, ao mesmo tempo parada obrigatória de todos, o qual se

---

1 As ruínas do Castelo da Torre está situada no povoado de Praia do Forte o qual faz parte do Município de Mata de São João, distanciado a 60 Km de Salvador, servindo como ponto turístico.

transformou posteriormente, em um pequeno centro, para onde convergiam os que queriam obter informações e realizar venda e compra de suas mercadorias, hoje, cidade de Juazeiro da Bahia.

De acordo com Barbosa Lima Sobrinho;

Os primeiros moradores do "Ponto da Passagem", nos idos de 1680-1690, eram bastante pobres e oprimidos e se constituíam de mestiços e principalmente caboclos, havendo também negros. O ambiente físico onde se assentava era alagadiço, propício à propagação de doenças regionais, predominando a malária e empestada de insetos (Sobrinho,1951: 21).

O surgimento, do desenvolvimento histórico e a expansão dos municípios que compõem o território Juazeiro-Petrolina ocorreram em função das atividades econômicas básicas, locais e regionais, à exceção de Sobradinho, Orocó e Lagoa Grande, os quais se constituíram a partir da segunda metade do século passado. A partir do século XVIII, o crescimento dos rebanhos bovinos, cujos maiores focos de irradiação foram a Bahia e Pernambuco, intensificou o processo de ocupação das terras do interior nordestino, iniciando-se, efetivamente, a colonização ao longo do Rio São Francisco. Com o surgimento e a consolidação das primeiras fazendas de gado nas faixas ribeirinhas, formam-se os primeiros aglomerados humanos regionais, que desempenharam expressivo papel na prestação de serviços, apoio ao trânsito das boiadas, e à dinâmica do comércio regional.

Os religiosos, com a instalação de suas Missões se constituíram em outro fator de fixação da população em Juazeiro, além dos municípios de Santa Maria da Boa Vista, Petrolina, Casa Nova e Curaçá, produtos típicos dessas ações, das quais foram construídas as primeiras igrejas, na primeira metade do século XVIII. A Missão de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, por exemplo, foi criada em 1706, a de Santa

Maria da Boa Vista em 1763 e a de Santa Maria Rainha dos Anjos, em Petrolina, um pouco mais tarde, em 1860 (Miranda, 1969: 139).

No território Juazeiro-Petrolina e demais localidades vizinhas durante esse período, o grau de miséria em que vivia a população era de tal maneira escandalosa, que vai provocar um dos movimentos mais importantes da história de luta dessa população contra os efeitos das secas e do descaso com que as autoridades estatais tratavam as questões sociais.

O movimento denominado "Guerra de Canudos" (1896), liderado pelo líder messiânico Antônio Conselheiro, concentrou no "Arraial de Canudos", lugarejo próximo à cidade de Juazeiro, mais de 20.000 pessoas que fugiam dos efeitos das secas, da secura do chão, do martírio da fome, do desalento da miséria secular, em busca de comida e conforto espiritual, negado pela classe dominante e pela igreja católica. Deve-se considerar o momento histórico em que se desenrolaram esses fatos.

*A era Antonio Conselheiro*, nos sertões da Bahia, está muito próxima a dois eventos de significativa importância para a vida econômica e política do país - a Abolição da Escravatura, em 1888 e Proclamação da República, em 1889; além disso, o país vinha experimentando um crescente empobrecimento com a decadência das economias açucareira e da mineração. O café, o produto que ocupava o primeiro lugar nas exportações brasileiras não era suficiente para equilibrar a balança comercial. Era um período de extrema dificuldade econômica e social, cujas consequências eram bem maiores no interior das áreas isoladas do Brasil.

As informações até atingir os territórios interioranos podiam levar meses ou até mesmo ser pulverizadas ou distorcidas, até chegar aos rincões mais distantes do país e enquanto isso, as condições de vida da população permaneciam cada vez mais débeis,

não encontrando crédito nas mudanças que poderiam ser provocadas pelo novo período político.

- **Aspectos Econômicos e Políticos da Formação da Região**

O protagonismo de Juazeiro e de Petrolina entre os municípios que fazem parte desse território foi se constituindo no decorrer do tempo, como centros de prestação de serviços sem representarem núcleos transformadores de mercadorias produzidas em seu entorno ou fora dele. De fato o comércio representou, nos primórdios, a principal fonte de acumulação de riqueza.

Sem contar com um afluxo de capital que garantisse uma ampliação da atividade de produção, desprovida de infraestrutura de transporte que facilitasse a transferência do excedente produzido localmente, para centros consumidores de maior potencial de demanda, contando com uma população escassa e vivendo totalmente da atividade de subsistência, muitos obstáculos eram oferecidos ao seu crescimento e desenvolvimento. Todo esse quadro indicava, portanto, que nada poderia acontecer nesse território que provocasse uma transformação do aparelho reprodutivo local, portanto as forças de propulsão da economia local teriam que vir de fora.

No período colonial, até a segunda década do século XIX, os poucos municípios constituídos no Brasil, existiam em função dos interesses do colonizador português, a serviço da exportação de mercadorias; portanto, Juazeiro e Petrolina faziam parte da pequena rede de circulação de mercadorias. Nessa fase, a municipalidade brasileira quase nada evoluiu e foi pouco eficiente como unidade administrativa. Com a

independência do Brasil de Portugal, criaram-se novas expectativas em relação à organização municipal.<sup>2</sup>

Em 1824, a 1ª Constituição do país estabeleceu que cada cidade e vila elegeriam uma Câmara a cujo cargo estaria o governo municipal e a vida econômica dos municípios, subordinados aos governos provinciais, a exemplo a 1ª. Câmara Municipal de Juazeiro, para promover a instalação dos serviços básicos como: organização do quadro funcional da municipalidade, criação da Agência dos Correios e da Coletoria, organização da Guarda Nacional, elaboração e aprovação do 1º. Código de Posturas Municipais (Cunha 1978: 42).

Segundo Oliveira (1991: 22), o estabelecido nas diversas constituições brasileiras e as políticas que procuraram corrigir o isolamento espacial do território de Juazeiro e Petrolina deram os primeiros passos para integrá-lo no contexto das relações nacionais. Com efeito, a região não possuía nenhum meio de transporte rápido e barato ligando a aos dois principais núcleos urbanos de maior densidade populacional e principais mercados consumidores de insumos e produtos finais no Nordeste, que eram as cidades de Salvador e Recife.

Essa mudança ocorreu efetivamente por volta do final do século XIX, quando a cidade de Juazeiro recebe o primeiro trem proveniente de Salvador.

---

<sup>2</sup> Na trajetória da vida político-administrativa e territorial do Brasil, as questões sobre o poder do Município sempre estiveram presentes nas Constituições Federais fortalecendo a sua autonomia, a exceção das Constituições estabelecidas nas ditaduras de 1937 a 1945 - Estado Novo - e a de 1964-1985, as quais centralizaram o poder na esfera da União. A Constituição de 1891, por exemplo em seu art. 68, estabelece que *os Estados organizarão de forma que fiquem assegurada a autonomia dos mesmos em tudo que diz respeito a seu peculiar interesse* e a de 1934 reforça esta autonomia, inclusive estabelece a eleição direta para todos os prefeitos, além de inaugurar uma divisão tripartida - município, estado e união - de arrecadação de tributos, permitindo que as municipalidades organizassem automaticamente seus serviços. A Constituição de 1946, estabelecida com o objetivo de redemocratizar o país, desenvolveu um sistema de partilha de impostos, concedendo ao Município a participação nos tributos federais e estaduais, e recupera a sua autonomia usurpada pelo período de ditadura do Estado Novo.

- *A intervenção do Estado*

Somente a partir do estabelecimento da República é que vão aparecer as primeiras estratégias concretas, com o objetivo de solucionar os problemas gerados pelos longos períodos de seca e estiagem verificados no interior da região Nordeste. Os vários e sucessivos períodos de secas provocaram um forte processo emigratório de pessoas que fugiam desse grave problema em direção às capitais dos Estados que compõem essa região, principalmente Recife, Salvador e Fortaleza, fato que provocava medo na população residente nestas capitais.

Os primeiros passos para o desenvolvimento da fruticultura irrigada foram dados no início do século XX, em 1919 as iniciativas de desenvolvimento através do Estado são implementadas e promovidas pelo IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - e posteriormente pelo DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra a Seca -, mas sempre inseridas na lógica de reforço às estruturas seculares de dominação. A criação, desse organismo estatal tinha em suas atribuições o combate aos efeitos das secas, com a construção de infra-estruturas básicas de articulação do território, construção de estradas, poços artesianos, açudes e barragens, como também escolas, hospitais e postos de saúde. Essas iniciativas foram de fundamental importância para outros investimentos, tais como a construção das estradas, ligando as cidades de Juazeiro e Petrolina à cidade de Teresina - capital do Estado do Piauí em 1923.

Em 1933, o Congresso Nacional discute a questão da Colonização do vale, e desse debate resulta a definição de implantação de projetos de colônias agrícolas onde já se começa a falar em irrigação mecânica, para controlar as oscilações do clima.

Em 1944 é construído o porto de Petrolina, mas, é através da constituição de 1946, que efetivamente são definidos o recurso para implementação do desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Em fevereiro de 1947 o Congresso Nacional aprovou a Lei nº. 23, que regulamentava a aplicação dos recursos constitucionais, consignados no Orçamento da República desse mesmo ano. A aplicação destinava-se a vários projetos e ações, dentre as quais podem ser destacadas a hidroelétrica de Paulo Afonso e Sobradinho, barragens, rodovias, linhas telegráficas, hospitais, etc.

As ações governamentais para intensificar a determinação dessa prerrogativa constitucional se concretizam na criação da CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco em 1948, que tinha o objetivo de implementar o projeto de desenvolvimento energético, visando ao abastecimento de energia elétrica das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão do Vale do S. Francisco - CVSF, destinada a promover o desenvolvimento da região e exploração das riquezas do Vale. A CVSF é reconhecida como o primeiro órgão estatal a intervir efetivamente no desenvolvimento do Vale do São Francisco e especialmente do território de Juazeiro-Petrolina, direcionando suas ações na defesa sanitária, no campo educacional, melhoria no fornecimento de água para as principais cidades da margem do rio, melhoramentos dos portos, facilitando a navegação e protegendo as embarcações que faziam o tráfego fluvial.

Mas efetivamente o que vai criar um certo dinamismo nesse território é a construção da ponte rodo-ferroviária sobre o rio São Francisco, concluída em 1959, ligando definitivamente as cidades de Juazeiro e Petrolina, a qual elimina os custos

extras de transporte das mercadorias de uma cidade a outra, realizados por pequenos barcos e canoas.

A irrigação constitui-se na segunda prioridade determinada pelo Estado para o aproveitamento das águas da barragem de Sobradinho. Assim sendo, após a construção e enchimento do lago, o território de Juazeiro-Petrolina experimenta uma contínua e crescente implantação de empresas agro-industriais, estimuladas pelos incentivos fiscais e financeiros proporcionados pela SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Com essas ações esse território passa a integrar-se tardiamente ao processo de modernização da agricultura brasileira e às políticas para o meio rural nordestino. Transformam-se não apenas as condições técnicas, mas as relações sociais de produção. Passa a existir um novo tipo de sociabilidade da agricultura local, aliada ao surgimento de novas relações de trabalho e na extensão do assalariamento rural.

A irrigação em Juazeiro-Petrolina não muda apenas a face agrária, mas, sobretudo a economia desse território, no que diz respeito à reestruturação fundiária, concentração de capitais, introdução de novos produtos, novas técnicas, novas relações de produção trabalho.

- ***Território e Poder Local***

Terra de *Coronéis sem patentes*. Esta é a melhor expressão para denominar a estrutura de poder local vigente no território Juazeiro-Petrolina, desde a época imperial até muito recentemente. O título *Coronel* está vinculado diretamente à Guarda Nacional instituída pela Lei de 18.08.1831, a qual tinha o objetivo de vigiar e defender a aplicação da primeira Constituição brasileira, bem como manter a ordem e a

tranquilidade pública. Esse título era outorgado pelas autoridades burocráticas da Corte a pessoas de sua simpatia ou confiança, geralmente aos grandes proprietários rurais. Os ricos proprietários que não galgavam o posto de *Coronel*, através da escolha das autoridades da Corte, compravam-no ou outorgavam a si próprio, daí a denominação dos chamados *Coronéis sem patentes*. Apesar de ser extinto em 1922, esse título continuou sendo utilizado principalmente pelos grandes proprietários de terra como símbolo de *status* e poder frente aos seus adversários e subalternos.

O *coronel* era aquele senhor que desempenhava uma forma de poder à margem, pois não estava investido de fato de nenhuma autoridade, embora mandasse e desmandasse em caráter oficioso, de fato, e não oficial, nem oficializado. Pode ser entendido também, de acordo como o doutor, cujo poder e prestígio estariam vinculados a sua conduta intelectual e aos serviços prestados à comunidade, principalmente como médico ou advogado. A estratégia utilizada pelos coronéis, segundo Tereza Cristina Leal Serejo,

[...] era procurar sempre desenvolver, na região que dominavam, um centro urbano que ficasse na dependência deles e que se constituísse no centro de suas atividades; ao mesmo tempo também pudesse atender aos pedidos feitos pela clientela, fosse na concessão de emprego, melhoria da infra-estrutura urbano-regional, tal como a instalação de energia elétrica, abertura e conservação de estradas e ruas, escolas, etc (Serejo,1981:153):

Neste território a maior expressão dos *Coronéis sem patentes*, sem margem de dúvida, foi o poder constituído, pela *Família Coelho*, a qual esteve diretamente envolvida nesse processo para o desenvolvimento econômico da região do SMSF, tendo a sua sede na cidade de Petrolina. Os *Coelhos* construíram a sua fortuna através dos casamentos entre membros da família e também através de heranças deixadas pelo regime de parentesco.

O *Coronel Quelê* como era denominado Clementino de Souza Coelho, começou às suas atividades no comércio de produtos regionais tais como, algodão, mamona, couro, peles maniçoba, cera de carnaúba, etc. Segundo Britto (1995:66), vivia exclusivamente do comércio, mas acalentava o sonho de ter filhos políticos e para isso se tornar realidade, procurou colocá-los para estudar nos grandes colégios de Salvador e transformar Petrolina na Manchester do Nordeste.

O Coronel Quelê teve onze filhos, sendo três mulheres e oito homens e, cumprindo o seu sonho, muitos deles assumiram diversos cargos no cenário político<sup>3</sup> local, estadual e federal, Dentre eles cabe destacar o papel exercido pelo *Senador Nilo Coelho*, o qual chegou assumir a Presidência do Congresso Nacional, indicado pelo regime da última ditadura militar, instaurada no Brasil.

Essa família praticamente destinou as suas ações políticas para a agricultura deste território, pois sempre estiveram coligadas no partido da base governista estadual e federal, tendo influência direta nos órgãos públicos setoriais para nomeação dos cargos. Esse forte poder político local aliado ao Estado provocou aliança com os grandes capitais privados, principalmente os vindos de fora.

“A ampliação das atividades da SUDENE e da SUVALE estimulou o fluxo de capitais para a região. Ao mesmo tempo, o ingresso do capital público e o estímulo ao capital privado de fora representavam um desafio ao monopólio financeiro que os Coelho haviam mantidos durante décadas [...] Para tirar vantagem dessa situação, os Coelho sagazmente iniciaram acordos com os capitais que vinham de fora.”(Chilcote, 1991: 154)

Além do poder político, a *Família Coelho* acumulou uma fortuna incalculável e diversificada em sua trajetória política, tais como, fazendas produtoras de frutas,

---

<sup>3</sup> Ver quadro da participação da família Coelho na política que está no anexo deste trabalho.

concessionárias, imobiliárias, construtoras, indústrias de alimentos, transportadoras e canais de rádio e televisão. Importante destacar que apesar dessa família encontrar-se em profundas divisões políticas, iniciada após a morte do Senador Nilo Coelho, esta vem se mantendo nas diversas instâncias do poder local, estadual e federal. Vale destacar também que um dos grandes interesses da família Coelho está relacionado com a cidade de Petrolina, sede de grande parte de seus investimentos, diferentemente de outras oligarquias nordestinas, as quais sempre privilegiaram as grandes metrópoles para realizarem os seus investimentos.

- *O Mito do Progresso*

Seria uma incoerência afirmar que os investimentos feitos nesta região, nesses últimos anos, não modificaram sua estrutura econômica e social, contudo, tal mudança em nome de um progresso para “todos”, ao meu ver, não passaram de um imaginário discurso, muito bem orquestrado através das elites políticas regionais. Toda essa trama gerada pelo processo de modernização, tornaram obsoletas as estruturas econômica e social fundadas na tradição ao mesmo tempo em que geraram uma série de expectativas na população rural no que diz respeito ao consumo e aos mecanismos de ascensão social.

Essa “orquestração de interesse” tramada entre o Estado às oligarquias políticas e o grande capital tiveram como resultado a expropriação do homem regional de seus meios materiais e culturais de existência. Despreparado para enfrentar o mundo dentro do novo contexto social e econômico, restou a este indivíduo, conseguir uma colocação em alguma atividade remunerada com salários irrisórios, ou caindo no mundo da criminalidade com suas diferentes modalidades; plantio de maconha, tráfico de drogas, assaltos, prostituição, corrupção etc.

A seguinte citação, extraída do livro *Perversão ou Exclusão Social* de Oliveira e Souza, mostra a realidade de um detido de 33 anos de idade, casado, pai de cinco filhos e procedente do Estado do Ceará, o qual vê fracassado o seu intento de melhoria de suas condições de vida e de sua família, um sonho a que muitos perseguem e não conseguem realizá-lo, conforme o depoimento seguinte:

Lá no Ceará eu sempre tive um taquim de terra para viver. Era difícil porque sem dinheiro para comprá adubo e semente a gente ficava dependendo do governo. Mas a muié criava umas galinhas, um porquim e a gente i vendo. Mas a seca foi demais, o chão chega abriu e não anscia nada, nem capim. Matamo os bichim qui tinha e ficamo sem nada, na lona, passamo fome cum os menino. Era dor muita, dona. A senhora num sabe o que é vê os filho chorano pur cumida e o coração da gente partido sem ter o que dá. Aí viemo sem destino. Paramo aquí (cidade de Juazeiro). Procurei trabaio em todo canto, que graças a deus sô trabaidor, decnte. Tenho corage para fazê de um tudo. Não escolho não. Mas num achei, ninguém tava precisando. Aí me oferecero pá tomar conta de uma roça, prá lá de Santana, no meio do mato. Eu fui. Aí apareceu a polícia, dizendo que era maconha. Eu num fumo nem cigarro de armazém. Tava ali pra ganhar meu sustento. O dono da roça sumiu, nunca apareceu aqui e eu tô pagano. A senhora acha que eu fiz alguma coisa errada, se a roça num fui eu quem plantou, eu tava só vigiano, era empregado... Me responda, dona, era eu que tinha de tá aqui? (Oliveira e Souza,1999:19).

De acordo com o 5º. Batalhão da Polícia Militar de Petrolina e o Complexo de Polícia de Juazeiro a procedência da população carcerária que cumpre penas, são provenientes dos Estados de Pernambuco (50%), Bahia (35%), Ceará (10%), Piauí (7%) e os demais, de São Paulo e Minas Gerais; o que demonstra a triste situação em que se encontra a população regional

Estas são as principais características físicas do território Juazeiro-Petrolina, as quais foram durante muitas décadas e continuam sendo usadas no discurso da classe dominante e de seus representantes nos parlamentos local, estadual e federal, na defesa de seus próprios interesses. A irregularidade da distribuição das chuvas sempre foi motivo de reclamações, lamentos, discursos eleitorais, os quais denunciavam que as

questões climáticas eram o grande empecilho para o desenvolvimento da grande Região Nordeste. Os longos períodos de seca serviram como justificativa para acumular riqueza e reforçar o poder de uma elite política conservadora e o domínio de uma população miserável, analfabeta e sem perspectiva, e ao mesmo tempo resistente, enfrentando os desafios, à espera de mudanças na sua trajetória de vida.

Essa problemática já vem há muito tempo sendo tratada por diversos autores tais como Rodolfo Teophilo, *A fome*, 1890; Domingos Olímpio, *Luzia-Homem*, 1903; José Américo de Almeida, *A Bagaceira*, 1928; Rachel de Queiroz, *O Quinze*, 1930; Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, 1938; Manuel de Oliveira Paiva, *Dona Guidinha e o poço*, 1953; dentre outros, como também por diversos compositores; a música de Luiz Gonzaga - antigo compositor pernambucano de músicas sertanejas, - é um grande exemplo do quanto pode resistir um nordestino às condições climáticas, para deixar a sua terra e migrar a outros centros.

*[...] Só deixo meu cariri no último pau-de-arara  
Enquanto a minha vaquinha  
Tiver o couro e o osso  
E puder com o chocalho  
Pendurado no pescoço  
Eu vou ficando por aqui  
Que Deus do céu me ajude  
Quem sai da terra natal em outros campos não para  
Só deixo meu cariri no último pau-de-arara[...]*

O clima criou na região Nordeste a indústria das secas, sustentada pelo Governo Federal, sob os auspícios dos governantes nordestinos, os quais dominavam competentemente o discurso da exclusão. As frentes de trabalho, que pagavam um mísero salário aos nordestinos - homens, mulheres, crianças, velhos - foram utilizadas para que nos latifúndios fossem realizadas construções de barragens e açudes, com o objetivo de acumular água, que servia, muitas vezes, não para matar a sede de seus construtores, os

maiores necessitados, mas do gado pertencente aos grandes proprietários. A passagem desses acontecimentos, desde o seu período histórico de colonização, até os dias atuais, não resta dúvidas, foram sendo construídos num tipo de desenvolvimento econômico montado exclusivamente para atender um grupo de privilegiados que usufruiu e continua usufruindo as riquezas desta região, que por outro lado, excluiu e continua excluindo boa parte de sua população.

No próximo capítulo veremos como os diversos atores aqui mencionados, estão hoje estruturados nos sistemas produtivos do pólo de Juazeiro-Petrolina, em função desses novos modelos organizacionais, protagonizados pelo processo da globalização.

### **CAPÍTULO III. DINÂMICAS GLOBAIS E OS ATORES SOCIAIS NOS SISTEMAS PRODUTIVOS DO PÓLO DE JUAZEIRO-PETROLINA**

A definição das estratégias produtivas agrícolas no final dos anos 80 e início dos anos 90 incorporou novos padrões de localização e realocação de investimentos, não mais só apenas em razão das antigas vantagens comparativas, tais como, disponibilidade de recursos naturais e mão-de-obra em abundância. Atualmente a atração de empreendimentos produtivos depende cada vez mais dos novos fatores locacionais vinculados às chamadas vantagens competitivas dinâmicas: serviços terciários, quaternários, infra-estrutura eficiente, centros de pesquisa, recursos humanos especializados, base produtiva relativamente complexa, ambiente empresarial. O desenvolvimento da fruticultura do pólo da fruticultura de Juazeiro-Petrolina requer, portanto, a análise da base produtiva e das vantagens competitivas desse ambiente econômico, num contexto que envolve fortes relações de parceria entre os setores público e privado.

Uma visão analítica moderna da competitividade de um sistema produtivo destaca, simultaneamente, a eficiência das organizações empresariais em termos de custos de implantação e de operação dos empreendimentos, o dinamismo das cadeias produtivas em que se inserem e as condições de desenvolvimento do território em que estão localizadas. Estas três dimensões - a da empresa, a da cadeia produtiva e a do território - configuram o conceito de *clusters* produtivos, que constitui a base metodológica utilizada para analisar as tendências de desenvolvimento do pólo de Juazeiro-Petrolina e sua integração ao sistema de relações comerciais com os mercados.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar as tendências de desenvolvimento sócio-econômico neste pólo, em função da organização da representação dos interesses da fruticultura, incluindo uma descrição e análise da cadeia produtiva, destacando-se as redes de comercialização e distribuição da produção, a partir das seguintes categorias: *base estrutural* - consiste na análise dos recursos humanos, tecnologia, financiamento dos atores institucionais; *atores sociais* - consiste em analisar o grau de integração no sistema produtivo e as suas tendências de inserção nas relações comerciais; *mercados* - que compreende o exame da capacidade desse pólo em atingir o mercado consumidor e de como alcança a competitividade nos mercados globais.

Os circuitos econômicos de produção, comercialização e distribuição são as facetas utilizadas para buscar entender o grau de articulações estabelecidas pelos diversos atores sociais envolvidos no processo de produção, tais como os grandes produtores, produtores familiares, trabalhadores e trabalhadoras que vendem as suas força de trabalho para os segmentos acima citados e os assentados, instalados neste pólo pelo INCRA, em função do *movimento dos trabalhadores Sem Terra*.

A ação das instituições públicas setoriais envolvidas nesse processo foi de fundamental importância para verificar o direcionamento das atividades e recursos nos diversos segmentos envolvidos na especialização produtiva; nesta destaca-se a fruticultura, principal atividade em crescente estágio de desenvolvimento.

#### **Base estrutural – Atores Institucionais**

O ator, dentro de um conceito mais abrangente é aquele que age para impor as suas regras e os seus entendimentos, para fazer valer as suas idéias, as suas verdades e os seus interesses que são adquiridos na sua trajetória. Os principais atores são o indivíduo, o grupo, a empresa, a coletividade, o Estado e suas agencias setoriais, que através dos processos de seus funcionamentos, divergências e contradições, transformam as sociedades e seu território.

Nesse processo de transformação, surgem conflitos entre os diversos sistemas, no qual cada ator atua segundo seus meios e suas próprias estratégias, para garantir a sua sobrevivência e a dominação de um outro grupo. Para a garantia da sobrevivência e da dominação, as estratégias de alianças são utilizadas, e o produto alcançado é repartido entre os vencedores que passam a atuar de forma hegemônica no controle do território; os perdedores seguem o destino do subjugo, das ameaças e das incertezas, até se recomporem ou se transformarem, para um novo embate que talvez possa mudar as regras do jogo.

Os aspectos estruturais serão analisados a partir da perspectiva dos recursos humanos, tecnológicos, financeiros e infra-estruturais, pelas diversas instituições públicas e privadas disponíveis neste pólo.

- CODEVASF - *Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco*

Empresa pública vinculada atualmente ao recém criado Ministério da Integração Nacional, criada em 1974, através da Lei nº. 6.088 de 16 de julho. Sobre a sua origem, deve-se reportar a CVSF - Comissão do Vale do São Francisco -, criada através da Lei Federal no. 541 de 15/12/48, que tinha como principais objetivos regularizar o curso das águas do rio São Francisco, utilizar o potencial elétrico,

fomentar a indústria e a agricultura, modernizar a rede de transportes, incrementar a irrigação e explorar as riquezas do Vale.

O território de atuação da CODEVASF é o Vale do São Francisco corresponde a uma área de 640.000 km<sup>2</sup>. Está organizada de forma descentralizada, com sede em Brasília (DF) e seis Superintendências Regionais. As Superintendências regionais localizadas em Juazeiro (6ª SR) e em Petrolina (2ª SR) atuam em 60 municípios envolvendo uma população de aproximadamente 4.300.000 habitantes.

No território de Juazeiro-Petrolina foram implantados pela CODEVASF, sete perímetros irrigados, a partir do final dos anos sessenta, quando foi instalado o Perímetro Irrigado do Bebedouro, conforme demonstra a tabela 01 a baixo.

**Tabela III- 01. Distribuição dos Perímetros Irrigados do pólo Juazeiro-Petrolina**

		Ano de implantação		Área implantada (há)
Bebedouro	Petrolina-PE	1968	1968	1.060
Bebedouro II	Petrolina-PE	1972/73	1977	576
Mandacaru	Juazeiro-BA	1971/72	1971	376
Maniçoba	Juazeiro-BA	1975/81	1980	4.197
Curaçá	Juazeiro-BA	1975/79	1982	4.165
Tourão	Juazeiro-BA	1977/79	1979	10.548
Nilo Coelho	Petrolina-PE	1979/84	1984	13.146
Maria Teresa	Petrolina-PE	1994/96	1996	7.165

Fonte: CODEVASF - 2003

- *CHESF* - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco foi criada através do Decreto-Lei no. 8.031 de 03 de outubro de 1945, com o objetivo de construir um complexo energético para abastecimento de energia elétrica da região Norte e Nordeste do Brasil, com recursos estabelecidos na Constituição de 1946. O país e particularmente a região

Nordeste eram grandes deficitários de energia, utilizando-se apenas da importação de petróleo e de carvão para o suprimento das necessidades, não explorando o grande potencial de recursos hídricos existentes. Na década de 1930, esta já era uma preocupação nacional, pois o Brasil começava a entrar no ritmo da industrialização. Isso levou à concretização do projeto energético para o país, com a construção de diversas hidroelétricas, sendo no rio São Francisco as de Paulo Afonso I, II, III e IV, Moxotó, Boa Esperança, Itaparica, Xingó, Três Marias e Sobradinho, impulsionadas pela crise do petróleo de 1973. A construção dessas hidroelétricas trouxe grandes vantagens para a região nordestina, aumentando consideravelmente o seu potencial energético, mas provocou também um impacto significativo nas populações locais envolvidas.

A barragem de Sobradinho, segundo estudos feitos por Daou (1989), construída entre o período de 1972 a 1978, veio atender a essas necessidades, mas também se constituiu no marco fundamental que explica a maior parte dos problemas atuais verificados no território Juazeiro-Petrolina. A barragem inundou quatro cidades - Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso e vários povoados, ficando sob suas águas uma área de terras férteis e desalojando mais de 70.000 pessoas e destas, 80% pertencentes da agricultura de subsistência. No lugar dessas cidades foi criado um lago artificial com dimensões gigantescas, cerca de 4.214 km<sup>2</sup>, com comprimento de 350 km e uma largura máxima de 40 km.

As cidades de Juazeiro e Petrolina, localizadas a 60 km do local escolhido para a execução desse projeto, sofreram um impacto espetacular no crescimento de sua população, para as quais foram deslocadas nesses seis anos de construção da barragem, mais de 60.000 pessoas em busca de trabalho as quais ficaram desempregadas com o término da obra, vindo habitar as periferias dessas cidades.

A reação espontânea de muitos atingidos que se negavam a deixar suas terras ou emigrar aos grandes centros urbanos do país – a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro - foi se alojar nas bordas do lago de Sobradinho, o que contrariava os planos da CHESF, sendo muitos deles desalojados com violência empreendida pelo comando da Polícia Militar. A atuação da Igreja Católica de Juazeiro foi de fundamental importância na defesa desse contingente populacional, na luta pela relocação e pagamento de justas indenizações das propriedades submersas. A CHESF cumpriu à força o seu objetivo de produzir energia para as regiões Norte e Nordeste do país, mas a um elevado custo social, prejudicando grande parte da população, que até hoje não conseguiu reencontrar seu espaço e seu modo de viver.

- EMBRAPA - *Semi-árido (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)*

Pertencente ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, foi criada através da Deliberação 004/75, de 23/01/1975, com o objetivo de gerar e adaptar conhecimentos e tecnologias agropecuárias, em uma base sustentada e equitativa, a serviço do desenvolvimento rural do Trópico Semi-Árido, na sua diversidade ecológica e social.

A complexidade dos recursos naturais e socioeconômicos da região Nordeste justificava a sua criação e influenciou a elaboração do projeto de implantação e definição da sua programação de pesquisa em quatro grandes linhas de trabalho: agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, produção animal e meio ambiente. A diversidade de ambientes tornava os programas de desenvolvimento rurais uniformes e padronizados, frágeis para superar os problemas advindos da seca – uma característica do clima da região. A instalação de uma unidade da EMBRAPA na região Nordeste enfrentava dificuldades históricas de gerência da pesquisa

agropecuária na região à mercê de mudanças de diretrizes e linhas de trabalho descontinuadas – e o isolamento das instituições estaduais. Além disso, era preciso aportar informações técnico-científicas aos programas de desenvolvimento público e que orientassem investimentos da iniciativa privada para melhorar o desempenho do setor primário da economia regional.

Em 30 anos de existência esta agência tem acumulado significativo conhecimento sobre a região, na área da pesquisa agropecuária. Culturas diversas de importância econômica para o agronegócio irrigado são estudadas na EMBRAPA Semi-Árido. Manga e uva, as que mais se sobressaem, têm sistematizado amplo conhecimento, tanto no campo experimental quanto em propriedades particulares, fruto de convênios de cooperação técnica. Estudos com variedades de uva sem sementes adaptadas ao semi-árido irrigado também merecem grande empenho da pesquisa em parceria com a EMBRAPA e a iniciativa privada (VALEXPORT). Goiaba, acerola e coco são outras frutas das quais os agricultores têm à disposição informações. A melancia, melão, cebola e tomate também merecem especial atenção.

- *BNB - Banco do Nordeste do Brasil*

O Banco do Nordeste do Brasil, criado através da Lei no. 1.649, de julho de 1954, constitui-se na forma de Sociedade Anônima de economia mista, atualmente vinculada ao Ministério da Fazenda, Economia e Planejamento. Atuando em toda a Região Nordeste e norte do Estado de Minas Gerais, o BNB tem como missão atuar como agente financeiro indutor das transformações econômicas e sociais que requer o desenvolvimento sustentado do Nordeste brasileiro. Como sociedade anônima de economia mista, o BNB apresenta características originais no sistema bancário

nacional, pela pluralidade e natureza de suas funções que, de acordo com o seu estatuto, é direcionada principalmente para o desenvolvimento sócio-econômico da Região Nordeste.

Para cumprir o objetivo proposto, o BNB realiza estudos, com o objetivo de subsidiar a várias instituições governamentais, empresas privadas, fornecendo informações relevantes para o desempenho de suas funções, com base num amplo conhecimento da Região Nordeste, abrindo concessões de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas, numa ação integrada com instituições federais sediadas nas regiões.

A partir de 1997, o BNB passa a utilizar uma estratégia já adotada nos anos de 1970 e que, diga-se de passagem, não alcançou os objetivos estabelecidos, dentre os quais de potencializar o desenvolvimento da Região Nordeste. Foram selecionadas dez áreas consideradas dinâmicas e com grandes possibilidades de desencadear um processo de rápido desenvolvimento sócio-econômico, sendo implementados os pólos integrados de desenvolvimento, distribuídos por toda a Região Nordeste. A idéia central dessa estratégia é direcionar e priorizar as ações dos governos municipal, estadual e federal e da iniciativa privada, com perspectivas de ser o elo aglutinador das lideranças locais e catalisador de esforços e recursos. No cumprimento dessa estratégia, o território Juazeiro-Petrolina torna-se uma das prioridades.

Diversas são as instituições locais que participam desse pólo, denominado de *Farol de Desenvolvimento*, dentre as quais participam diversas instituições públicas e privadas, locais, estaduais, federais, dentre elas a EMBRAPA, CODEVASF, Prefeituras Municipais, Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrícola- EBDA, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa-SEBRAE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATERPE, VALEXPOR, Distritos de

Irrigação, BNDES, Cooperativas, etc. Esta é uma tentativa de poder racionalizar os recursos disponíveis, mas deve-se considerar que as instituições, apesar de terem o mesmo objetivo final, que é o de buscar o desenvolvimento do território de Juazeiro-Petrolina, têm objetivos e mentalidades distintas na implementação de suas ações, sendo uma das dificuldades encontradas no estabelecimento de ações conjuntas.

O interessante e a principal dificuldade dessa proposta é a tentativa de reunir em um mesmo fórum, os agentes de desenvolvimento de diversas esferas governamentais - federal, estadual, municipal, a iniciativa privada das duas unidades da Federação - Bahia e Pernambuco -, localizados nos municípios de Juazeiro e Petrolina, com o objetivo de pensar conjuntamente estratégias de desenvolvimento desse território. Esse exercício já é um grande avanço, pois se começa a romper um tradicional pensamento de rivalidade entre os municípios de Juazeiro e Petrolina, unidos pelas águas do Rio São Francisco e a ponte Presidente Dutra, mas dividido pelas leis que regem seus respectivos Estados.

- **Atores sociais**

Os atores sociais envolvidos diretamente no processo de produção de frutas localizados no pólo de Juazeiro-Petrolina passam a incorporar as novas exigências de se produzir com qualidade, estabelecidas pelos consumidores, sejam eles localizados no território nacional ou internacional. Isto implica o estabelecimento eficiente dos processos de organização da produção, armazenamento, controle de qualidade, gestão, logística, marketing, capacitação de recursos humanos, etc.

Neste pólo são quatro os atores sociais envolvidos no processo produtivo frutícola, que se destacam: os grandes produtores, os produtores familiares os

trabalhadores assalariados e os trabalhadores assentados do MST. Neste conjunto existem diferenças que devem ser matizadas, com o objetivo de melhor compreender a realidade de cada ator social e seus respectivos níveis de articulação, organização, gestão e o custo social, para estarem inseridos no contexto das relações comerciais globais de produção.

- ***Grandes produtores***

Os grandes produtores instalados, principalmente nos anos 1980 e 1990, são provenientes do centro-sul do país e também do exterior, atraídos pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal, através da SUDENE e do BNB, com área de produção que varia entre 60 e 200 hectares (classificação estabelecida pela CODEVASF para esta categoria). Inicialmente a produção estava baseada nas culturas perenes de tomates e melões, mas a partir dos anos noventa a fruticultura floresce como a atividade principal, visando ao abastecimento do mercado regional, nacional e internacional.

Um empresário que chegou do sul do país em Petrolina na década de 1980, com o objetivo de instalar sua empresa, assim estabelece as fases produtivas e os principais problemas encontrados por este coletivo, com o objetivo de produzir com qualidade e penetrar no contexto das relações comerciais, cada vez mais competitivas:

*[...] no início era bonito produzir uvas, tâmaras e aspargos irrigados. Estas ações estavam principalmente em perímetros públicos, isto é, implantados com recursos da União. Houve um período em que a questão maior, era produzir, sem nenhuma preocupação com o custo, com a qualidade e com os mercados para esses produtos. Não havia preocupação com a competitividade. Essa fase ocorreu até aproximadamente 1987 e 1988. Em 1988, a SUDENE, formulou e pôs em prática o programa chamado FINOR - irrigação, isto é, ela estabeleceu recursos volumosos no sentido de estimular a formação rápida*

*de um pólo de produção de produtos irrigados... Com o surgimento do FINOR, muitos empresários do Nordeste e do Sul do país vieram para a região. Foram implantadas as empresas Curaçá Agrícola, Nova Fronteira, Frutivale, Frutitor, etc... Com a vinda desses empresários e com a vinda da produção, nós atingimos maioria perante os aparelhos de produção, perante os perímetros irrigados. Tínhamos capacidade instalada, os produtos chegando, os pomares começando a produzir sem a devida preocupação com a qualidade.*

Segundo um executivo da VALEXPOR, a situação da estrutura regional mudou significativamente, mas algumas críticas são fundamentais para entender o processo de implantação das empresas nesse território, no qual as políticas de planejamento adotadas pelo governo na concessão dos incentivos fiscais não foram pensadas com o fim de se obter um resultado mais positivo.

*[...] nos últimos quinze anos assistimos uma epidemia de ocupação agrícola do Nordeste, provocada pelos Projetos de Irrigação. Muitas empresas, com capital, tecnologia e apoio de órgãos como a SUDENE se assentaram na região. O grande problema da ocupação Nordestina no que pese a boa intenção do governo com os projetos de Irrigação, continua sendo uma falta de direcionamento e disciplina operacional básica aos produtores (regras, padrões, estudo de mercado etc), generalizando no Nordeste onde todos plantaram visando a exportação tão falada e incentivada pelo governo, em que maioria, sem ter a mínima idéia do que isso significava. O resultado do crescimento desordenado e do pioneirismo técnico foi à quebra de várias empresas na região. No entanto, um grupo de empresas produtoras mais tecnificadas e melhor gerenciadas, sobreviveu apesar das dificuldades citadas anteriormente (planos econômicos desfavoráveis a agricultura) e iniciou-se um processo de exportação, diferenciado do antigo modelo histórico, justamente por se tratar de empresas produtoras exportadores com mentalidade e gerenciamento empresarial.*

Nesse período, vale destacar o papel desempenhado pela CODEVASF na organização da classe neoprodutora quando propõe aos empresários a formação de uma associação que pudesse se constituir como um grupo de pressão e

representação institucional e estabelecer parâmetros de qualidade na produção, e assim passar da fase romântica a uma fase competitiva.

- VALEEXPORT: *representação institucional dos grandes produtores*

A criação da VALEEXPORT - Associação de produtores e exportadores de hortifrutigranjeiros e derivados do Vale do São Francisco -, em 1988, acompanha os reflexos da dinâmica da globalização e assume a tarefa de concorrer com os mercados mais competitivos tais como Chile, África do Sul, Espanha, dentre outros, tornando-se um centro de referência para os pequenos produtores locais. Atualmente é composta por 40 empresas produtoras de frutas - uvas, melões, mangas, acerolas, etc; concorrentes entre si, mas que se organizaram na tentativa de buscar vantagens competitivas para empreender o processo produtivo de frutas, o qual envolve as atividades de controle e gestão, desde a produção propriamente dita, até a colocação do produto nas prateleiras dos supermercados norte-americanos, europeus, nacionais, regionais.

Os objetivos definidos no seu estatuto são representar o empresariado hortifrutigranjeiro local de forma institucional e política, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, sejam eles nacionais ou internacionais.

Suas maiores preocupações estão relacionadas com as articulações nacionais e internacionais, com as instituições ligadas à produção, preparação, armazenamento, transporte, comercialização, exportação e promoção de produtos hortifrutigranjeiros no Brasil e no exterior. Enquanto instrumento de organização política da classe neo-exportadora, de representação e de pressão diante das organizações da sociedade civil, governo, sindicatos, justiça, a VALEEXPORT, conseguiu nesses dezessete anos de

existência conquistar algumas reivindicações significativas para o desenvolvimento da agricultura especializada na fruticultura de exportação do polo Juazeiro-Petrolina.

A VALEXPORTE estabeleceu em 1999 o seu plano estratégico, concebido como um conjunto de ações que organizam de forma geral e que catalisam transformações, com o objetivo de garantir a conquista como disse, de vantagens competitivas para o desenvolvimento da fruticultura praticada no pólo Juazeiro-Petrolina. O desenvolvimento de pesquisa e tecnologia para o melhoramento da qualidade da produção, bem como o efetivo controle das pragas e doenças que afetavam, por exemplo, produção de manga do polo Juazeiro-Petrolina, foi uma das causas fundamentais para o predomínio das exportações brasileiras desse produto, para o mercado internacional, destacando-se o norte-americano e o europeu.

A manga produzida no polo Juazeiro-Petrolina apresenta grandes vantagens em relação a outros países produtores e exportadores, uma vez que a sua produção é obtida durante todo o ano, destacando-se os meses de outubro e novembro como o ápice da produção, não encontrando concorrentes entre os países produtores e exportadores. Nesse período são os países do hemisfério norte os principais mercados de destino da produção, conforme ilustra a figura 01 abaixo.

Segundo dados da VALEXPORTE, a oferta mundial de manga está em torno de 24 milhões de toneladas, sendo seus países produtores, a Índia com 50% deste volume, 10% na China e em seguida vem México, Tailândia e Filipinas. O Brasil está no rol dos principais países exportadores de manga do mundo, muito embora esteja começando no mercado internacional com um volume muito aquém do enviado pelo México que é o líder absoluto dos principais mercados importadores.

Figura III - 01. Época de produção dos principais países produtores e exportadores

País	Manga – Época de produção											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
África do Sul	■	■	■									
Brasil (Juaz-Petrolina)	■							■		■		■
Brasil (São Paulo)	■	■										■
Brasil (Piauí)			■							■		
Costa do Marfim			■	■	■	■	■	■		■		
Costa Rica		■	■					■				
Filipinas						■	■	■	■	■		
Guatemala		■	■	■	■	■	■					
Índia	■	■	■	■								
Israel						■	■	■				
México			■	■	■	■	■	■	■			
Paquistão						■	■					
Peru	■	■										■
Equador										■	■	■
Porto Rico			■	■	■							
Quênia				■	■	■	■					
Venezuela			■	■			■					

Fonte: VALEXPORT - 2003

■ Maior concentração da produção ■ Média produção ■ Menor produção

Em 2003 o mundo exportou cerca de 700 mil toneladas de manga e, desse total o Brasil participou com 133.330 toneladas (Ver tabela 03). Tais números, que coloca o país como o segundo maior exportador dessa fruta, são ainda modestos se comparado com o volume produzido que é pouco mais de 300 mil toneladas. Contudo se for verificar as exportações brasileiras dessa fruta no início dos anos 90, que não passavam de 4,5 toneladas, observa-se que em 2003 esses números são altamente expressivos.

A região do Submédio São Francisco é atualmente um dos principais pólos de produção e o maior de exportação de manga do país, com área plantada de cerca de 25 mil hectares, concentrados principalmente no território de Juazeiro-Petrolina. Deste total aproximadamente 70% dos cultivos estão em crescente ou plena produção e 30% ainda em implantação. Trata-se de cultivos de alta tecnologia e grande demanda de clientes de capital, situação que exige por parte do produtor,

produtividade e rentabilidade econômica. Esta região se destaca com uma produção de 124.620 toneladas (Ver tabela 02), o que responde por 93% em relação ao Brasil, que foi de 133.330 toneladas. (Ver figura III-2).

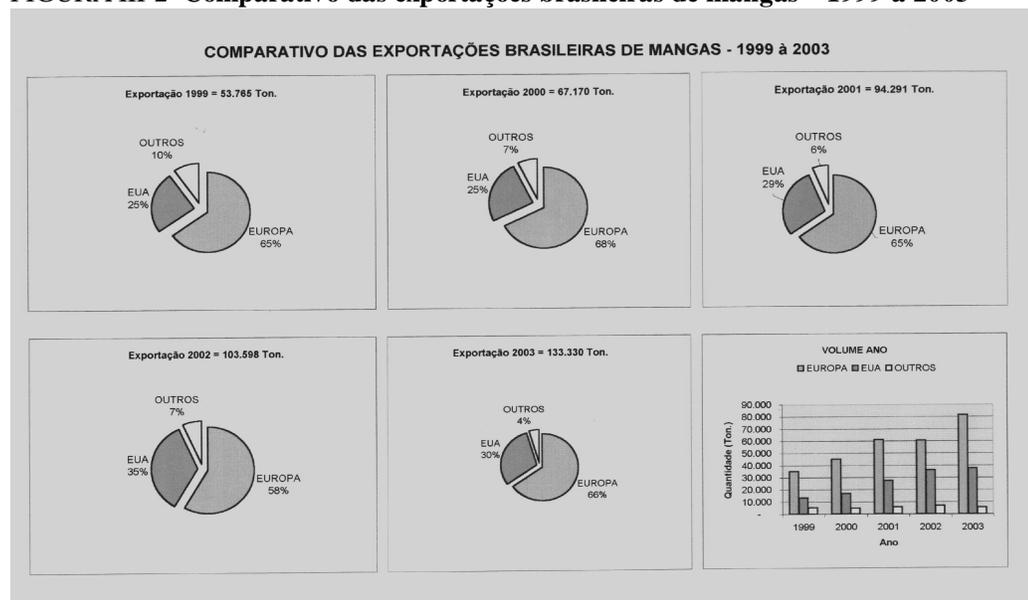
Quanto à produção de uva, o pólo Juazeiro-Petrolina atualmente é considerado o maior território produtor de *uva fina de mesa* do país, que correspondeu em 2003, a uma produção de 260 mil toneladas e de maior expressão no comércio internacional,

**Tabela III-02. Exportação de manga.**

ANO	EM TONELADAS			EM US\$ 1.000,00		
	VALE	BRASIL	PART	VALE	BRASIL	PART
1997	21.500	23.330	92%	18.600	20.182	92%
1998	34.000	39.185	87%	29.750	32.518	91%
1999	44.000	53.765	82%	28.600	32.011	89%
2000	57.200	67.000	85%	37.180	43.550	85%
2001	81.155	94.291	86%	43.443	50.814	85%
2002	93.559	103.598	90%	45.962	50.894	90%
<b>2003</b>	<b>124.620</b>	<b>133.330</b>	<b>93%</b>	<b>68.256</b>	<b>73.394</b>	<b>93%</b>

Fonte: Valexport - 2004

**FIGURA III-2 Comparativo das exportações brasileiras de mangas – 1999 a 2003**



Fonte: Valexport - 2003

representando nesse mesmo ano, 98% da exportação do país, ou seja, 36.848 toneladas. (Ver tabela 03).

Segundo um representante da VALEXPORT;

*[...] o polo Juazeiro-Petrolina abastece o mercado Norte, Nordeste, com uva fina, o do Centro Oeste, Sudeste e Sul, competindo nas safras destas localidades e, com maior destaque, na entressafra desses Estados. Na exportação, abastece atualmente a Europa, EUA e Canadá, explorando as sazonalidades do Hemisfério Norte, como também países do Cone Sul, Oriente Médio, América Central e Indonésia.*

**Tabela III-03. Exportação de uva**

ANO	EM TONELADAS			EM US\$ 1.000,00		
	VALE	BRASIL	PART	VALE	BRASIL	PART
1997	3.700	3.705	100%	4.700	4.780	98%
1998	4.300	4.405	98%	5.550	5.823	95%
1999	10.250	11.083	92%	7.910	8.614	92%
2000	13.300	14.000	95%	10.264	10.800	95%
2001	19.627	20.660	95%	20.485	21.563	95%
2002	25.087	26.357	95%	32.460	33.789	96%
<b>2003</b>	<b>36.848</b>	<b>37.600</b>	<b>98%</b>	<b>58.740</b>	<b>59.939</b>	<b>98%</b>

Fonte: Valexport -2004

Essa vantagem vem da capacidade de o pólo Juazeiro-Petrolina produzir duas colheitas e meia ao ano, devido às suas características edafoclimáticas e uso da irrigação, a qual permite manter o controle do desenvolvimento das plantas, tendo como resultado que os produtores controlam suas ofertas pela sazonalidade dos competidores internos e externos.

As tendências de consumo verificadas no mercado consumidor internacional, são rapidamente alteradas e incorporadas ao processo produtivo do pólo Juazeiro-Petrolina. A VALEXPORT é retroalimentada por informações de seus agentes internacionais localizados principalmente na União Européia e Estados Unidos. O uso das técnicas de irrigação permite a modificação das diversas variáveis que estruturam a

composição do produto de acordo com as exigências de seus clientes, bastando para isso interferir na quantidade de água utilizada no desenvolvimento das plantas, o momento adequado para realização da poda, raleio, os quais vai definir o tamanho do diâmetro das bagas, peso dos cachos, coloração dos frutos.

- *Infra-estrutura de pós-colheita: packing house*

Os *packing house* são galpões onde os frutos são recolhidos para beneficiamento e integram o sistema que inaugura o processo de comercialização das safras e são de fundamental importância para a fruticultura destinada ao consumo *in natura*. Para que a produção atinja o mercado consumidor com um padrão de qualidade que atenda as exigências dos clientes, sejam eles localizados no mercado nacional ou internacional, é necessário que as frutas sejam submetidas aos processos de limpeza, classificação, embalagem, etiqueta e armazenamento nas câmaras de frio e pré-frio.

No polo Juazeiro-Petrolina existe uma significativa rede *packing house*, instalado. Na VALEEXPORT existem cadastrados 46 unidades destes, com capacidade de 97.500 m<sup>2</sup>, sendo 21 deles com instalações frigoríficas, apresentando uma capacidade média de armazenamento de 100 t/dia para manga e 20t/dia para uva, distribuídos por diversas empresas localizadas nas diversas áreas de produção.

Vale ressaltar que todos os *packing* existentes pertencem aos grandes produtores, sendo um dos pontos de grande debilidade para que os produtores familiares obtenham o grau de qualidade necessário, para penetrar na estrutura de comercialização nacional e internacional, devido ao alto custo de instalação de uma estrutura como essa, que segundo a VALEEXPORT, estimada em torno a US\$ 200 mil.

### *- Produtores familiares*

Por sua parte, os produtores familiares tentam adequar-se também à realidade de produzir com qualidade, com o objetivo de exportar para o mercado nacional e internacional os seus produtos, mas grandes dificuldades são verificadas neste percurso. Distribuídos em lotes irrigados que variam entre 3 a 08 hectares, este segmento não tem a mesma sorte dos grandes produtores organizados na VALEXPOR, que detém grande parte dos investimentos públicos, as facilidades de crédito e infra-estrutura de exportação.

### *- Produção e produtividade*

Nos sete perímetros irrigados implantados no polo Juazeiro-Petrolina, segundo informações da CODEVASF, em 2003, a pequena produção agrícola foi responsável por 265.273,71 toneladas de produtos frutícolas, numa área de 13.868,80 hectares, gerando uma receita bruta de R\$ 92.640.502,04. Aparentemente estas cifras podem significar um relativo sucesso dos agricultores familiares instalados no polo Juazeiro-Petrolina, mas escondem uma situação distorcida da realidade desse coletivo.

Tomando-se como exemplo os casos dos Projetos de Irrigação Maria Teresa e o Projeto Senador Nilo Coelho em Petrolina, os quais abrigam 539 e 1.593 produtores familiares respectivamente, a situação não parece ser tão otimista assim. A tabela 03 abaixo pode elucidar esta questão.

No Perímetro de Maria Teresa, em 2003, o total de área colhida foi 2.122,58 hectares, com produção de 39.663,33 toneladas gerando um valor bruto de R\$ 17.471.760,20 com um custo de produção variável médio de R\$ 8.582.428,00

obtendo-se assim um faturamento de R\$ 8.889.332,20 no ano, isso sem estar incluído o custo fixo (oportunidade da terra, administração) e as depreciações (equipamentos, instalações). Se dividirmos este valor por 539 pequenos produtores, resultaria numa cifra média de R\$16.492,27 anuais por produtor, ou seja: R\$1.374,35 mensais. Vale ressaltar que neste cálculo também não está incluído o capital inicial para a produção do ano seguinte, nem as despesas de manutenção do produtor e de sua família.

**Tabela III-04. Produção Familiar do Projeto Maria Teresa e Nilo Coelho**

Projeto	Área Colhida (há)	Produção (ton)	Valor Bruto (R\$)	Custo Variável Médio (R\$)	Faturamento (R\$)	Nº de Produtores	Ganho Anual médio por Produtor	Ganho Mensal médio por Produtor
<b>Maria Teresa</b>	2.122,58	39.663,33	17.471.760,20	8.582.428,00	8.889.332,20	539	16.492,27	1.374,35
<i>Nilo Coelho</i>	8.185,68	167.029,81	108.646.276,50	45.269.898,36	63.376.378,14	1.593	39.784,30	3.315,36

Fonte: CODEVASF – Juazeiro-BA 2003

A tabela 05 abaixo se refere aos produtores familiares dos perímetros instalados em Juazeiro-BA e que também fazem parte deste pólo de irrigação. De acordo a leitura dos dados, no ano de 2003 o ganho médio mensal por cada produtor nesses perímetros, demonstra a realidade deste coletivo neste território, ou seja: Todos plantam mais pouco lucra.

**Tabela III-05. PRODUÇÃO FAMILIAR DOS PROJETOS DE JUAZEIRO-BA**

Projeto	Área Colhida (há)	Produção (ton)	Valor Bruto (R\$)	Custo Variável Médio (R\$)	Faturamento (R\$)	Nº de Produtores	Ganho Anual médio por Produtor	Ganho Mensal médio por Produtor
<b>Mandacarú</b>	279,23	3.931,10	1.646.766,00	914.694,20	732.071,80	52	14.141,00	1.178,42
<i>Curaçá</i>	1.697,10	24.326,42	7.664.633,00	4.906.216,00	2.758.417,00	265	10.409,13	867,44
<i>Tourão</i>	212,25	2.655,50	872.384,30	356.286,18	516.098,12	37	13.949,00	1.162,42
<b>Maniçoba</b>	647,20	15.173,60	5.622.296,90	2.906.956,00	2.715.341,00	240	11.348,93	945,74

Fonte: CODEVASF – Juazeiro-BA - 2003

Sobre esta situação, em conversa com um técnico agrônomo da CODEVASF – 6ª SR em Juazeiro-BA, C.A.B. o qual trabalha diretamente com esses perímetros diz:

*[...] a maioria dos pequenos produtores não alcançam a produtividade que possam elevar os seus ganhos. Na forma que aí está é como “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come”. Isso que dizer que para ele melhorar sua produtividade é preciso os insumos necessários e que tem custos elevados. Por outro lado se não faz uso dos insumos adequados ele não alcançará uma boa produtividade e dependendo do tipo da cultura plantada, perde na qualidade e conseqüentemente no preço. Para melhorar a situação do pequeno produtor nesta região penso que este deve ser necessário se fazer investimento através dos órgãos competentes e serem acompanhados por técnicos qualificados desde o início do plantio até a comercialização do produto. Se não for assim não tem jeito, a sorte fica por conta de cada um.*

#### ***- Trabalhadores e trabalhadoras das empresas frutícolas***

Os trabalhadores das empresas frutícolas localizadas no pólo de Juazeiro-Petrolina assumem um papel de fundamental importância para a produção da riqueza que vem sendo verificada nesse pólo, submetidos a um forte processo de exploração de sua força de trabalho que é trocada pelo insignificante salário de R\$ 260 mensal, por uma jornada de 44 horas de trabalho semanal. Mais dois pontos foram destacados para a análise desse ator social: a divisão sexual do trabalho e o uso de agrotóxicos.

#### ***- Divisão sexual do trabalho***

Na produção de frutas para o mercado regional e global, observa-se no pólo de Juazeiro- Petrolina uma divisão sexual do trabalho que se acentua para responder aos requisitos de qualidade do produto, segundo uma definição sócio-cultural de que homens e mulheres têm habilidades diferentes para cada tarefa no setor produtivo (Cavalcanti & Silva,1999:270). Os homens e mulheres constituem a principal mão de obra na produção de mangas para a exportação, enquanto as mulheres participam das

etapas de classificação, seleção e embalagem do produto. Por sua vez, a mão de obra feminina é considerada fundamental no cultivo da uva, ocupando 80% do trabalho requerido, uma vez que, de acordo com os produtores, a mulher apresenta qualidades determinantes no manuseio desse produto.

As mulheres, sob a alegação da "habilidade" com as mãos, têm prioridade na contratação para a execução das tarefas ralar, desbastar, pentear, tirar gavinha, colher e embalar a uva, embora homens também as realizem (Oliveira, 1998:86). Essas atividades desenvolvidas são de fundamental importância no processo produtivo da uva, por ser nestas etapas que se define a qualidade do produto a ser comercializado, o qual deve atender às exigências, principalmente dos consumidores internacionais em relação ao peso, tamanho, quantidade de bagos em cada cacho, doçura, uniformidade e uma boa apresentação que possa despontar o interesse dos compradores.

As mulheres trabalhadoras nas empresas frutícolas desse território, são duplamente exploradas, pois além de cumprirem com suas atividades profissionais, as quais implicam no mesmo número de horas de trabalho que o homem, as mesmas se deslocam para os locais de trabalho e retornam a mesma hora que os homens e ainda são responsáveis pelas atividades relacionadas com as tarefas da casa, tais como: alimentação dos filhos e do marido, tarefas escolares, lavagem de roupa, limpeza da casa, etc. O seu tempo para o repouso é pouco ou mesmo nenhum, enquanto para os homens permanece inalterado, pois quando chegam em casa após uma jornada de trabalho, têm que encontrar a comida pronta e nos finais de semana, ainda arrumam tempo para conversar com os amigos, bater uma "bolinha" e ficar na buodega tomando uns goles.

O depoimento abaixo de uma trabalhadora de 23 anos de uma unidade produtiva localizada no polo Juazeiro-Petrolina, transcrito de Oliveira, reflete esta situação:

[...] ser mulher é uma barra pesada. E ser mulher rural é muito pior. Olha, se a gente fizer as contas direitinho, no final de um ano a gente tem trabalhado dois anos. Porque dá duro na roça, passa do horário, e ainda faz todo o serviço da casa e com os filhos. O marido não faz nada em casa, porque diz que serviço de casa é serviço de mulher. Se a gente não precisasse de trabalhar na uva, muito bem. Mas a gente precisa, porque o que o marido ganha é muito pouco, não dá para quase nada. Feliz são os homens que volta do trabalho e não faz mais nada (Oliveira, 1998: 66)

No pólo de Juazeiro-Petrolina a luta pela sobrevivência, pelo emprego e pelo salário são definidas como prioritárias, enquanto as questões de gênero são colocadas em segundo plano. São ainda inexistentes as organizações de mulheres que lutem pelo reconhecimento de seu trabalho, de sua dignidade e sua exploração, passando praticamente invisíveis diante dos olhos dos grandes produtores neste pólo, em que se estabelecem condições diferenciadas e desiguais, onde são visíveis formas específicas de discriminação próprias as condições de gênero, a exemplo do acesso aos bens e serviços sociais e a capacitação técnica para especialização da profissão.

#### - *Uso de agrotóxicos*

Segundo entrevista realizada com um representante da Delegacia Regional do Trabalho – DRT em Petrolina;

*[...] o termo agrotóxico passou a ser utilizado no Brasil para designar os venenos utilizados na agricultura, após grande mobilização da sociedade civil organizada. Anteriormente eram comumente denominados de defensivos agrícolas, por influência dos programas oficiais de financiamento e estímulo à sua comercialização. É necessário, portanto, alertar a população quanto à sua toxicidade e riscos para o meio ambiente e para saúde humana, justificando a mudança da denominação. Nesse sentido, a Lei Federal no. 7.802 de 11/07/89 - Lei dos Agrotóxicos -, em seu artigo 2º, Inciso I, regulamentada através do decreto 98.816, artigo 2º., Incisos I, II e III, define quanto ao uso e suas implicações.*

Quanto ao grau de toxicidade humana, os agrotóxicos são classificados, pelo Ministério da Saúde, em quatro classes toxicológicas:

Classe I - Extremamente tóxico - faixa vermelha;  
Classe II - Altamente tóxico - faixa amarela;  
Classe III - Medianamente tóxico - faixa azul;  
Classe IV - Pouco tóxico - faixa verde.

Em conversa com um médico habilitado em Medicina do Trabalho;

*A Lei no. 7.802 de 11.07.89 estabelece três tipos de intoxicação: aguda, subaguda e crônica. A intoxicação aguda é aquela na qual os sintomas surgem rapidamente, algumas horas após exposição excessiva, por curto período, a produtos extremamente ou altamente tóxicos. Pode ocorrer de forma leve, moderada ou grave, a depender da quantidade de produto absorvido. A intoxicação subaguda ocorre por exposição moderada ou pequena a produtos altamente tóxicos ou medianamente tóxicos e tem aparecimento mais lento. Os sintomas são subjetivos e vagos, tais como dor de cabeça, fraqueza, mal estar, dor de estômago e sonolência, entre outros. A intoxicação crônica caracteriza-se por surgimento tardio, em meses ou anos, por exposição pequena ou moderada a produtos medianamente ou pouco tóxicos ou a múltiplos produtos, acarretando danos irreversíveis, do tipo paralisias e câncer.*

Uma investigação realizada, em 1999, pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho, a qual se teve acesso, contribui para que se tenha uma visão mais geral do grau de comprometimento e complexidade no manuseio de agrotóxicos neste pólo. Em relação ao destino final das embalagens dos agrotóxicos, a pesquisa aponta entre os 1.212 entrevistados que 39% são queimadas, 21% enterradas, 18% acumulada em lugar reservado, 14% jogada em qualquer lugar e 8% jogada no lixo. Quanto aos cuidados para este descarte, 58% faz tríplice lavagem, 29% não faz lavagem alguma, 4% não sabe o que fazer e 10% sabe como descartar, mas não utiliza o processo. Na definição do agrotóxico que utiliza, 46% buscam orientação de técnicos de Extensão Agrária, 32% fazem por iniciativa própria, 13% seguem a orientação dos vendedores, 5% solicitam informações de amigos e apenas 4% buscam orientação de consultores. Esta situação não difere da realidade dos outros perímetros de irrigação, apesar de

alguns esforços serem realizados pelos técnicos e alguns médicos dos órgãos municipais, estaduais e federais de saúde.

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, consumindo 200 mil toneladas por ano. Em 1998, segundo a Panorama Setorial, gastou 1,3 bilhões de dólares, somente superado pelos Estados Unidos e Japão que durante este mesmo ano consumiu 8 bilhões e 2,8 bilhões de dólares, respectivamente. As empresas multinacionais são as responsáveis por 90% de todos os produtos agrotóxicos consumidos no Brasil. O faturamento dessas empresas em 1998 atingiu a cifra de 2,8 bilhões de dólares, destacando-se o grupo alemão BASF com 35,75% dos agrotóxicos produzido no país.

É importante ressaltar que os agrotóxicos produzidos por estas empresas no Brasil têm proibido a produção, utilização e comercialização em seus países de origem. Já se sabe que a era da lavoura química, que aumentaria de forma espetacular a produção agrícola, em nome da alimentação dos povos famintos, conforme alardeado no início da *Revolução Verde*, na verdade não ajudou os agricultores, nem a terra e muito menos os famintos. Contribuiu sim e contribui cada vez mais, para a sua morte silenciosa e disfarçada.

**Tabela III-06. Principais fabricantes de Agrotóxicos no Brasil**

Fabricante	Procedência	Produtos	Faturamento/1998-US\$
BASF	Alemanha	Dormex, Strobb	1 bilhão
ZENECA	Inglaterra	Bravmil, Anvil, Amistar	454 milhões
DOW Agrosciences	Estados Unidos	Lorsban 480 BR, Sabre, Rubigan 120 CE, Mancozeb Sanachen 800 PM, Fungiscan 700 PM,	960 milhões
Novartis Agro	Suíça	Gliz 480 CS	180 milhões
Du Pont	Estados Unidos	Krovar Br, Savey PM, Tanger, Benlate 500, Curzate M+Zinco	208 milhões
Agrevo	Alemanha	Palisade, Mythof, Derosal, Decis	175 milhões

Fonte: Panorama Setorial, 1998

- Os assentados - MST

Os Trabalhadores - MST - é um outro ator social instalado no território Juazeiro-Petrolina, o qual luta contra a exclusão social, desencadeada pelo processo de globalização da economia mundial. Neste território a luta pela posse da terra não é diferente do contexto de trajetória do Movimento dos Trabalhadores *Sem Terra* a nível nacional. Constituído por um contingente heterogêneo de pessoas de diversas partes do Brasil, predominantemente de moradores dos municípios de Juazeiro, Petrolina, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e os provenientes de outros municípios dos Estados de Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí, se deslocaram para o território de Juazeiro e Petrolina em busca de trabalho e de melhores condições.

O depoimento abaixo, tomado em entrevista realizada em Junho 2003, durante um encontro do MST na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina – FFPP de uma integrante da ocupação da Fazenda Bergamo - Sobradinho, M.B.S., casada, com 33 anos de idade e mãe de três filhos, proveniente do município de Juazeiro -, reflete a situação em que vivia grande parte da população que se encontra no SMSF e que busca sua inserção na sociedade produtiva:

*[...] eu vim pá cá pensando que podia encontrar uma vida mió pros meus filho. Comencei a trabalhar em uma fazenda de uva e tinha que trabalhar mais de oito horas, cheirando agrotóxico... era uma dor de cabeça que eu tinha todos os dias...eu morava no Kidé (bairro da periferia de Juazeiro) numa casa bem pequena com três cômodos...chegava o fim do mês quando recebia o salário não dava prá nada...o meu filho mais velho de oito ano já estava cheirando cola e se juntando com outros vizinhos prá fazer coisa ruim... aqui estamos bem... já plantei feijão, milho prá comer e a cebola vendi na feira... os meus filho agora brinca com outros tipos de brincadeira, de fazer roça... aqui tenho esperança de ter uma vida muito milho...de ter meu pedaço de chão e junto com meus companheiro ser realmente reconhecido como gente [...]*

Atualmente existem nesta região segundo um representante do MST, cinco ocupações, com 665 famílias, as quais representam 2.820 pessoas, instaladas em 6.405 hectares, à espera dos trâmites burocráticos para a devida instalação e posse da terra. As vistorias já foram realizadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, as quais se convertem já numa garantia de que a posse da terra está por vir. Os assentamentos são em número de 14, com 2.395 famílias, num total de 10.076 pessoas, instaladas em 26.056 hectares, os quais produzem diversos produtos agrícolas para a subsistência tais como feijão, milho, cebola, abóbora e sendo o excedente e as frutas - manga, uva, goiaba, melão, melancia, etc -, comercializado nas feiras livres existentes nos municípios que compõem a região do SMSF

A distribuição da terra nos assentamentos privilegia a produção coletiva em 80% da área total e 20% são divididas em lotes a cada assentado. As ocupações e os assentamentos localizados no SMSF representam 24.961 hectares, alguns deles tais como Fazenda Bergamo, São Francisco, Safra, Catalunha, Ouro Verde, São José e Mansueto de Labor (os dois últimos localizados no Bebedouro), com precária estrutura de irrigação e armazenamento da produção e, que apesar de estarem instalados nas áreas dos perímetros de irrigação, não têm a mesma atenção por parte das agências públicas setoriais, que alegam ser de responsabilidade do INCRA, sendo portanto, excluídos de todo processo.

- **Mercado**

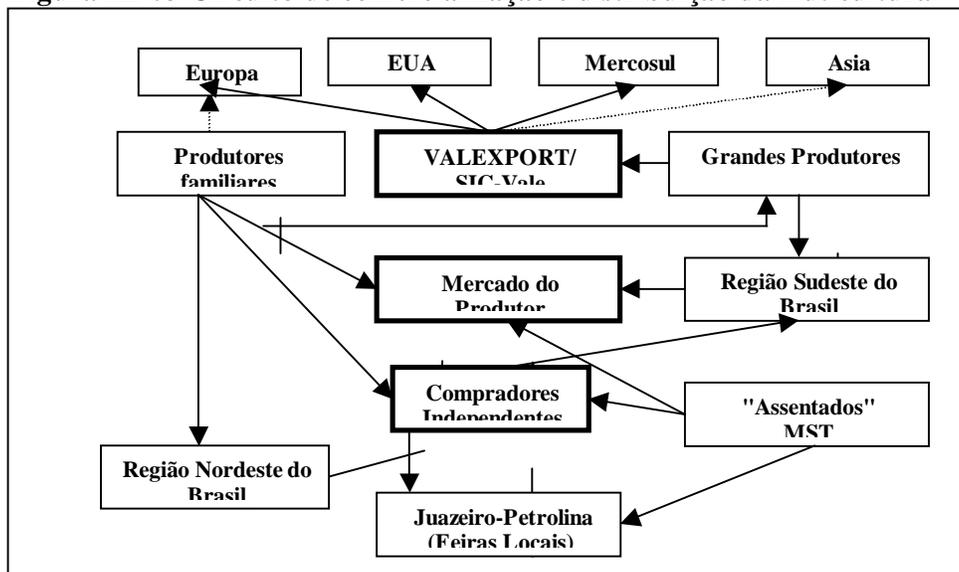
Em relação aos mercados consumidores, de acordo com a VALEXPORT, 60,95% da produção de manga é exportada ao mercado internacional, basicamente a União Européia, principalmente a Holanda (51,14%), Portugal (12,33%), Alemanha

(6,36%), França (2,88%), Canadá e Estados Unidos (9,63%), participam também deste mercado a Inglaterra (1,69%), Bélgica (1,27%), Noruega (0,52%) e o Estado Espanhol (0,37%). Os 39,05% restantes são destinados ao mercado das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. No caso da *uva fina de mesa* o pólo de Juazeiro-Petrolina se destaca como a maior território produtor do país, sendo a sua produção destinada basicamente ao mercado internacional (91,66%).

O mercado é alcançado numa ação mais de ampla de *marketing* através de meios nos quais dispõe este pólo para vender seus produtos. O *marketing* repousa sobre o conhecimento de mercado em cinco políticas de ação: a do produto, de preços, de distribuição, de comunicação e promoção. Atualmente este tipo de estratégia vem sendo muito utilizado com o objetivo de convencer, de seduzir e de atrair consumidores tanto do mercado nacional, como do mercado internacional para o consumo dos produtos produzidos neste pólo. Neste sentido os esforços são centrados no estabelecimento de padrões de qualidade que garantam a sua aceitação, sobretudo, as campanhas publicitárias e promocionais que são fundamentais na divulgação, que visam a influenciar o comportamento do público no sentido da aquisição dos produtos.

Analisando os circuitos da organização dos processos de comercialização e da distribuição verificada no pólo de Juazeiro-Petrolina, pode-se identificar seis grandes segmentos envolvidos nestas atividades: o SIC-Vale, os Grandes Produtores, o Mercado do Produtor, os Compradores Intermediários, produtores familiares e os *assentados*, conforme ilustra em seguida, a figura 03.

**Figura III-03 Circuito de comercialização e distribuição da fruticultura**



Fonte: elaboração em parceria com representantes da VALEXPORT

Esses circuitos da comercialização e distribuição guardam diferenças significativas entre si, desde os grandes produtores, os quais com uma tecnologia de gestão flexível, atingem longínquas localidades do território brasileiro - regiões sudeste e nordeste - e estão inseridos nos circuitos internacionais, com exportações destinadas aos Estados Unidos, países da União Européia, do Mercosul e Japão, aos pequenos produtores que, para atingir o mercado consumidor estão submetidos a uma variedade significativa de intermediações.

- *SIC-VALE: comercialização da grande produção.*

O Sistema Integrado de Comercialização do Vale do São Francisco - SIC-Vale, vinculado ao VALEXPORT é o responsável pela exportação dos grandes produtores do pólo de Juazeiro-Petrolina, com pretensões de envolver os diversos segmentos

desse pólo, como também da região Nordeste do Brasil, desde que respeitem os parâmetros de qualidade estabelecidos. De acordo com um dos seus representantes;

*[...] este sistema encontra-se em funcionamento desde agosto de 1999 e trata-se de uma central totalmente informatizada de compra e venda, a qual concentra a oferta, disponibilizando de forma padronizada, as frutas produzidas na região, ao mercado, descartando a presença de intermediários e abrange os mercados presente e futuro, adequando-se às diferentes possibilidades de ofertas e de demanda existentes, objetivando sempre a aproximação do produtor ao consumidor final.*

Esta central de comercialização foi construída graças ao convênio estabelecido entre VALEEXPORT, Prefeitura de Petrolina e tendo como maior investidor o Ministério de Agricultura e Reforma Agrária - MARA -, o qual financiou 2/3 do custo total, avaliado em US\$ 17 mil. Em sua estrutura operacional conta com uma sala de exposição das frutas a serem comercializadas, um auditório para realização dos leilões, salas de operação para venda eletrônica e dependências administrativas. Esta central encontra-se completamente informatizada, tendo sua estrutura tecnológica baseada no programa desenvolvido na Bélgica pela *Schelfhout* - líder mundial em desenvolvimento de sistemas de comercialização de produtos frescos.

#### *- Sistema de Comercialização*

A comercialização das frutas através do sistema implantado pelo SIC-Vale está estruturado em quatro modalidades básicas, disponibilizando os produtos do pólo Juazeiro-Petrolina no mercado nacional e internacional: *Relógio de Preços* - sistema de comercialização caracterizado pela formação de preços. Partindo de um valor máximo a um valor mínimo pré-estabelecido pelo produtor. Nesse sistema o preço inicial irá

decrecendo continuamente, através de um grande mostrador, até que um dos compradores habilitados apresente uma oferta para o lote de frutas ofertado ou quando o mesmo atingir o patamar mínimo, o qual será retirado da comercialização.

*Balcão Eletrônico de negócio à distância* - esta modalidade de comercialização permite disponibilizar através de uma rede eletrônica de comunicações, oportunidades de negócios à distância, resultantes da oferta de frutas, com preços definidos por produtores e de propostas de compras de clientes previamente cadastrados.

*Plataforma de intermediações especiais* - este sistema é realizado através de acordo celebrado entre um produtor e um cliente, sempre administrado pelo SIC-Vale, no qual são negociadas e acertadas previamente e para um determinado período futuro, quantidades e condições de fornecimento de um produto. Esta modalidade geralmente envolve operações de grande porte, em volume, ou que também exijam um prazo grande de relacionamento produtor-comprador.

*Marketing Board* - esta modalidade é voltada para a comercialização no exterior e abarca praticamente os modelos citados anteriormente, salvaguardando as características próprias das negociações internacionais, tendo como objetivo a organização das exportações de frutas produzidas no polo Juazeiro-Petrolina, realizadas com marca própria e comum.

Vale ressaltar que em todas as modalidades a liquidez está garantida, ou seja, o SIC-Vale garante o pagamento de todos os produtos vendidos, mesmo não honrados pelos compradores. Para tanto, foi criado um sistema de seguro, que deve ser contratado pelo produtor e também um fundo mantido pelo grupo de participantes.

O sistema de comercialização integrado estabelecido pelos grandes produtores do pólo Juazeiro-Petrolina confere a modernização necessária para articular este território, ao circuito das relações comerciais, seja no âmbito nacional e internacional. Uma

tecnologia de gestão que involuntariamente é repassada a outros segmentos produtivos locais, os quais despertam para a organização da produção, como *sine qua non* para a sua integração num sistema cada vez mais competitivo.

*- Fluxo de distribuição*

Para atingir o mercado consumidor internacional, a produção frutícola do pólo Juazeiro-Petrolina passa por etapas sucessivas e um longo caminho deve ser percorrido, para que no máximo em doze dias após a colheita, a produção esteja disponível nas prateleiras dos supermercados localizados em cidades como Londres, Amsterdã, Paris, Barcelona ou Santiago de Compostela, como pode ser visto através das figuras 04 e 05 no anexo deste trabalho, tomando como exemplo o caso da uva e da manga.

*- Grandes produtores*

No circuito de comercialização e da distribuição da produção, os grandes produtores independentes realizam seus fluxos comerciais predominantemente para mercado nacional e utilizam a infra-estrutura de distribuição do BGMB, para destinar os seus produtos ao mercado internacional.

*- Compradores independentes*

Os compradores independentes têm como principal característica à intermediação comercial entre os produtores familiares e o consumidor final, podendo ser pessoas

físicas ou jurídicas. Diversas são as modalidades utilizadas nas relações comerciais, entre as quais destacam-se: financiamento da produção, recebendo em troca o valor financiado em produtos; compra direta do produto no local de origem; compra direta nos locais de armazenamento, ofertados pelos produtores; compra e venda por telefone e fax-símile.

Os compradores independentes podem ser de diversos tipos, desde aqueles que se deslocam para as áreas de produção até um simples caminhoneiro que traz produtos de outros estados e, para não retornarem ao seu destino sem carga, transportam produtos hortifrutigranjeiros aumentando suas margens de lucros; há também aqueles que estão instalados nos boxes do Mercado do Produtor (Juazeiro-BA) e/ou em suas imediações, os quais recebem a produção nos seus locais de armazenamento para grandes produtores, e que utilizam o sistema de consignação. Vale ressaltar que esses compradores independentes aproveitam da fragilidade dos produtores familiares, para se beneficiarem dos preços do produto, decorrente da falta de estrutura desse coletivo.

- *O mercado dos assentados do MST*

A produção dos assentamentos é comercializada nas feiras livres dos municípios que compõem o território Juazeiro-Petrolina, no Mercado do Produtor de Juazeiro, mas também boa parte é diretamente negociada com os compradores independentes, os quais se deslocam até o local da produção e que nas mesmas condições dos produtores familiares, se aproveitam para aumentar suas margens de lucros a barganhar no preço.

Contudo, essa ainda é uma forma rentável no momento para este ator social, devido também a falta de estrutura nesses assentamentos, uma vez que existe uma grande dificuldade para o deslocamento da produção aos centros de comercialização,

representada pela falta de transporte. O volume comercializado ainda é insignificante, pois a prioridade atual é a produção para a subsistência das famílias instaladas nos assentamentos.

## **CAPÍTULO IV. DESEQUILIBRIO SOCIOECONÔMICO NO PROJETO BEBEDOURO: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES**

O desenvolvimento rural deve ser entendido como a capacidade da sociedade local-rural se organizar e desencadear um processo de integração às redes comerciais de circulação de mercadorias e de promover a integração da população envolvida aos padrões aceitáveis de qualidade de vida. Nesse sentido o objetivo deste capítulo é analisar as tendências de desenvolvimento rural do Perímetro de Irrigação – Projeto Bebedouro, tendo como base metodológica às mesmas categorias utilizadas no capítulo III, as quais serão observadas no decorrer das análises. *Base estrutural* - consiste na análise dos recursos humanos, gestão organizacional, tecnologia, financiamento; *mercado* – compreende o exame da capacidade deste perímetro de irrigação em atingir o mercado consumidor e como alcança a competitividade nos mercados globais; *atores sociais* - consiste em analisar o grau de integração dos atores no sistema produtivo e as suas tendências de inserção nas relações de produção e comerciais.

Portanto, este capítulo analisa a pesquisa de campo realizada junto aos produtores familiares do Projeto Bebedouro, a partir de um questionário composto de questões qualitativas e quantitativas e que busca identificar e refletir acerca de suas relações com os novos modelos de gestão organizacional, suas estruturas, o grau de informalidade existente em relação aos mercados, problemas vivenciados e perspectivas de produção. A coleta desses dados foi de fundamental importância para compreender as demais estruturas do pólo de Juazeiro-Petrolina.

As propriedades dos agricultores familiares do Projeto Bebedouro medem de 03 a 08 hectares, dimensões que a CODEVASF estabelece como agricultura familiar. Do universo de 157 agricultores foram pesquisados 100, com área média de 6,4 hectares, sendo todos de nacionalidade brasileira, 99 naturais de regiões do estado de Pernambuco, próximas do Município de Petrolina e apenas 01 natural da cidade de São Paulo. Esses dados se refletem nas políticas implementadas pelo Estado, que deram prioridade aos agricultores familiares que viviam da agricultura tradicional nas áreas de *sequeiro* e *vazante*, tanto de Pernambuco como Bahia, sendo cadastrados num projeto de colonização para os perímetros irrigáveis implantados, a partir do Projeto Bebedouro, com o objetivo de diminuir o fluxo migratório para regiões do sudeste do país.

Estes dados amostrados no que se refere aos 99 pequenos agricultores vêm validar a hipótese construída na introdução deste trabalho de que as políticas públicas implantadas na região do SMSF com o intuito de atender esses pequenos agricultores tradicionais, foram apropriadas pelos grandes produtores, os quais se beneficiaram dos incentivos fiscais propiciados pelo Estado.

Quanto à escolaridade, todos os entrevistados se declararam alfabetizados, sendo que 85 estudaram até a 4ª série do 1º grau, seis ficaram entre a 5ª e 8ª série, 07 possuem o 2º grau completo, 02 cursaram agronomia (dos quais apenas 01 conclui o curso). Segundo uma pesquisa feita em 1999 pela extinta Cooperativa do Perímetro Irrigado Bebedouro- CAMPIB, com os agricultores familiares deste perímetro, foi encontrado um baixo índice de escolaridade entre os produtores, sendo que 4,8% declararam ser analfabetos, 35,0% apenas sabem ler e escrever, 33,0% têm primeiro grau incompleto, 7,0% tem o primeiro grau completo, 2,0% segundo grau incompleto, 12% segundo grau completo e 5,4% informaram ter cursos superior completo.

Quando comparamos os dados desse relatório com os da nossa pesquisa, nota-se uma melhora, já que não foram encontradas em nossa amostra pessoas sem alfabetização. Contudo se forem comparados os percentuais de 35,0% de agricultores que sabem ler e escrever, mais os 33,0% que têm primeiro grau incompleto e os 7,0% que tem o primeiro grau completo, não se distancia tanto, quando mensurados com esta pesquisa. Em função destes novos modelos de gestão organizacional o grau de instrução é uma variável importante para ser analisada neste contexto socioeconômico. Observe na tabela 05 abaixo, que os dois informantes com curso superior são os que adotam outros recursos tecnológicos não tradicionais, a exemplo do tipo de irrigação localizada por microaspersão e possuem uma relação comercial com uma grande empresa para escoar sua produção conforme demonstra os dados nas tabelas 27 e 28 mais adiante.

**Tabela IV- 05. Escolaridade**

<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>RECURSOS TECNOLÓGICOS UTILIZADOS</b>	<b>NÚMERO</b>
Não alfabetizado		Nenhum
Até a 4ª série do 1º grau	Irrigação por gravidade - tipo tradicional	85
Da 5ª até a 8ª série do 1º grau	Irrigação por gravidade - tipo tradicional	06
Da 1ª série até a 3ª do 2º grau	Irrigação por gravidade - tipo tradicional	07
Superior incompleto	Irrigação com tecnologia de ponta - microaspersão	01
Superior completo ou mais	Irrigação com tecnologia de ponta - microaspersão	01
<b>Total</b>		<b>100</b>

Quanto ao acesso a propriedade, 76 informaram que já foi comprada de terceiros (antigos donos) e 24, receberam os lotes através do programa de assentamento da SUVALE (hoje - CODEVASF). A desistência desses antigos donos, que vieram de uma agricultura tradicional, resultou da falta de acompanhamento de políticas públicas adequadas por parte das agências setoriais no Projeto Bebedouro, o que mais uma vez vem validar a outra hipótese construída neste trabalho quanto à reversão no

comportamento tradicional dos produtores regionais, em função das inovações organizacionais e tecnológicas em todos os estágios da produção e comercialização, até então desconhecida (Ver tabela 06, 07 e 10).

Apesar da pesquisa não mostrar os motivos dos 76 dos antigos donos terem vendido os seus lotes, já deixa uma pista para que seja investigada, pois no início dos anos 90 que é o tempo médio em que a maioria está instalada no perímetro, já estava em funcionamento nesse período, outros perímetros de irrigação. Em conversa com o gerente do Projeto Senador Nilo Coelho, o mesmo diz que conhece vários produtores familiares que foram do Projeto Bebedouro.

A CODEVASF, a partir dos anos 1960 e 1970, previa a instalação em seus perímetros irrigados de parcelas destinadas exclusivamente para produtores familiares. A realidade que se tem hoje é que muitos deles estão sendo “cercados” por grandes produtores, provocando com isso sérios problemas, tendo como resultado que muitos estão sendo obrigados a venderem seus lotes, buscando outros perímetros mais estruturados ou migrando para os centros urbanos de Juazeiro e Petrolina, em busca de outras oportunidades de trabalho.

Em relação a esta situação, os técnicos da CODEVASF, afirmam que a causa deste problema é, sobretudo, da dificuldade que esses agricultores tem em se adequarem às novas tecnologias. Entretanto, esse é um argumento reducionista, puramente tecnicista, quando transfere para os agricultores familiares a total responsabilidade, o que deixa latente os verdadeiros motivos dos agricultores familiares não se adequarem a estes novos modelos de organização da produção.

**Tabela IV- 06. Como adquiriram os lotes.**

<b>FORMA DE COMPRA</b>	<b>NÚMERO</b>
Comprou de terceiros	76
Arrendou de outro	Nenhum
Recebeu como doação	Nenhum
Recebeu como herança	Nenhum
Recebeu do governo	24
<b>Total</b>	<b>100</b>

No que se refere ao tempo em que estão instalados neste projeto, conforme a leitura da tabela 07 abaixo, dos 100 agricultores pesquisados, 02 tem em torno de 5 anos de permanência, 05 tem entre 06 a 15 anos, 67 tem entre 16 a 25 anos e 26 possuem entre 26 a 34 anos de permanência. Esses dados mostram que está havendo uma rotatividade no Projeto Bebedouro, pois desde a sua implantação em 1968, restam 26 que ainda resistem, pois a maioria conforme já foi citado comprou de terceiros.

**Tabela IV- 07. Tempo de permanência nos lotes**

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO</b>
De 02 a 05 anos	02
De 06 a 15 anos	05
De 16 a 25 anos	67
De 26 a 34 anos	26
<b>Total</b>	<b>100</b>

Quanto ao uso da terra como fonte renda, 73 agricultores responderam que vivem unicamente desta, bem como os seus familiares que participam na produção. 18 vivem da terra, mas tem outra atividade, assim como também seus familiares e 09 vivem na propriedade apenas como simples moradia, tendo, portanto uma outra fonte de renda, que nesse caso específico, não mais se constituem como agricultores. Apesar da pesquisa ter encontrado apenas 9 entrevistados que vivem na propriedade e não da propriedade, isso já é um sintoma no que diz respeito aos problemas estruturais do

Projeto Bebedouro, oriundas da ausência de políticas públicas direcionadas para esse segmento.

**Tabela IV- 08. Como vive economicamente os agricultores familiares**

<b>MODO DE VIDA</b>	<b>NÚMERO</b>
Vive unicamente da propriedade como fonte de renda	73
Vive da propriedade e tem outra fonte de renda	18
Vive na propriedade como simples moradia e tem outra fonte de renda	09
<b>Total</b>	<b>100</b>

Os dados da tabela 09 abaixo demonstram que a força de trabalho no Projeto Bebedouro vem praticamente da própria família em que a maioria dos seus membros participa das relações de produção, porém, não se constituindo em trabalhadores assalariados.

**Tabela IV- 09. Como vivem os outros membros da família**

<b>PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA PRODUÇÃO</b>	<b>NÚMERO</b>
Participam nas atividades da agricultura	73
Participam nas atividades da agricultura, mas têm outra fonte de renda	18
Vivem na propriedade como simples moradia e têm outra fonte de renda	09
<b>Total</b>	<b>100</b>

Quanto ao modo de viver ou profissão antes de adquirir a propriedade, 72 eram agricultores em área de sequeiro, 16 foram funcionários de empresas privadas, sem qualquer experiência em agricultura irrigada. 07 vieram de empresas públicas, mas receberam treinamento em agricultura irrigada, 03 foram orientados por alguém da família e 02 já possuíam curso de técnica agrícola, conforme demonstra a tabela a seguir.

**Tabela IV-10. Modo de viver antes de adquirir a propriedade no Bebedouro**

<b>SITUAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>NÚMERO</b>
Trabalhavam em áreas de sequeiro sem qualquer experiência em irrigação	72
Funcionários de empresas privadas sem qualquer experiência em irrigação	16
Vieram de órgãos públicos e receberam treinamento em irrigação	07
Foram orientados por alguém da família	03
Já possuíam cursos em técnicos agrícolas	02
<b>Total</b>	<b>100</b>

A pesquisa indaga quais os motivos que levaram a adquirir a propriedade e 68 dos 100 entrevistados responderam, que identificaram ali uma oportunidade de negócio e que tinham capital disponível. 24 aproveitaram a oportunidade oferecida pelo governo e 08 estavam insatisfeitos com o trabalho anterior e resolveram comprar qualquer pedaço de terra.

**Tabela IV-11. O que levaram os agricultores a adquirir um lote no Bebedouro**

<b>MOTIVO</b>	<b>NÚMERO</b>
Identificaram uma oportunidade de negócio e tinham capital disponível	68
Aproveitaram a oportunidade oferecida pelo governo	24
Estavam insatisfeitos com o trabalho anterior e resolveu comprar uma terra	08
<b>Total</b>	<b>100</b>

A maioria desses agricultores vindo de uma agricultura tradicional, em áreas de sequeiro, demonstra que não tinham qualquer experiência em agricultura irrigada e que, atraídos pela estrutura organizacional do Projeto Bebedouro, adquiriram de terceiros estes lotes, acalentando o sonho de uma vida melhor. Entrevista realizada com um agricultor familiar do Projeto Bebedouro, J. M. S. de 48 anos, o mesmo diz:

*[...] esse projeto Bebedouro foi a cobaia para os outros projetos mais organizados em Petrolina e Juazeiro. Por nós ter sido os primeiros aqui instalado é que tamos pagando um preço muito alto por tudo isso. Estamos aqui isolados sem saber qual a direção que temos que tomar.*

Analisando a realidade sócio-econômica, essa valorização quanto à identificação de oportunidade de negócio e a oportunidade oferecida pelo governo, não deixa de ser uma ambigüidade, haja vista as várias dificuldades encontradas por este coletivo e em função dos novos paradigmas desta reestruturação agrícola e suas várias vertentes, a exemplo do trabalho sazonal - como uma vantagem competitiva, em que grandes produtores aproveitam para reduzir os seus custos operacionais para ter melhor competitividade nos mercados, situação esta, que não ocorre com esses produtores familiares que se utilizam o chamado “método da sobrevivência.”

De acordo os dados do quadro 01 abaixo, fornecido pela CODEVASF, no ano de 2003, das 32 culturas produzidas no Projeto Bebedouro, as principais por ordem, no total de área colhida foram: uva, manga, feijão, melancia, goiaba, milho, coco, maracujá, pinha, mamão, as quais geraram um valor bruto de R\$ 9.064.924,00 com um custo de produção variável de R\$ 4.496.213,00, obtendo-se assim um faturamento de R\$ 4.568.711,50, isso sem incluir o custo fixo (oportunidade da terra, administração) e as depreciações (equipamentos, instalações). Se dividirmos este valor por 157 pequenos agricultores, resultaria numa cifra média de R\$ 29.100,00 anuais por produtor, ou seja: R\$ 2.425,00 mensais.

Vale ressaltar que neste cálculo não está incluído o capital inicial para a produção do ano seguinte, nem as despesas de manutenção do produtor e de sua família. A entrevista realizada com L.J.S. de 45 anos, casado pai de quatro filhos, pode elucidar melhor a situação em que se encontra a maioria dos agricultores familiares no Perímetro Irrigado - Projeto Bebedouro:

*[...] aqui no meu lote eu tenho produção de manga e goiaba, vendo para o atravessador. Por mês não sei quanto ganho. Durante todo o ano é só despesa, com água, luz, adubos não dá para muito não. Os menino tem despesa com escola, com livro, comida, merenda, roupa,*

*no final das conta não fico cum nada. Num dias desse vendo isso e vou mimbora pra São Paulo tentar otra vida.*

Se recorrer mais uma vez aos dados do quadro 01, tomando de exemplo a manga, mostra que a fala desse produtor é relevante. Os produtores familiares colheram no ano de 2003, 2.115 toneladas, em 141 hectares. Se dividir a quantidade de toneladas pelo total de hectares, observa-se que foram colhidas 15 toneladas por hectare. Segundo o calculo do Banco do Nordeste a produtividade de manga no vale do São Francisco é de 20 toneladas por hectare, o que significa dizer que esses produtores perderam em média 5 toneladas, números esses que pesam nos custos de produtividade.

Quanto ao faturamento, observa-se que esses produtores venderam as 2.115 toneladas ao preço de R\$ 310,00 p/ton. Transformando esse calculo de tonelada para Kg., significa dizer que os mesmos venderam a manga a R\$ 0,31/Kg, quando no vale do São Francisco foi negociada a média de R\$ 0,51 Kg, conforme dados abaixo fornecidos pelo Mercado Produtor.

Ainda se referindo ao quadro 1 abaixo, no caso específico da uva, tem-se outro exemplo dessa realidade. No Projeto Bebedouro, os produtores familiares colheram 7.265,49 toneladas numa área de 262,46 hectares, negociada a R\$ 1.050,00 a tonelada. Convertendo esse valor para quilo, esses produtores venderam ao preço de CR\$ 1,05 o Kg. Analisando o faturamento da uva conforme demonstra o quadro 01, observa-se que se dividir esse valor pelos 157 produtores familiares, encontra-se um ganho médio anual de R\$ 26.858,50 ou R\$ 2.238,21 ao mês para cada produtor familiar.

Para se ter uma idéia, se o quilo dessa uva fosse negociado a R\$ 1,61 preço médio de mercado no ano de 2003, segundo o Mercado Produtor, teria um valor por tonelada a R\$ 1.610,00, ou seja, fazendo a leitura do quadro abaixo se teria um valor bruto de R\$ 11.697.438,90 que subtraído dos custos variáveis, um faturamento de R\$

8.285.458,90 o que significaria um ganho médio mensal por produtor familiar de R\$ 4.397,80, ou seja, praticamente o dobro do que ganharam.

A análise desses dados demonstra uma comercialização desfavorável por parte dos produtores familiares no Projeto Bebedouro, observada por uma disparidade econômica decorrente da ausência de uma estrutura por parte das agências públicas setoriais, a exemplo dos recursos humanos e da gestão organizacional para enfrentar um mercado competitivo. Essa análise pode ser mensurada se comparar à produção e a comercialização dos produtores familiares, com dois produtores empresariais.

**Quadro IV- 01. Produção Familiar do Projeto Bebedouro em 2003:**

Produtos	Área colhida	Volume (T)	Valor R\$/ton	Valor bruto	Custo variável	Faturam.	Prod.
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	F=(D/E)	G=B/A
<i>Temporárias</i>							
Feijão	139,75	160,48	1.140,00	182.947,20	139.750,00	43.197,20	1,15
Melancia	94,00	1.669,00	130,00	216.970,00	206.800,00	10.170,00	17,76
Milho	20,10	52,38	360,00	18.856,80	14.070,00	4.786,80	2,61
<i>Permanentes</i>							
Uva	262,46	7.265,49	1.050,00	7.628.764,50	3.411.980,00	4.216.784,50	27,68
Manga	141,00	2.115,00	310,00	655.650,00	535.800,00	119.850,00	15,00
Goiaba	34,82	696,40	340,00	236.776,00	111.424,00	125.352,00	20,00
Mamão	2,00	24,00	200,00	4.800,00	4.400,00	400,00	12,00
Maracujá	8,80	169,60	370,00	62.752,00	36.960,00	25.792,00	19,27
Pinha	4,08	19,60	1.080,00	21.168,00	15.504,00	5.664,00	4,80
Coco	17,75	302,00	120,00	36.240,00	19.525,00	16.715,00	17,01
<b>Total</b>	<b>724,76</b>	<b>12.473,95</b>	<b>-----</b>	<b>9.064.924,50</b>	<b>4.496.213,00</b>	<b>4.568.711,50</b>	<b>21,85</b>

Fonte: Cadastro Frutícola do Vale do São Francisco – CODEVASF - 2003

No ano de 2003, no caso específico da uva, milho e goiaba localizado no Bebedouro conforme os dados do quadro 01 já mencionado e os dados da produção

empresarial no quadro 02 fornecido pela CODEVASF, pode elucidar melhor esta situação.

Tomando a uva mais uma vez como exemplo, um empresário colheu em 2003, 160 toneladas em 6 hectares, que é a média dos lotes dos produtores familiares (6,4 ha.), negociando a um valor bruto de R\$ 200.000,00. Se subtrair esse valor pelos custos variáveis, ou seja, pelo que esse produtor investiu que foi no total de R\$ 90.000,00, obtem-se um faturamento de R\$ 110.000,00 ao ano, ou seja: R\$ 9.167,00 por mês. Ao analisar o quadro 02 abaixo e converter o valor da tonelada para quilo, nota-se que esse grande produtor negociou a sua uva ao preço de R\$ 1,25 o Kg. Isso representa R\$ 0,20 a mais em relação aos produtores familiares - bem abaixo do preço de mercado que foi de R\$ 1,61 em 2003, conforme indica o quadro 03 do Mercado Produtor e mesmo assim, obtendo lucro, se comparado com os produtores familiares que tiveram um ganho médio mensal de R\$ 2.238,21 ao mês.

Outros exemplos podem ser mensurados conforme os dados do quadro 01 já demonstrado acima e o quadro 02 abaixo, em relação ao milho e a goiaba. No caso específico do milho, os 157 produtores familiares colheram 52,38 toneladas numa área total de 20,10 hectares, sendo negociado esse volume a R\$ 360,00 por tonelada ou R\$ 0,36 o quilo.

Se comparar esta negociação com um empresário, observa-se que o mesmo conseguiu negociar o seu milho ao preço de R\$ 2,00 Kg. Nesse caso específico não é exequível mensurar esses dados, posto que esse produtor aproveitou algum momento de pico no mercado. Contudo, mesmo assim, em condições normais os produtores familiares saíram perdendo em função do preço médio de mercado no ano de 2003, que foi de R\$ 0,46 o Kg ou R\$ 460,00 a tonelada, ou seja, R\$ 100,00 acima do preço negociado pelos produtores familiares. Perderam também na produtividade, pois

enquanto os produtores empresários alcançaram 4,0 toneladas ano por hectare, os produtores familiares alcançaram 2,61 toneladas.

Analisando os dados referentes à goiaba, apesar dos produtores familiares negociarem esse produto ao preço de mercado, ou seja, R\$ 0,34 o Kg, de acordo o quadro 03 abaixo, do Mercado Produtor, nota-se outra perda, pois enquanto estes alcançaram 20 toneladas em média por hectare, um produtor empresário alcançou 40 toneladas por hectare, o que explica a sua lucratividade em função da produtividade.

**Quadro IV-02. Produção empresarial do Projeto Bebedouro - 2003**

Produto	Área colhida	Volume (T)	Valor R\$/ton	Valor bruto	Custo m. Variável	Faturamento	Prod. Média
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	F=(D/E)	<b>G=B/A</b>
Uva	6,00	160,00	1.250,00	200.000,00	90.000,00	110.000,00	26,67
Milho	4,00	16,00	2.000,00	32.000,00	8.800,00	23.000,00	4,00
Goiaba	118,00	4.720,00	280,00	1.321.600,00	531.000,00	790.600,00	40,00
<b>TOTAL</b>	<b>128,00</b>	<b>4.896,00</b>		<b>1.553.600,00</b>	<b>629.800,00</b>	<b>923.800,00</b>	<b>70,67</b>

Fonte: Cadastro Frutícola do Vale do São Francisco – CODEVASF - 2004

**Quadro IV-03. Preço médio de Produto. EM R\$**

PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA ANUAL
Uva	Kg.	<b>1,61</b>
Milho	Kg	<b>0,46</b>
Goiaba	Kg.	<b>0,32</b>
Manga	Kg.	<b>0,51</b>

Fonte: Mercado Produtor - 2004

Quanto aos tipos de culturas que são cultivadas nos lotes pelos agricultores familiares, os 100 amostrados responderam que cultivam a uva e demais culturas divididas nas seguintes variedades: 22 agricultores cultivam só a uva; 41 cultivam além da uva, a manga e feijão; 21 informaram que cultivam além da uva, feijão e melancia; 11, além da uva, cultivam goiaba e melancia; 03, além da uva, cultivam o

milho e 02 responderam que além da uva, cultivam o coco. Os dados da tabela 14 também demonstram que no Projeto Bebedouro a produção se concentra mais na Uva e manga.

**Tabela IV-14. Principais tipos de culturas cultivadas no Bebedouro**

<b>CULTURAS POR ORDEM DECRESCENTE</b>	<b>NÚMERO</b>
Uva	22
Uva – manga – feijão	41
Uva - feijão- melancia	21
Uva – goiaba- melancia	11
Uva – milho	03
Uva – coco	02
<b>Total</b>	<b>100</b>

No Bebedouro, segundo os dados da tabela IV-15 abaixo, a mão-de-obra é praticamente familiar. Dos 100 entrevistados, 88 usam principalmente os filhos, para auxiliar na produção e comercialização dos produtos e eventualmente contratam trabalhadores na época da colheita, mas sem carteira assinada. 09 dizem ter a participação da família, mas apenas para a própria subsistência e 03 dizem que possuem trabalhadores com carteira assinada. Esses dados podem ser mensurados, como mostra a tabela 09.

Uma das justificativas quanto à mão-de-obra familiar utilizada no labor desse segmento é o fato de haver uma redução nos custos da produção, o que não é bem assim, pois em grau maior ou menor, essa produção terá que custear essa força de trabalho em que pese na sua manutenção como, vestuário, alimentação, educação, lazer, transportes e etc, o que não deixa de onerar nos custos familiar.

Por outro lado que ser observado aqui é que a presença da família na pequena produção inibe a presença de conflitos de classe no espaço rural e ainda garante um determinado contingente de reserva de trabalhadores a disposição da grande produção.

**Tabela IV-15. Mão-de-obra participativa na produção**

<b>PARTICIPAÇÃO</b>	<b>NÚMERO</b>
Família ajuda, eventualmente contrata trabalhadores, sem carteira assinada	88
A família cuida dos produtos, mas apenas para subsistência.	09
Possuem trabalhadores com carteira assinada	03
<b>Total</b>	<b>100</b>

Quanto aos recursos tecnológicos, conforme demonstra as tabelas 16 e 17, apesar de todos informarem que fazem uso de recurso tecnológico na produção agrícola, apenas 02 dos 100 entrevistados, usam um tipo de irrigação localizada com microaspersão (muito usado pela média e grande agricultura) e a informática para controle da produção e custos, enquanto os 98 usam a água irrigada por gravidade, modelo tradicional implantado desde a fundação do Projeto Bebedouro em 1968, que são canais que percorrem todo o perímetro dando acesso aos lotes, considerado pelos técnicos como ultrapassados.

O modelo de irrigação por gravidade tem gerado um baixo índice de produtividade, que em função do mau funcionamento da rede de canais de drenagem, tem contribuído para o descontrole e desperdício da água e a salinização do solo, comprometendo a qualidade e produtividade do plantio. Esse descontrole da água consumida pelos produtores familiares tem gerado alto índice de inadimplência em função do consumo onde 40% deles encontram-se em débito, no que se refere ao pagamento das contas de água utilizadas na irrigação das suas propriedades.

As figuras 01, 02 e 03 abaixo, mostram os resultados negativos desse modelo de irrigação por gravidade, utilizado pelos agricultores familiares no Projeto Bebedouro.

**FIGURA IV-01**

Canais que percorrem todo o Perímetro – Agosto de 2004

**FIGURA IV-02**

Modelo tradicional de irrigação por gravidade utilizada no Projeto Bebedouro

**FIGURA IV-03.**

Inundação dos lotes pelo excesso de água provoca a salinização do solo. Agosto de 2004

Ao fazer a análise destas fotos, um técnico do Projeto Bebedouro afirmou que o consumo d'água pela irrigação, varia em função da eficiência quando utilizada. Dentre os vários métodos existentes, o mais recomendado é a irrigação localizada por microaspersão, que apesar de um preço elevado, compensa pela eficiência. Esta eficiência se define como a relação entre a quantidade de água requerida pela cultura e a quantidade de água efetivamente a ela aplicada, que será tanto maior, quanto menores forem as perdas de água por escoamento superficial, drenagem profunda e vazamentos nos canais, a exemplo do sistema que é utilizado no Projeto Bebedouro.

A estrutura produtiva para a fruticultura irrigada, principalmente a manga e a uva, requerem cuidados especiais para se desenvolver, desde as atividades relacionadas com a produção propriamente dita - cuidados com a planta, escolha do enxerto, uso de agrotóxicos, quantidade de água destinada aos cultivos, poda, colheita, *savoir-faire* totalmente desconhecido por esses produtores familiares.

Esta reestruturação da agricultura pode ser entendida como um processo de transformação da sua base técnica a partir do emprego intensivo de tecnologia de

origem industrial (fertilizantes, máquinas, defensivos, etc.), em geral de alto custo, destinada à produção de certas culturas em larga escala. Esta reestruturação caracteriza-se ainda, pelo aprofundamento das relações comerciais de produção e pela demanda de maior produtividade. Em resumo, trata-se de um modelo intensivo em capital, enquanto condições básicas para a sua viabilização. A sua implantação privilegia grandes propriedades com maior expressão comercial nos mercados nacionais e internacionais. Sobre esta situação, como bem lembra José Graziano da Silva;

[...] o que se pode ver no campo brasileiro é uma modernização conservadora que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica sustentada, pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado”(Graziano da Silva, 1978: 258).

**Tabela IV-16. Recursos tecnológicos utilizados na agricultura familiar**

<b>TIPO DE RECURSO</b>	<b>NÚMERO</b>
Irrigação por gravidade	97
Irrigação localizada, por microaspersão, mais uso da informática para controle da produção.	03
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Tabela IV-18. Porque não fazem uso de outros recursos tecnológicos**

<b>MOTIVO</b>	<b>NÚMERO</b>
Alto custo e recursos financeiros	97
Não souberam responder porque não fazem	03
<b>Total</b>	<b>100</b>

Nas questões 19, 20, 21, em relação às visitas dos técnicos de órgãos públicos, para orientação na produção desses agricultores, todos informam que não recebem visitas. Contudo, no passado, com o funcionamento da cooperativa – CAMPPIB (atualmente fechada), havia a presença de técnicos da CODEVASF uma ou mais vezes

por mês, porém, esta deixou de enviá-los, segundo os próprios informantes, por causa do corte de verbas por parte do governo Federal.

A fomentação dos técnicos agrícolas no apoio a agricultura familiar merece a devida atenção quanto ao seu modelo adotado. No Projeto Bebedouro a maioria dos agricultores familiares de acordo com a pesquisa, vem de uma agricultura com base em modelos tradicionais e pautas culturais e isso, já se torna um ponto de ruptura, em que pese os modelos do chamado pacote tecnológico, pois mantém uma relação estandarizada entre o técnico e esse produtor, a começar pelos novos signos de linguagem estabelecidos.

Na concepção de uma política pública eficaz, a relação deveria ser horizontal e de capilaridade, em que essa assistência técnica exige um processo educativo e democrático entre o técnico e o agricultor, permitindo a troca de saberes. Assim sendo, o processo passa a ser ascendente e gradual, para que se consiga diminuir os focos de resistência.

Nas questões 22 e 23, em relação aos principais equipamentos utilizados pelos 100 amostrados conforme a tabela 24 abaixo, são pulverizadores, moto-bombas e equipamentos manuais já tradicionais do campo, contando ainda com a tração – animal para o arado. Desses 100 entrevistados, apenas 02 possuem trator, os quais informam que são usados e comprados à vista. Dos 98 entrevistados, 56 informam que compraram os equipamentos novos e a vista e 42 compraram os equipamentos usados, mais a vista.

**Tabela IV-23. Equipamentos utilizados na produção**

TIPO DE EQUIPAMENTO	MODO DE ADQUIRIR	NÚMERO
Moto-bomba, pulverizador	Compraram novos e a vista	56
Moto-bomba, pulverizador	Compraram usados e a vista	42
Moto-bomba, pulverizador, Trator	Compraram novos e a vista Compraram usados e a vista	02
<b>Total</b>		<b>100</b>

Para as principais dificuldades de acesso ao crédito na questão 24 desta entrevista, todos os 100 entrevistados admitem que o agente financeiro exige garantias reais. Essa exigência deve-se, por causa dos débitos contraídos através da cooperativa a favor desses agricultores nos anos de 89, 91, 94, 95. Hoje essa dívida contraída, segundo um informante do Distrito deste perímetro, encontra-se no valor de R\$ 13.866,75, corrigidos até maio/2004, o que torna esses agricultores inadimplentes perante as instituições financeiras, já que os empréstimos foram tomados de forma coletiva, sob a fiança da CAMPIB. Nesses últimos anos, segundo um informante do distrito do Bebedouro, essa cooperativa atravessou uma grande crise financeira, com altos percentuais de inadimplência de seus sócios provocando o seu fechamento.

Quando da instalação do Bebedouro, deu-se início o funcionamento da CAMPIB, na qual foram repassadas várias atribuições, tais como: crédito rural, máquinas e equipamentos para uso dos colonos, centralização das compras de insumos e comercialização da produção de forma centralizada. Contudo, toda a sua administração com essas atribuições, foram marcadas fortemente pelo paternalismo do poder público local.

[...] o paternalismo, se por um lado proporcionou o controle total dos órgãos públicos sobre a vida e a produção dos colonos, por outro também garantiu-lhes uma certa proteção contra as reveses do mercado, onde eles nem sempre conseguiam colocar a sua produção. Desse modo, a presença ostensiva do Estado nos perímetros inibiu não só a plena capacitação dos irrigantes-colonos na gestão do seu lote, como a formação de entidades fortes e

representativas que pudessem, de fato, romper os limites das soluções individuais dos problemas de cada um, e trata-los coletivamente”. (Graziano da Silva, 1989: 114)

Na questão 25 e 26 desta entrevista, quando se pergunta se são associados à cooperativa, todos afirmam que sim. Contudo com o fechamento da CAMPIB e a destituição do seu conselho, esses produtores entendem que são sócios de direito não de fato, não obstante, que a razão social desta cooperativa ainda encontra-se nos registros dos órgãos oficiais. Por outro lado, não são de fato sócios devido a mesma está inoperante nos seus aspectos financeiros e comerciais. Em conversa com vários agricultores deste segmento, veja o que diz um deles quando se refere à Cooperativa;

*[...] a CAMPIB foi a melhor coisa que aconteceu pra nós agricultores do Projeto Bebedouro, pois através dela agente tinha equipamento pra trabalhar na terra, como vender nossa produção com garantia de recebimento. Ela foi uma verdadeira mãe para agente.*

A fala desse produtor se traduz na busca para compreender a falência da cooperativa, a partir da sua dependência enquanto homem do campo, que tem implicações nítidas com a formação social, econômica e política desta região. Essas relações de dependência, historicamente construídas, fizeram com muitos ainda hoje, preservem a cultura praticada por aqueles que comandaram esta região, sob o auspício de um Estado “paternalista,” como diz Graziano da Silva.

Em relação aos dados da tabela 28 abaixo, mostra que a maioria não tem relação comercial com uma grande empresa. Entretanto, numa hipótese, digamos que a pesquisa constatasse o inverso, ou seja, que a maioria tem relação comercial com grande empresa, ainda assim em certas situações, dentro da política do grande capital, não significa dizer que este produtor familiar tem livre acesso aos mercados. Nesse modo de produção que aí está, essa categoria continuaria refém na lógica do grande capital, não alterando, portanto, a sua natureza de agricultor familiar. Essa análise se

justifica, quando com freqüência, apresentam o argumento de que o processo de industrialização e urbanização que ocorre, demanda de um maior volume de produtos agrícolas, sob a forma de matérias-primas, para as agroindústrias e de alimentos para o abastecimento do mercado interno.

Os produtores familiares que se modernizam, passam a organizar sua produção para ser comercializada com a grande empresa e o abastecimento do mercado interno, estreitando assim as suas relações mercantis e produzindo, via de regra, culturas de menor valor econômico. Deste modo, os produtos de menor valor são reservados à pequena produção, imprescindíveis para o crescimento urbano - industrial. Nesta forma de integração à economia, a produção familiar deverá fornecer alimentos à população urbana e matérias primas à indústria a baixo custo, para não contrariar o processo em curso e com isso, preservar a boa funcionalidade e equilíbrio da cadeia produtiva.

Esta perspectiva é apontada por Maria Stela Porto e Deis Siqueira ao reconhecerem que a pequena produção cumpre uma função importante para o processo de acumulação capitalista na sociedade enquanto fornecedora de mão-de-obra, matérias-primas e alimentos a preços relativamente mais baixos, rebaixando, assim, o custo de reprodução da mão-de-obra para o capital (Porto & Siqueira, 1994: 81).

Esse desenvolvimento pela agricultura moderna, tem levado a profundas mudanças na produção agrícola e nas formas de sua organização. Se no sistema tradicional a agricultura familiar, caracterizava-se predominantemente para produção destinada ao autoconsumo e em menores proporções à comercialização de um pequeno excedente para os mercados locais na agricultura moderna, com a presença das agroindústrias, houve um impacto considerável, por uma tendência dominante e o abandono do cultivo dos produtos de subsistência por parte dos produtores familiares e

sua substituição por aqueles produtos que interessam ao grande capital, passando de uma policultura para uma agricultura especializada em quase um só tipo de produto. Cria-se aí, uma relação comercial dependente entre esses produtores familiares tornando-se satélites da grande empresa e esta com luz própria, gera uma multiplicidade desses pequenos produtores a serviço do grande capital.

Desta forma, a relação comercial entre a empresa e o produtor familiar, implica num verdadeiro enquadramento deste último por parte da primeira. Esta situação permite a empresa fixar em forma vantajosa para si os preços pagos aos produtores familiares e ainda transferir para estes, as possíveis perdas nas ondas de crise e obter a maior parte do lucro nos períodos prósperos. Essa falsa parceria comercial dos agricultores com a grande empresa, leva ao que certos economistas chamam de *price-cost squeeze*, ou seja, vêm-se espremidos entre os elevados custos de uma produção modernizada e os baixos preços pagos por estas grandes empresas, denominados como - *atravessadores da modernidade*.

**Tabela IV-28. Relação com empresas para escoar a produção**

<b>TIPO DE RELAÇÃO</b>	<b>NÚMERO</b>
Não tem qualquer relação comercial com empresas	98
Admitem que vende seus produtos para uma grande empresa	02
<b>Total</b>	<b>100</b>

Para a venda dos produtos, de acordo a tabela 29 abaixo, 89 dos 100 entrevistados afirmam que negociam seus produtos com compradores independentes (*atravessadores*). 09 dos entrevistados usam os produtos para subsistência ou vendem nas feiras livres e os 02 restantes, admitem que tem relação comercial com empresas para escoar sua produção.

Essa relação comercial já faz parte do cotidiano dos produtores familiares não só no Projeto Bebedouro, mas em todos os perímetros públicos de irrigação. A presença dos compradores independentes, conhecidos como *atravessadores* é considerada na visão dos produtores familiares a “salvação” para venda dos seus produtos ou seja: dos males o menor. Essa categoria praticamente negocia na porteira dos lotes, barganhando os produtos sempre abaixo dos preços do mercado, aproveitando-se da fragilidade dos produtores familiares e da sua falta de opção para escoar sua produção para os mercados a preços mais vantajosos.

**Tabela V-29. Para quem os informantes vende os produtos.**

<b>DESTINO</b>	<b>NÚMERO</b>
Negociam com compradores independentes	89
Usam o que colhe para subsistência ou vende nas feiras livres	09
Negocia para uma grande empresa	02
<b>Total</b>	<b>100</b>

Por outro lado, na tabela 30 em seguida, 78 dos 100 informantes reclamam da dificuldade de clientes certos para vender a sua produção, em função dos calotes por parte desses compradores independentes, desde cheques não compensados (cheques sem fundo), até as promessas de pagamento póstero, quando for efetuada a negociação final da mercadoria nos mercados, postergando o pagamento e que em muitas vezes não são ressarcidos. 22 admitem que as dificuldades para negociar o produto se refere a má qualidade, fato já constatado nesta pesquisa.

**Tabela IV-30. Negociação dos produtos.**

<b>DIFICULDADE</b>	<b>NÚMERO</b>
Clientes certos	78
Admitem a falta de qualidade no seu produto	22
<b>Total</b>	<b>100</b>

Na tabela 31 abaixo, 68 dos 100 amostrados se queixam da falta de crédito agrícola, pois admitem, (com base na pergunta do pesquisador) que com produto de

boa qualidade atingirá outros segmentos de mercado. 22, contudo, admitem que as dificuldades são oriundas da falta de conhecimento técnico (manejo com a terra, insumos etc.).

Quanto ao crédito agrícola, aparentemente parece ser o Banco do Nordeste do Brasil uma instituição voltada para resolver as questões sócio-econômicas dessa região e de cooperação não só com grandes, mas com os produtores familiares. Diversos, porém são os problemas encontrados ultimamente por esse segmento, para conseguir algum tipo de recurso que possa potencializar as suas propriedades.

Para ter acesso ao sistema de crédito os produtores familiares têm que passar por um forte processo burocrático no preenchimento de papéis, comprometer as suas parcas economias, hipotecar as suas propriedades como garantia e pagar pela elaboração de um projeto de aplicação dos recursos, supostamente financiados. Na realidade existe um temor muito grande desse coletivo em buscar qualquer forma de financiamento para solucionar os seus problemas, pois o medo é não poder cumprir com os seus compromissos e perder a sua única forma de sustento.

O depoimento de D.J.S. de 49 anos, proprietário de um lote no Perímetro Irrigado bebedouro, reflete essa situação:

*[...] o Banco é só prus home que tem dinheiro, prus grande, prá gente é difícil de conseguir qualquer coisa, ainda por cima tenho medo de perder o meu ganha pão, porque uma hora o juro é uma coisa outra hora é outra e depois tomam o meu lote e eu tenho muié e quatro fios pra criar. Eu prefiro com toda dificuldade pagar a minhas coisa sem precisar do banco, é melhor assim.*

Por outro lado vale salientar, que mesmo a liberação do crédito agrícola por si só não irá resolver os diversos problemas encontrados por esse segmento rural. Torna-se necessário à implementação de políticas públicas por parte das agências públicas

setoriais, que possam acompanhar esse coletivo em todas as fases do processo de produção, conforme já foi mencionado neste capítulo.

**Tabela IV-31. Dificuldades na condução das atividades agrícolas.**

<b>DIFICULDADE</b>	<b>NÚMERO</b>
Falta do crédito agrícola	68
Falta de conhecimento técnico	22
Maus pagadores	06
Falta de clientes para escoar o seu produto	04
<b>Total</b>	<b>100</b>

Um outro exemplo que também pode ser demonstrado é em relação aos assentamentos São José e Mansueto de Lavor, fruto do MST instalados no Projeto Bebedouro, pois a situação dos assentados é pior ainda, se comparada a dos produtores familiares. Para se ter uma idéia, na pesquisa de campo feita ao Mansueto de Lavor, o qual foi instalado em 1999 pelo INCRA, nesse projeto, os problemas encontrados são de todas as ordens; desde a falta de infra-estrutura no próprio assentamento, até a produção e comercialização dos produtos.

No núcleo habitacional, residem 60 famílias, e uma escola fundamental. As casas não possuem rede de esgoto, nem tão pouco, água encanada, ou vias calçadas. No tocante a água, a única alternativa dessas famílias para se abastecerem é uma mangueira que fica estirada no centro deste núcleo, cedida pela EMBRAPA que tem seu prédio vizinho a esse assentamento. Cabe ressaltar, que dentre várias reivindicações feitas por estes assentados é a infra-estrutura para a escola tais como professores, merenda escolar, material e livro didático, os quais são fornecidos pela prefeitura de Petrolina (Ver figura 04 a seguir).

FIGURA IV-04. ASSENTAMENTO DE LAVOR



Núcleo habitacional dos assentados. Agosto/2004

Segundo informações do representante dos assentados, M.I. 49 anos, o processo para assentar as famílias nessa área não foi diferente de outras regiões, a começar pela forte burocracia entre os órgãos do governo a exemplo do INCRA e a CODEVASF de Petrolina, pois quando no início da instalação desse assentamento, este último órgão exigia dos assentados o pagamento mensal referente aos documentos K-1 e K-2, uma espécie de condomínio para manutenção do Projeto Bebedouro. Os assentados por seu lado argumentavam que era inviável esse pagamento, pelo menos por enquanto, em função dos mesmos ainda estarem se organizando em termos de plantio.

Para resolver esse impasse foi preciso o INCRA recolher durante dois anos seguidos, em favor dos assentados, sem que houvesse por parte da CODEVASF qualquer beneficiamento em prol dos assentados.

A EMBRAPA, por seu lado, segundo esse mesmo representante; não tem o que reclamar e vêem como bons vizinhos, desde que as crianças não ultrapassem a cerca que separa o terreno dos assentados deste órgão, para pegar as frutas.

Nesses assentamentos, as duas principais culturas que atualmente estão sendo cultivadas é o feijão de corda e o milho e, quando nos períodos de colheita, o tipo de negociação comercial com os atravessadores, não é diferente dos produtores familiares. Para citar um exemplo do prejuízo nessas relações comerciais, a saca de feijão com 60 Kg., colhido no assentamento São José, foi vendida para os atravessadores no mês de agosto/2004, a R\$ 70,00 ou seja: R\$ 1,17 o Kg, enquanto no Mercado Produtor, segundo seu gerente, nesse mesmo mês foi negociado a R\$ 1,44 ou seja; R\$ 86,40 a saca.

Para se ter uma idéia desse prejuízo, o assentado, como demonstra na figura 05, abaixo, colheu 20 sacas de feijão a qual será vendida para o atravessador ao preço citado acima, ou seja: R\$ 70,00 o que lhe dará um total de R\$ 1.400,00. Se fosse negociada ao preço do Mercado Produtor, lhe daria essas mesmas 20 sacas, um total de R\$ 1.728,00, portanto, um prejuízo para esse assentado de R\$ 328,00, Ver quadro 04 abaixo.

**Quadro IV-04. Negociação do Feijão**

NEGOCIANTE	R\$/ Kg	1Saco/c 60 Kg	20 sacas de 60 Kg/R\$
*Mercado Produtor	1,44	86,40	1.728,00
Atravessador	1,17	70,20	1.400,00

\*Fonte Mercado Produtor

**FIGURA IV-05. ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ**

Imagem no momento da colheita do feijão de corda. Agosto/2004

Segundo o depoimento de A.S.R. de 42 anos, morador do Assentamento São José, quando não ocorre a negociação tem que caminhar vários quilômetros até os centros urbanos, para que se possa vender a sua produção.

*[...] a produção ainda é pouca e temos que vender na feira de Lagoa Grande, como não temos carro tenho que ir andando com os sacos nas costas e os fios ajundando para ver se vendo alguma coisa e as vez tem dias que não vendo nada e volto pra casa de mão abanando. As vez passa por aqui um comprador e vendo para eles por um preço bem baixo, é o jeito ainda não conseguimos resolver esse problema. Mas com fé em Jesus isso vai passar.*

Numa agricultura moderna, torna-se necessário que os produtores tenham o efetivo conhecimento dos custos e receitas de suas explorações agrícolas, se quiserem determinar a real viabilidade de suas unidades produtivas. Nesses cálculos, além do custo operacional total que reflete os custos variáveis ou os dispêndios efetivamente realizados para a obtenção do produto, também se busca conhecer a estrutura dos

custos fixos ou dispêndios indiretos, sem os quais o cálculo da lucratividade fica prejudicado.

Remetendo mais uma vez, no caso específico da manga, para que o produtor chegue à plena produtividade na região do Vale do Submédio do São Francisco, são necessários seis anos de investimento. Analisando o quadro 4 abaixo, percebe-se que: se considerar a média de preço de 2003, que foi de R\$ 0,51 conforme divulgada pelo Mercado do Produtor ao final do 6º ano, o faturamento por um hectare de manga colhido será de R\$ 25.500,00 o que ainda não cobre sobre os gastos aplicados.

**Quadro IV-05. Manga. Custo por hectare/ano**

<b>ANO</b>	<b>SERVIÇOS/INSUMOS EM R\$</b>	<b>PRODUTIV/Kg</b>
I	3.204,07	Zero
II	2.749,79	Zero
III	3.106,60	Zero
IV	6.007,71	12.000
V	6.419,65	18.000
VI	7.286,22	20.000
<b>TOTAL</b>	<b>28.774,04</b>	<b>50.000</b>

Fonte: Banco do Nordeste – 2004

Como se vê, dentro desse patamar, os custos dos insumos são elevadíssimos, o que não compensa a produção desse tipo de cultura em 01 hectare, nas condições atuais, movidas sob pressão externa de um novo modelo agrícola e de um mercado exigente e das políticas públicas centradas numa visão monolítica e produtivista, que não concilia com a realidade da agricultura familiar, pois tal modelo “impõe” exigências inatingíveis em relação às suas condições econômicas e tecnológicas.

Segundo informações de um técnico agrícola e produtor do Projeto Bebedouro;

*[...] a manga e uva, principais culturas produzidas no Vale do São Francisco dá lucro, muito embora, o investimento é alto, mas todos querem plantar e em termos de rentabilidade, não compensa para o pequeno produtor. Mais aceitável, seria esse pequeno produtor*

*buscar plantar outros tipos de cultura que oferece menor risco e mais rentabilidade dentro das suas proporções em que pese menor investimento de capital em função do tamanho da sua área.*

Essa linha de pensamento desse técnico vem a cada dia tomando fôlego não só entre os atores que fazem parte desta cadeia produtiva, como entre os agentes públicos e privados do pólo da fruticultura de Juazeiro e Petrolina, inclusive, sob a alegação de que a concentração em quase um só tipo de cultura neste pólo tem gerado uma super oferta, ocasionando queda dos preços, com sérios prejuízos para esta região. Os dados levantados, contudo demonstram que não é bem assim. De acordo com informações de um gerente do Mercado Produtor, há oscilações no preço durante o ano, mas, se comparar junho de 2003, o quilo da manga foi negociado a R\$ 0,73 e já no mês de junho de 2004 chegou a R\$ 1,64, o que demonstra uma alta em mais de 100%

As preocupações têm se voltado ainda mais em relação aos novos projetos públicos que estão sendo implantados pela CODEVASF, a exemplo do Pontal, Salitre e Baixo de Ireçê, previstos para entrar em operação em 2005, os quais serão incorporados a um sistema de produção com mais de 30.000 há. Com aumento da área plantada e a falta de opções de novos cultivos, estima-se que poderá levar os agricultores a persistirem nos plantios de manga e uva.

É certo que na região do vale do Submédio do São Francisco (e o Projeto Bebedouro não foge a regra, como já foi demonstrado no quadro IV-01), prevalece a as culturas da uva e manga. É certo também, que em função dessas duas culturas agregarem maior valor comercial (os números comprovam, não só para o mercado interno como também para o mercado externo), há uma corrida por uma fatia desse mercado. Como é aceitável a preocupação dos médios e grandes produtores em refletirem na necessidade das agências públicas, a exemplo da EMBRAPA desenvolver novas pesquisas para diversificação de outras culturas.

Contudo, o que o técnico com sua fala acima deixa latente é a preocupação dos grandes produtores em proteger seus mercados. Outra questão é em relação aos estudos para desenvolvimento de outras culturas que agreguem valor comercial. A EMBRAPA como agente público interveniente na estrutura deste pólo, sendo responsável no desenvolvimento científico de várias culturas, não será novidade se essas culturas quando consolidadas, fazerem parte do “banquete” do grande produtor, pois historicamente o Estado sempre foi um ator coadjuvante como financiador, a serviço da grande agricultura.

Quanto aos insumos, de acordo a questão 32 da entrevista, todos admitem comprar nas lojas especializadas das cidades vizinhas - Petrolina ou Lagoa Grande. Essa forma de compra individual, principalmente quando voltado para pequena produção é um entrave, pois acarreta em custos mais elevados para a produtividade.

Mas, isso é apenas a ponta do *iceberg*, pois o poder de pressão não aponta só para o produto final, no caso específico da fruticultura no Vale do São Francisco. Há um interesse muito maior, fruto de uma política econômica globalizada, que aponta para o consumo dos insumos altamente explorados na agricultura moderna.

Para citar um exemplo, segundo um artigo do jornal *Gazeta Mercantil*, em que relata a participação de duas empresas israelenses (Netafim e Isratec), importadoras de equipamentos para agricultura, recém chegadas ao Brasil, no caso específico Isratec, com sede em Petrolina, no ano de 2002 teve um faturamento na ordem de 1 milhão de dólares que, de acordo declarações do seu diretor publicadas nesse jornal, esse número é modesto se considerar o racionamento de energia no país que houve em 2001 e o corte no orçamento do governo o que reduziu as chances de expansão de projetos públicos (Gazeta Mercantil, 2003: p.06).

Por outro lado, esse mesmo diretor se mostra otimista, pois segundo ele afirma nesse jornal;

[...] se depender dos números da Secretaria da Agricultura do Estado do Ceará [...] onde serão implementados 30% dos equipamentos produzidos e importados por esta empresa, não há riscos de descontinuidade, pois pelos dados oferecidos por este órgão público do Estado, existem 26 companhias entre elas nacionais e estrangeiras com participação de brasileiros, chilenos, equatorianos e norte americanos, com projetos implantados e em implantação no Ceará com área global de 2,5 mil hectares para o cultivo de frutas, flores e hortaliças e ainda mais 25 outras companhias interessadas. [...] Para os investidores o Estado oferece infra-estrutura complementar e assistência técnica na implementação dos projetos (Gazeta Mercantil, 2003: p. 06).

A melhor performance na execução dessa estratégia é de aumentar o volume de produção no âmbito da produtividade, via incorporação de inovações técnicas. As políticas do Estado, que fomentam esta perspectiva, buscam ao mesmo tempo, incrementar a produtividade agrícola e, em decorrência, fortalecer uma camada de pequenos produtores rurais com espírito empreendedor, que se diferenciaria do conjunto dos produtores pobres do campo. Esta tendência, presente em iniciativas de órgãos estatais, não deve, entretanto ser analisada como uma ação isolada, mas, parte de uma política ideológica neoliberal para a agricultura, articulada com interesses do grande capital. Veja as declarações do deputado do Estado do Paraná Eduardo Sciarra, publicado num artigo ao jornal Gazeta Mercantil;

[...] quando me apresentei como candidato a deputado federal, fiz uma série de propostas para o setor do agronegócio, como dispor o meu trabalho na Câmara Federal, para aumentar os recursos disponíveis dos programas de desenvolvimento para tecnologia de produção agropecuária e a ampliação da abrangência e dos limites de crédito do Programa de Apoio à Agricultura familiar entre outros. Ao assumir agora este mandato, [...] renovo meu compromisso de lutar por tudo aquilo que me propus, pois é neste segmento que eu pretendo dedicar grande parte do meu trabalho, [...] na necessidade da ampliação dos investimentos produtivos como um todo, [...] pelo seu forte embasamento na economia e pelo grau avançado da agroindústria [...]

e assim teremos muito mais a contribuir. para combater a miséria. É para isso que eu vou continuar lutando Gazeta Mercantil, (2003: p. 02).

No tocante ao chamado “pacote tecnológico” da *Revolução Verde*, percebe-se que essa elevação da produtividade não se sustenta, a não ser mediante o aumento gradativo dos custos de produção (insumos, serviços) o que o torna adequado às grandes corporações nacionais e multinacionais, detentoras deste capital intermediário.

A presença deste grande capital na agricultura não só aumentou na produção agrícola, como também aumentou a sua participação, controlando o processamento dos produtos agrícolas e a venda dos insumos adquiridos pelos agricultores.

Segundo Guimarães (1982: 301), há de todos os lados forças poderosas que pressionam a fim de que se empregue qualquer tipo de mecanização nos países em desenvolvimento, desde que isso signifique uma oportunidade lucrativa para as empresas produtoras ou comercializadoras desses insumos modernos. Os custos de aquisição e manutenção são tão elevados, que sua adoção somente se torna acessível a uma minoria de grandes produtores que são privilegiados pela maior parte dos benefícios financeiros e fiscais fornecidos pelo Estado.

No dizer de Graziano da Silva (1985: 59-60), essa tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção, ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo. As variedades selecionadas que existem para a grande maioria das chamadas “culturas de rico” só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro “pacote tecnológico.”

De acordo com esta ótica, o produtor familiar é induzido a alterar sua base técnica de uma agricultura tradicional e passar a absorver tecnologias sofisticadas e direcionar a sua produção aos mercados globais. Entretanto, a influência que as

políticas públicas buscam nesta direção, não parece ser seguro afirmar que isto leve à formação de uma camada de produtores familiares capitalizados.

O que parece mais sensato reconhecer é que a modernização tecnológica e a mercantilização da produção familiar pôde gerar em algumas situações, uma melhor remuneração para a sua produção agrícola. Mas, estas situações não levam em geral, a mudanças na lógica interna da unidade de produção familiar ou ainda à incorporação de uma racionalidade econômica voltada para a acumulação de capital. A integração desse produtor ao mercado de produtos agrícolas e de insumos modernos, não significa dizer que ele tenha mudado a lógica da sua unidade de produção. Nazaré Wanderley (1977: 540), caminha nessa direção, quando afirma que a integração ao mercado;

[...] não significa a negação do caráter de subsistência da economia familiar. Esta se define, não pela maior ou menor parcela da produção que é autoconsumida, mas pela natureza da mesma produção. Mesmo que toda esta venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da *agricultura familiar* (Grifo nosso) (Wanderley, 1977: 540).

Este aparente acordo entre o grande capital e a pequena produção, altera-se de forma substancial, em que esta última passa a produzir para o mercado, dedicando-se agora a plantar culturas de maior valor agregado as quais exigem todo um processo de modernização. Segundo José Graziano, o fundamental aí não é o aumento da produção em si, mas sim que os agricultores familiares passem a desempenhar um novo papel, o de compradores de insumos, industriais, mesmo que isso se reflita na elevação dos seus custos. (Graziano da Silva, 1985: 60).

O processo de reestruturação da agricultura na região do Vale do SMSF vem acompanhado de profundas mudanças na base técnica de sua produção e nas relações de trabalho, que tem refletido sobre a estrutura de emprego e renda na região. Essa

prática decorre de uma exigência voltada para o mercado, que passam a exigir cada vez mais mão de obra e serviços especializados, desde o início da sua produção ao processo de distribuição do produto.

Contudo, essa reestruturação da agricultura tem protagonizado repercussões econômicas, sociais e políticas, acompanhadas de forte exclusão, a exemplo dos agricultores familiares dos perímetros públicos de irrigação, os quais estão sendo gradativamente substituídos pela inclusão de médios e grandes fruticultores mais capitalizados, munidos de capacidade tecnológica.

Fica aqui, tentar entender o caráter dessa reestruturação produtiva no Projeto Bebedouro e conseqüentemente no pólo da fruticultura de Juazeiro-Petrolina, com base nesses novos modelos de gestão tecnológica, na medida que tem levado um grande contingente de pequenos agricultores e trabalhadores ao desamparo social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dito no início deste trabalho, os principais efeitos da globalização dizem respeito à alocação espacial de investimentos e à criação de ambientes propícios à aquisição e à manutenção de níveis satisfatórios de competitividade e a definição de estratégias produtivas, que passou a incorporar novos padrões de localização e realocação de investimento.

Porém, estas mudanças nesta região não se constituíam como um determinismo puramente técnico, nem mais de vantagens comparativas - como a disponibilidade de recursos naturais, mas, pela contribuição também de outros fatores locais das chamadas vantagens competitivas dinâmicas tais como: serviços terciários, quaternários, ambiente empresarial, mão de obra especializada e barata, infraestrutura eficiente, centros de pesquisa voltados para o desenvolvimento de tecnologia a ser utilizada no processo produtivo, ambiente empresarial, aumento da produtividade, especialização em quase um só tipo de produto, marketing territorial na promoção da imagem do território para divulgação do produto, etc., requeridos por conta uma conjuntura política-econômica de competitividade dos mercados globais e de novos modelos organizacionais.

A oportunidade de ver, analisar, sentir, refletir sobre o que vem acontecendo nos processos produtivos do Perímetro de Irrigação – Projeto Bebedouro e conseqüentemente do pólo de Juazeiro-Petrolina trazem algumas pistas para que seja montada uma análise sobre as perspectivas desse pólo da fruticultura irrigada no atual ambiente de globalização. Está claro que seria interessante, num segundo momento, buscar a continuação desse estudo e incluir outros territórios como objeto de análise e

assim ter maiores informações que complementem, confirmem ou refutem o que vem sucedendo no contexto referido.

Nestas conclusões não se tem a pretensão da busca da generalização; o que se pretende mostrar conforme as questões colocadas no início deste trabalho, são os fatores que deram impulso para o desenvolvimento rural no Projeto Bebedouro, tendo como marco de referência impacto da globalização e modernização agrícola e suas conseqüências frente às modificações e adequações desta reestruturação produtiva e em que medida as diversas categorias de agricultores que convivem no mesmo local e espaço, se fortaleceram ou não diante das estratégias econômicas e base estrutural para atingir os mercados nos níveis local, regional e internacional.

No Vale do Submédio do São Francisco, especificamente território de Juazeiro-BA-Petrolina-PE, houve uma reestruturação da produção, com base na modernização agrícola, sob a influência dos novos paradigmas de gestão e tecnologia, essa que impunha principalmente a partir de 1990, no âmbito da melhor qualidade e distribuição do produto não só nos mercados nacionais, mas principalmente ter competitividade para alcançar os mercados internacionais.

O marco decisivo para essa reestruturação produtiva, foi os investimentos realizados pelo Estado na construção dos grandes projetos de irrigação a partir de 1970, aliados aos incentivos fiscais, gerenciados pela SUDENE e BNB, sinalizando a iniciativa privada para investir na região. A ação do Estado estava concentrada no entorno dos municípios de Juazeiro e Petrolina, principalmente em função do seu maior potencial – o Rio São Francisco.

A fruticultura do pólo de Juazeiro-Petrolina surge então timidamente na década de 70 e toma um forte impulso nos anos 80 em que se consolida em um pólo de produção e exportação nesta região, com mudanças significativas na sua base técnica

da produção, no emprego, culminando com um verdadeiro desmonte na estrutura tradicional agrária, acompanhadas por um processo de exclusão dos agricultores familiares - colonos dos perímetros públicos, que foram inicialmente planejados para atender este coletivo, os quais foram sendo substituídos por médios e grandes produtores mais profissionalizados e capitalizados e munidos de melhor capacidade técnica e de maior inserção nos mercados.

Todas essas ações foram estimuladas e comandadas pelas políticas locais do território de Juazeiro e Petrolina, as quais sempre se mantiveram na sombra do Governo Federal, exercendo total influência nas instituições públicas setoriais.

Essas transformações que ocorreram neste território, contudo, não se pode ignorar que sempre estiveram ligadas a organização de interesses de classe e a própria estrutura da política local. A forte intervenção do Estado patrocinou a aliança entre as classes privilegiadas deste território com o grande capital vindos de fora. Nesse processo é nítida a participação das oligarquias políticas regionais, onde concentrou todo seu poder político nos setores produtivos da região, favorecendo o desenvolvimento e sua integração aos mercados nacionais e internacionais.

Com essas ações, os grandes empresários da agricultura se constituindo em um grupo de interesse organizado e com acesso privilegiado ao governo, passa a deter o poder e a capacidade de influenciar nas decisões das ações das políticas públicas locais em seu próprio benefício.

Nesses trinta e quatro anos o pólo de Juazeiro-Petrolina sofreu rápidas e profundas transformações em sua estrutura territorial e produtiva, visando atender a uma demanda de inserção de uma parte substancial do território nordestino, semi-árido, miserável, coronelista, atrasado e desconectado dos contextos nacional, regional e internacional.

É verdade que no passar desses anos essa paisagem mudou. A sua base econômica produtiva, os fluxos de população que se inverteram da imigração à migração; o tradicional e conservador poder político local baseado nas práticas coronelistas sofre modificações, os trabalhadores se organizam para buscar a melhoria de sua qualidade de vida e os produtores familiares instalados nos perímetros irrigados criados pela CODEVASF, apesar das dificuldades vem buscando se inserir nas novas tendências de mercado etc.

Os métodos utilizados para inserir esse território nas relações comerciais talvez não tenham sido os mais eficientes, democráticos, transparentes, mas é certo que conseguiu sair da fase de ostracismo e esquecimento para uma realidade em que os fluxos trazidos pela exportação de frutas e ascensão aos mercados regional, nacional e internacional, colocam como um dos mais dinâmicos do interior da região nordeste do país, uma *ilha de modernidade* inserida no sertão brasileiro, cabendo agora o esforço para redistribuir a riqueza, aumentando assim a qualidade de vida dos que verdadeiramente produzem.

Hoje a fruticultura desenvolvida neste pólo torna-se competitiva no circuito comercial de países e regiões brasileiras produtoras de frutas, pela sua vantagem de produzir durante todo o ano e de se ajustar às demandas e tendências do mercado consumidor, seja ele localizado no país ou no exterior, produzindo com apoio de novas tecnologias e mão-de-obra qualificada para atender aos diversos padrões produtivos requeridos pela fruticultura irrigada.

Os circuitos da comercialização e distribuição da produção apresentam-se com uma estrutura diversificada, na qual os papéis que devem ser desempenhados estão praticamente definidos, onde os grandes produtores atingem o mercado nacional e

internacional, os pequenos, o local, o regional e também o nacional, é certo com padrões de qualidade distintos.

As empresas organizadas no seio de VALEXPORT têm contribuído na definição de padrões e critérios qualitativos de produção que visam ao estabelecimento de uma marca associada ao território, a qual vem sendo exportada para diversas partes do país e do exterior. Com uma estrutura diversificada e flexível, esta instituição através de seus setores estratégicos, organiza a comercialização e a distribuição da produção o que vem demonstrando eficiência e êxito na gerência desses processos. O Mercado do Produtor - centro da comercialização da pequena e média produção, para onde provêm compradores e vendedores de diversas partes do Brasil e principalmente da Região Nordeste - cumpre o papel de concentrar e distribuir os produtos, através de uma rede eclética de comerciantes.

Os aspectos estruturais neste atual ambiente de competitividade são o estabelecimento de um padrão de qualidade que significa coordenar e organizar eficientemente tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos, a adaptação da produção a esses novos padrões estabelecidos, que se ampliam com a abertura desses mercados.

Nesse sentido, os recursos humanos apresentam um contingente diferenciado de profissionais composto por engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, administrativos, gestores de empresas e um grande contingente de trabalhadores, distribuídos nos diversos labores da fruticultura (preparação do terreno, plantio, poda, aplicação de agrotóxicos, controladores de máquinas e equipamentos agrícolas, etc) provenientes de diversas regiões brasileiras, sendo os mais qualificados oriundos da região Sul e Sudeste do país e os de baixa qualificação, da região Nordeste, os quais assumem a responsabilidade coletiva na qualidade final do produto.

A formação e qualificação desses recursos humanos são de fundamental importância para o sucesso da qualidade da produção, sendo uma tarefa que vem sendo assumida pelas empresas envolvidas nessas atividades. O Estado também está comprometido na formação desses recursos humanos, com a manutenção das duas unidades do CEFET – Petrolina, a Escola Estadual Agrotécnica de Juazeiro, a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, que formam profissionais para os labores das atividades relacionadas com a fruticultura e a UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, com duas recentes unidades recém instaladas pelo governo Federal neste território.

Quanto aos aspectos financeiros, o Estado participa com significativa contribuição nos projetos de modernização das estruturas de produção e comercialização, facilidades de crédito; mas predominam os investimentos realizados pela própria iniciativa privada.

Ainda quanto às questões mercadológicas, o pólo de Juazeiro-Petrolina sofre uma intervenção direta das tendências dos consumidores internacionais, os quais estabelecem os padrões e critérios de produção, definindo o sabor, o peso, teor de açúcar, tamanho dos frutos, etc. Os produtos que não estão dentro dos critérios estabelecidos pelos clientes internacionais são destinados ao mercado regional e nacional. Vale ressaltar que esse pólo está apto tecnologicamente para mudar rapidamente todo o processo de produção e atender a novas exigências que sejam determinadas pelos consumidores.

A conseqüência mais imediata é a insegurança em que vivem os produtores, trabalhadores, famílias, comerciantes, etc que dependem da incorporação da produção desse território no mercado consumidor, para que seja mantida a sua sobrevivência. Qualquer modificação que possa existir nessas relações de mercado e que provoque o

rompimento desse equilíbrio pode comprometer a sobrevivência de milhares de pessoas, podendo provocar a morte do território.

Os atores sociais envolvidos no processo produtivo, os grandes produtores, produtores familiares, os trabalhadores e trabalhadoras das empresas frutícolas e os assentados do MST, ocupam o mesmo território, mas vivem em temporalidades distintas. Os grandes produtores totalmente integrados ao circuito global dominam e controlam as atividades de produção, comercialização e distribuição de seus produtos até os mercados consumidores sejam eles localizados no país e no exterior.

Conforme demonstra os dados desta pesquisa, os produtores familiares, na sua maioria, vindos de uma agricultura de *sequeiro e vazante*, tenta a todo custo seguir o mesmo rumo dos grandes produtores, tornando-se um desafio à produção com qualidade que os incorpore nessa nova tendência de mercado, dificultado principalmente pela falta de domínio das técnicas produtivas e dos circuitos de comercialização, sofrendo, portanto, um forte impacto, consequência do seu comportamento cultural de uma agricultura tradicional, frente a esses novos modelos organizacionais pelo processo da globalização. Vale ressaltar, que são poucos os que estão dispostos a enfrentar o risco de um empréstimo nos bancos públicos ou privados para investir em sua propriedade, uma vez que as oscilações das políticas públicas econômicas praticadas no Brasil podem a qualquer momento desestabilizar o pequeno negócio, não sendo um sistema que estimula a confiabilidade dessa categoria.

Os trabalhadores e trabalhadoras das empresas frutícolas, tentam melhorar a sua qualidade de vida, organizando-se em sindicatos, buscando todas as formas se beneficiarem das benesses dos seus patrões, mas encontram grandes barreiras em sua trajetória. A incorporação do trabalho da mulher nas atividades vinculadas à fruticultura se converte num aspecto positivo, uma vez que podem contribuir na

melhoria da renda familiar, mas são exploradas duplamente uma vez que quando retornam às suas casas após a jornada de trabalho, têm que realizar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos; distantes encontram-se do caminho da igualdade de direitos em relação aos homens.

Em relação a esta força de trabalho no campo, há que fazer uma diferenciação entre aqueles que vivem do campo, e aqueles que trabalham, mas são membros da família. São duas relações distintas e que constantemente se enfrentam. Os seus ideais são também diferentes e as suas representações também o são. Os que trabalham e vivem no campo, têm a sua representação garantida no poder local, através de seus ascendentes. Os que vivem do campo, estão submetidos a sazonalidade do ciclo das culturas, da insegurança do dia seguinte, são aqueles que buscam a sobrevivência. Estes têm dificuldade de organizar-se, devido à própria natureza da atividade e à grande mobilidade desse grupo social. São os que passam e não ficam.

Estima-se que no Submédio do São Francisco, são gerados em média 2,0 empregos por hectare irrigado, gerando um total de 240 mil empregos diretos. Acontece que sendo a colheita sazonal, o trabalhador também passa a ser sazonal, já que são em torno de 2 colheitas e meia/ano. A sazonalidade do trabalho rural que gera o trabalho temporário em função desses novos modelos de gestão e tecnologia tem trazido sérios problemas para a população do campo, quando não o desemprego, provocado pela tecnificação dos processos agrícolas, que é notadamente, um fator que influi diretamente em mais exclusão social no Nordeste.

Essa expansão, resultado dos novos modelos, se expressa de forma mais marcante no aumento da utilização de insumos e máquinas industriais, concentrada nas grandes empresas que agem no sentido de acentuar a concentração de renda e em função deste processo, acentua-se os problemas sociais no campo com a

marginalização da população rural do território de Juazeiro e Petrolina e ampliação da precariedade desses produtores e de suas famílias.

Os *assentados do MST* tendo como principal base social os agricultores familiares sem terra, trabalhadores rurais e urbanos desempregados, luta pela terra como forma de resolver o problema econômico das famílias envolvidas no sentido de contribuir para as mudanças sociais da sociedade brasileira.

No Projeto Bebedouro e no próprio pólo de Juazeiro-Petrolina, essa categoria em diversos estágios de desenvolvimento de suas atividades produtivas, vem a todo custo buscando sua inserção nas relações de produção, mas as dificuldades são de todas as ordens, a começar pela falta de incentivos para produzir, comercializar e distribuir, sendo a única opção entrar na rede dos *atravessadores*, que adquirem a sua produção a preços irrisórios. É um território desigual, no qual convivem as tensas relações de conflito entre muitos ricos e muitos pobres.

Nesse aspecto o pólo de Juazeiro-Petrolina apresenta grandes disparidades de inserção, destacando-se pela falta de segurança em todos os níveis de um sistema que beneficia os que sempre tiveram as oportunidades e atualmente são cada vez mais fortalecidas, num sistema injusto e desigual, lograda a possibilidade dessas disparidades serem cada vez menores, no qual a distribuição da riqueza é cada vez mais compartilhada entre os atores sociais que comandam este território.

Conforme uma recente pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Estado de Pernambuco, no município de Petrolina neste caso específico, foi encontrado um percentual significativo de 47,29% de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, ou seja: este percentual segundo critérios da própria pesquisa, tem renda inferior a R\$ 80,00 e consome menos de 2.280 calorias diárias, (Gazzeta do São Francisco, 2003: p. 07) requisito este que determina a miséria dos habitantes deste território, o que inclusive,

contraria a recomendação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação que é de 2.400 calorias.

Por outro lado, outro jornal publicou a declaração de um técnico do Banco Mundial que, segundo dados desta instituição, nesses últimos 20 anos, o Vale do Submédio do São Francisco registrou um crescimento de 259% se comparado às outras regiões que não dispõem deste tipo de economia, somado a um Produto Interno Bruto (PIB), especificamente se tratando de Petrolina de 7,2% em 2002 (Diário da Região, 2003: p.11). A pesquisa da FGV e os dados do Banco Mundial deixam patente um paradoxo para que se compreenda a grande desigualdade social existente nesta região.

A população deste território ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política, marcada pelo mandonismo local, cuja base de poder sempre foi à propriedade da terra (Wanderley, 2001: 37-39). Os grupos dominantes no espaço social agrário ocupam enquanto uma burguesia, uma posição de domínio, nas esferas, econômica, social e política, em que apresentam uma relação de apropriação material e simbólica, em que se estabelece na defesa do direito de propriedade fundiária, sem nenhuma consideração por sua dimensão social e cultural. A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente, baseado em relações extremamente atrasadas, com base patrimonial do oligarquismo. Como diz Brumer & Tavares dos Santos (1994: 47), no Brasil o atraso é um instrumento de poder.

Tais relações a que permanecem submetida à população do território de Juazeiro e Petrolina tem implicações nítidas com a formação do nosso País e particularmente o nosso Nordeste. Conforme colocado no capítulo II, os grandes proprietários desta região desde os primeiros tempos de colonização e ainda hoje, estabelecem padrões e normas de poder que regem relações sociais estritas e categorizadas entre patrões e

seus prepostos – aqueles que os servem. Essa relação de poder, segundo Castells (1999: 33) é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica. Esta dependência fez com que muitos busquem conscientemente ainda hoje, preservar tais relações historicamente construídas, entre os que mandam e os que obedecem, que se traduziram em apatia e conformismo, seja individual ou coletiva, que persistem até hoje em maior ou menor grau.

Este atraso foi profundamente marcado pelo poder de uma classe despótica, que foi se plasmando a partir de uma multiplicidade de fatores econômicos, políticos, religiosos, que segundo Martins, (2002: 97), sendo o preço da preservação da soberba, egoísmo, condecorados como donos do poder e do saber, os quais alimentados por suas retóricas nos parlamentos na defesa de seus próprios interesses. Os tempos mudaram e a retórica hoje se traveste de um discurso neoliberal sob o manto ideológico da globalização onde as redes corporativas, segundo Castells (1999: 23-24), perplexas ante a dimensão e a abrangência da transformação histórica, a cultura e o pensamento de nossos tempos freqüentemente adotam um novo milenarismo. Profetas da tecnologia pregam a nova era e comandam a vida deste território hegemonicamente, face às exigências de um mercado externo que tem esbarrado nas formas mais diversas de exploração econômica e social.

O Estado por sua vez, atrelado a esse modelo neoliberal, por trás da cortina rasgada tornou-se coadjuvante em que conferiu satisfazer de forma indiscriminada os interesses de uma classe dominante nesta região, procurando por um lado, atender as exigências de um discurso, como disse neoliberal e por outro, cooptar alguns segmentos da sociedade civil, valendo-se de um mesmo discurso de corte

progressista, porém conservador, que conseqüentemente se acham distanciados das necessidades básicas da população sofrida que sobrevive neste território.

### *RECOMENDAÇÕES*

Nas propostas de uma política pública agrária, considera-se e já há muito tempo, a ocorrência de transformações no meio rural e o posicionamento dos atores das agências públicas neste processo, fundamentando numa compreensão ideológica neoliberal de que as antigas relações de produção neste meio não mais persistirão e que a participação do produtor familiar na sua melhoria de condições de vida sócio-econômica, já o deslocam de uma agricultura de subsistência, para uma economia de mercado que supõe o seu acesso a uma renda monetária por uma determinada realidade econômica, transformação essa que não é tão simplória assim, pois o mercado com toda a sua formação é uma estrutura complexa, dotada de uma individualidade que expressa sua historicidade. Nela coexistem, interagindo como partes de um todo, uma estrutura cultural e uma estrutura de decisões intrinsecamente normativas.

Esse discurso se estende ainda mais para os produtores familiares, onde enfatiza que a estes cumprem realizar um esforço concentrado no sentido de melhorar a qualidade de seus produtos, pois se avalia que as grandes estruturas mostram-se capazes de oferecer respostas eficazes e servem como fontes de inspiração de impulsos modernizantes, exercendo sobre este território e aos produtores menos eficientes, uma força de atração que os induzem a adotarem sistemas de funcionamento mais organizacionais. Esse discurso serve apenas para encobrir a realidade da agricultura familiar no Projeto Bebedouro e no pólo de Juazeiro-Petrolina, deixando aparente que nesta região há uma simetria na busca dos mesmos

objetivos, e com isso reforçar uma amálgama de fatores sistêmicos que impulsionem o desenvolvimento regional deste pólo e nesse escopo, esconder as possíveis fontes de atrito e assim, ampliar as áreas de comum interesse de um determinado grupo.

Esta nova fase de especialização produtiva da agricultura irrigada praticada no pólo Juazeiro-Petrolina cria condições favoráveis nas grandes corporações e ao mesmo tempo consolida a capacidade econômica e política para monopolizar tecnologia e ciência e que nesse atual quadro confere as estas, oportunidades de acesso a novos recursos tecnológicos que se traduzem em critérios de alta rentabilidade. Esses novos modelos de gestão organizacional associado a este acelerado processo de capitalização da produção agrícola através dessas grandes organizações, estão vinculados à expansão de determinados cultivos e à capacidade de incorporar novos serviços e infra-estruturas à produção, e à taxa de retorno ao capital.

A distribuição dos recursos tecnológicos, assim como dos serviços institucionais que os acompanham são destinados, sobretudo às áreas já dotadas de obras de infraestrutura e nas quais há uma agricultura com possibilidades de expansão, o que não é o caso do Projeto Bebedouro. Como bem lembra Gilberto Dupas, “Não se trata de ir contra o desenvolvimento tecnológico, adotando um posicionamento reacionário. A questão é bem outra e acrescenta: a tecnologia pode e deve se submeter a uma ética que seja libertadora a fim de contemplar o bem estar de toda sociedade, presente e futura, e não apenas colocar-se a serviço de minorias ou atender necessidades imediatas” (Dupas, 2001: 18).

Cabe as agências pública setorial e especificamente a CODEVASF, como agente externo interveniente numa realidade social rural dotada de peculiaridades próprias e com passos mais largos e com menor peso burocrático, introduzir

transformações organizacionais e tecnológicas para alterar componentes das estruturas de produção cultural e do exercício do poder, que possam resultar em reconhecimento ou aprovação, em ganhos maiores e que contribuam à integração social e econômica dos produtores familiares envolvidos diretamente no processo de desenvolvimento da agricultura do Projeto Bebedouro e outros projetos públicos de irrigação.

Neste ambiente atual, as relações sociais se processam, dentro de restrições impostas pelas estruturas do sistema econômico que contribuem para acentuar a distância entre os que detêm os meios de produção e aqueles que não tem acesso direto aos mesmos. As necessidades destes produtores familiares estão se agravando ainda mais, pois lhes faltam condições para garantia de sua própria manutenção e de sua família, por não disporem de excedentes de produção para reposição de bens materiais não produzidos diretamente. Nestas condições, tornam-se evidentes desigualdades sociais geradas por necessidades que permanecem desatendidas quando apenas uns poucos detêm a posse dos recursos tecnológicos e de outros meios de produção, de modo a serem apenas estes o que *tem*, os que *sabem*, os que *decidem*.

Apesar de algumas intervenções da CODEVASF no Projeto Bebedouro, a maioria dos agricultores familiares parecem não alcançar ou mesmo integrar-se à chamada sociedade de consumo. Não somente por este aspecto, mas tantos outros, as ações dessa agencia e tantas outras, parecem perderem a sua relação de coerência com suas intenções de uma verdadeira política pública. Seu modo de intervenção visa mais obras físicas do que reais alternativas de mudanças sócio-econômicas e tecnológicas a esse coletivo

Estas constatações indicam que as ações de uma política social envolvem não somente o econômico, mas tem uma dimensão própria que resulta da concepção de

realidade social como uma totalidade concreta. Abrange também a estrutura cultural que é expressão dos valores e do conhecimento produzido pelos atores sociais em interação e ainda à estrutura política para a qual convergem os processos participativos.

Ainda nesse contexto, a agricultura do Projeto Bebedouro e demais perímetros de irrigação, quanto ao seu progresso em termos de modernização e processos tecnológicos, por se tratar da aplicação de conhecimentos derivados de ciência, só poderá se desenvolver no seu aspecto econômico e social, à medida que também progridam as relações de produção em uma determinada formação social, ou seja: os agricultores familiares.

É de suma importância que as agências públicas setoriais compreendam que essa categoria só poderá ser entendida, se for analisada à luz de um conhecimento que não subordine o seu desenvolvimento à exclusiva dependência do avanço do progresso tecnicista. Neste sentido, a imagem que se tem da agricultura familiar no Projeto Bebedouro e demais perímetros públicos de irrigação, como espinha dorsal para melhoria de vida de uma sociedade ainda atrasada tecnologicamente como a do nordeste, será tanto mais limitada, quanto menor for o interesse dos órgãos públicos do Estado na resolução dos problemas sociais.

Os recursos da tecnologia e da ciência dos quais se utilizam essas agências, poderiam emprestar à sua atuação um caráter mais impositivo, visto que os meios e os recursos de que se valem esses produtores familiares, a exemplo do Bebedouro, os colocam a distancia dos valores, crenças e pautas culturais, no que diz respeito ao modo de ser e de comportar-se.

Estes princípios podem orientar as relações de inteiração organizacional e tecnológica desses irrigantes, com vistas à transferência de conhecimentos a serem incorporados e instrumentalizados de modo racional por este coletivo.

E com base nestes princípios, que essas agências públicas, poderiam e podem optar por esse segmento maior da população rural. Os valores éticos doutrinários destes princípios devem definir a natureza e os limites das relações dessas agências públicas, de modo a não se tornarem substitutivas da iniciativa e livre expressão do homem rural ou marcada pelo autoritarismo de uma classe dominante e de seus representantes nos parlamentos e nos acordos e barganhas estabelecidas entre ambos, sempre regidas pelas regras de um relacionamento imposto segundo os interesses dos que detêm o poder.

A valorização desses dois segmentos é condição para transformação da realidade social em que se encontram atualmente. Neste princípio, parte do pressuposto de que esta mudança envolve transformações continuadas e progressivas nas estruturas econômicas, sociais e políticas que se mostram interdependentes e tem como principal agente (pelo menos deveria) o homem do campo. Em coerência com este princípio ético, cabe a estas agências institucionalizadas pelo Estado e com recurso do mesmo, como agente interveniente neste processo de mudança, contribuir à passagem de uma situação para outra favorável, à maioria daqueles ainda sem condições de acesso e controle dos meios e fatores de produção.

Neste início de século é de fundamental importância à tomada de consciência desta situação, pois o modelo de desenvolvimento adotado até o atual momento apenas segregou população em grandes espaços periféricos, tornando-se um colapso a administração de grandes cidades.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sergio (1991). A experiência precoce da punição, in MARTINS, José de Souza. O massacre dos inocentes,

AGUIAR, R. Conde (1986). Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil, São Paulo, Polis.

AGRIBUSINESS. (2003) Irrigação movimenta mercado de equipamentos. Gazeta Mercantil, Nordeste, 21 de Fevereiro.

Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (2000). Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Petrolina/Juazeiro. Fortaleza;

BARREIRO, Iraíde Marques de F. Educação Rural Capitalista. Campinas, 1989. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

BECK, Ulrich (1999). O que é Globalização. São Paulo. Ed. Paz e Terra,

BENDINI, Mônica. ENTRE MAÇÃS E PÊRAS: GLOBALIZAÇÃO, COMPETITIVIDADE E TRABALHO. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org). Globalização Trabalho Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

BENJAMIN, César (1998). A opção brasileira. Contraponto: Rio de Janeiro

BONANNO, A. (1999) A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE: FORDISMO E PÓS-FORDISMO NO SETOR AGROALIMENTAR. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org). Globalização Trabalho Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

BRITTO, Maria Creusa de Sá. (1995) Petrolina - origem, fatos, vida, uma história. Prefeitura Municipal de Petrolina.

BRUMER, Anita; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (1994) Editorial. Cadernos de Sociologia Porto Alegre, PPGS, UFRGS, 6:3-8. (Número especial sobre Produção Familiar, processos e conflitos agrários).

CASTELLS, Manuel. (1999) A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro 2ª Ed. Editora Paz e Terra

CAVALCANTI, Josefa Salete B. (1999) (Org). Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Co-editores: Mônica Bendini e José Graziano da Silva. Recife, Ed.da UFPE

CAVALCANTI, Josefa Salete B. (1999) Desigualdades Sociais e Identidades em Construção na Agricultura de Exportação. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Ano 5, nº 9

CAVALCANTI, Josefa Salete B e SILVA, Ana Cristina Belo da.(1999) ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E O TRABALHO DE HOMENS E MULHERES NA FRUTICULTURA DE EXPORTAÇÃO: O caso do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org).GlobalizaçãoTrabalhoMeioAmbiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE

CHILCOTE, R. C. (1991) Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste. São Paulo Universidade de São Paulo

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL *Relatório de atividades*. Salvador, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *As sementes de amanhã*. Brasília; 1999

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VALE DO SÃO FRANCISCO *JuazeiroBahia*.Brasília, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO *CODEVASF - PERNAMBUCO*. Brasília; 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VALE DO SÃO FRANCISCO. *Inventários de projetos*. 3ª. Ed. Brasília; 1999.

COSTA, Wanderley Messias. (1988) O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo. Contexto

CUNHA, João Fernandez da. (1978) Memória Histórica de Juazeiro. Salvador.

DAOU, A.M.L. (1989) Políticas de Estado e organização social Camponesa: a barragem de Sobradinho. Tese de Mestrado, mimeo. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS

DEMO, Pedro. (1988) Pobreza Política. São Paulo: Cortez/ Autores Associados.

DUPAS, Gilberto (2001) Ética e Poder na Sociedade da Informação. São Paulo Editora UNESP

FRANCA Celso. (2004) *COMEMORAR O QUE?*. Gazzeta do São Francisco, Petrolina, 20 de Janeiro.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – 2000.

GIDDENS, Anthony. (1991) *AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE*. São Paulo, Editora UNESP

GRAZIANO NETO, Francisco (1994) *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura*. Barcelona: 2ª Ed. Ediciones Península

GRAZIANO DA SILVA, José ( 1985). *O QUE É QUESTÃO AGRÁRIA*. São Paulo, Editora Brasiliense.

GRAZIANO DA SILVA, José (1978) *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, HUCITEC

GRAZIANO DA SILVA, José. (1998) A globalização da Agricultura. IN: Silveira, Miguel <sup>a</sup> e VILELA, Sergio L.de O. (Org.) *Globalização e Sustentabilidade da Agricultura*. Jaguariúna: EMBRAPA/CNPMA

GRAZIANO DA SILVA, José. (1999) *AGROINDÚSTRIA E GLOBALIZAÇÃO: O caso da laranja no Estado de São Paulo*. IN: CAVALCANTI, Josefa Saete B. (Org). *Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*: Recife, Ed.da UFPE

GUIMARÃES, A. P. (1982) *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric. (1995) *Era dos Extremos: o breve século xx* São Paulo: Companhia das Letras

IANNI, Octávio. (1997) *A era do globalismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1999) *A sociedade global*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARTINS, José de Souza. (2000) *O futuro da Sociologia e sua contribuição para qualidade de vida rural*. (Estudos Sociedade e Agricultura, outubro, nº 15)

MARTINS, Paulo Henrique. (2001) *Imagens Ambivalentes da globalização in: Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, vol. 5, nº02;

\_\_\_\_\_. (2002) *Cultura autoritária e aventura da brasilidade*. In: BURITY JoanildoA. (Org) *CULTURA E IDENTIDADE: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. (1969) *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*. Recife. UFPE.

OLIVEIRA, Edístia Maria<sup>a</sup> Pereira de. (1994) O único caminho para mim é aprender a trabalhar. Recife: Ed. Universitária da UFPE

OLIVEIRA, F. (1997) *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra

OLIVEIRA, Lúcia Marisy. (1998) Dois anos em um: a realidade do cotidiano feminino condições de vida e de trabalho das mulheres rurais que atuam na produção de uva. Salvador, SETRAS,

OLIVEIRA, Augusto. (1991) Impactos econômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-Juazeiro, Recife. UFPE

OLIVEIRA, Lúcia Marisy e SOUZA, Maria Letícia. (1999) *Perversão ou Exclusão Social?* Juazeiro-Bahia, UNEB

OS NÚMEROS da Miséria em Pernambuco. (2003) Gazzeta do São Francisco, Petrolina, 19 dezembro.

PANORAMA SETORIAL/GAZETA MERCANTIL (1998). Análise Setorial - Fruticultura. Vol.I, II e III. São Paulo.

PESSOA, Jadir Morais. (1999) A revanche Camponesa. Goiânia: Editora da UFG

PORTO, M. S. G e SIQUEIRA, D. (1994) “A Pequena Produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, *Cadernos de Sociologia*, 6: 76-88.

POSSÍDIO, Lúcia et alli. (1997) Homicídios em Petrolina - O espaço construindo a violência. Recife Mimeo, UFPE.

SAMPAIO, Teodoro (1938) O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Salvador. Cruzeiro

SANTOS, Milton. (2000) Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton. (2001) Homenagem ao geógrafo. revista Cadernos do Terceiro Mundo, Junho nº 233

\_\_\_\_\_ (2000) TERRITÓRIO E SOCIEDADE-Entrevista com Milton Santos. São Paulo. Editora Perseu Abramo.

SCIARRA, Eduardo. (2000) O melhor caminho para investimentos produtivos. Gazeta Mercantil – Nordeste, 21 fev.

SENNETT, Richard. (2000) A Corrosão do caráter. São Paulo. Ed. Record.

SEREJO, Tereza Cristina Leal (1981) Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro UFRJ

SIQUEIRA, Deis.OSÓRIO, Rafael. (2001) O conceito de Rural. (UMA NUEVA RURALID EM AMÉRICA LATINA?). Buenos Aires CLACSO, Janeiro.

SOBRINHO, Barbosa Lima. (1951) Documentos históricos sobre a Comarca do São Francisco. Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, Recife.

VIEIRA, Liszt. (2001) Os argonautas da cidadania – Rio de Janeiro. Record

VITA, Olavo de (1989) Sociologia da Sociedade Brasileira. O Caráter Autoritário do Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo. Editora Ática

WANDERLEY, M<sup>a</sup> de Nazaré B. (1977) “Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade”. *Ciência e Cultura*

\_\_\_\_\_.(1979) O camponês: um trabalhador para o capital. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_.(2001) A ruralidade no Brasil moderno.

Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.

Colección Grupos de Trabajo de CLACSO

# ANEXOS

## QUESTIONÁRIO

**1. Referência da propriedade/.( ou nº ).....**

**2. Quantos hectares possui a sua propriedade?.....**

**3.Nacionalidade.....4.Naturalidade.....**

**5.Escolaridade:**

- 1.( ) Não alfabetizado
- 2.( ) até a 4ª série do 1º grau
- 3.( ) da 5ª série até a 8ª série do 1º grau
- 4 ( ) da 1ª série até a 3ª série do 2º grau
- 5.( ) superior incompleto
- 6.( ) superior completo ou mais

**06. Como O Sr.(a) adquiriu esta propriedade?**

- 1.( ) Comprou de terceiros
- 2.( ) Arrendou de outro
- 3.( ) Doação
- 4.( ) Herança
- 5.( ) Outro. Qual?.....

**07. Há quantos anos possui esta propriedade?.....**

**08. O Sr.(a) vive da propriedade como fonte de renda, ou apenas vive na propriedade como simples moradia?**

- 1.( ) Vive unicamente da propriedade, como fonte de renda
- 2. ( ) Vive da propriedade e tem outra atividade
- 3.( ) Vive na propriedade como moradia e tem outra atividade
- 4.( ) Vive na propriedade e não tem outra atividade
- 5.( ) Outra opção. Qual?.....

**09. E os outros membros da família como vivem?**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**10. Qual era a sua situação antes de possuir esta propriedade?**

1.  Funcionário público
2.  Funcionário de empresa privada
3.  Autônomo
4.  Desempregado
5.  Empregador de outra empresa
6.  Empregado doméstico (a)
7.  Estudante
8.  Vivia de rendas
9.  Dono(a) de casa
10.  Aposentado(a)
11.  Trabalhava em negócios da família
12.  Agricultor em área de sequeiro
13.  Outra. Qual?.....

**11. Tinha experiência anterior ou conhecimento na agricultura irrigada?**

1.  Sim 2.  Não

**12. Se respondeu sim na pergunta anterior, diga se sua experiência foi como:**

1.  Funcionário em outra empresa
2.  Sócio de outra empresa
3.  Alguém da família tinha atividade similar
4.  Outra, qual?.....

**13. Porque resolveu adquirir essa propriedade? (admita mais de uma opção)**

1.  Tinha capital disponível
2.  Recebeu alguma indenização
3.  Tinha experiência anterior
4.  Estava insatisfeito no seu trabalho anterior
5.  Estava desempregado
6.  Identificou uma oportunidade de negócio
7.  Aproveitou oportunidades oferecidas pelo governo
8.  Outra razão, qual?.....

**14. Qual ou quais os tipos de produtos que são produzidas em sua propriedade?**

1.  Manga
2.  Uva
3.  Côco
4.  Feijão
5.  Goiaba
6.  Melão
7.  Cebola
8.  Banana
9.  Outros, quais?.....
10.  Nenhum

**15. Quem participa com o sr.(a) na sua produção?**

1.  trabalhadores de carteira assinada
2.  trabalhadores sem carteira assinada
3.  parentes (qual o grau de parentesco?).....
4.  participa sozinho

**16. O Sr.(a) faz uso de algum tipo de recurso tecnológico na sua produção?**

1.  Sim
2.  Não

**17. Se sim, qual ou quais?.....**

.....

**18. Se não, porque não faz? .....**

.....

**19. O Sr.(a) recebe alguma visita de técnicos de algum órgão público ensinando ou auxiliando na sua produção?**

1.  Sim
2.  Não

**20. Se sim, com que frequência ocorre estas visitas?**

1.  Uma vez ou mais por semana
2.  Uma vez ou mais por mês
3.  Uma vez ou mais por ano

**21. Se não, porque?**

.....

.....

.....

.....

.....

.....

**22. Quais os equipamentos existentes na sua propriedade para auxiliar na sua produção?**

.....  
.....

.....  
.....

**23. Como adquiriu esses equipamentos?**

- 1.  Comprou novos, financiados
- 2.  Comprou novos à vista
- 3.  Comprou usados, financiados
- 4.  Comprou usados à vista
- 5.  Recebeu como doação
- 6.  Outra, qual?.....
- 7.  Não possui equipamentos

**24. No seu entendimento, quais são as principais dificuldades de acesso ao crédito agrícola para os agricultores**

- 1.  Juros elevados
- 2.  garantias reais
- 3.  Exigências de movimentação de conta corrente ou agente financeiro
- 4.  Dificuldade no preenchimento de proposta para o agente financeiro
- 5.  Dificuldade em tirar empréstimo por não ter o título da terra
- 6.  Falta de informação sobre as linhas de credito existentes
- 7.  Não tem dificuldade
- 8.  Não sabe
- 9.  Outra, qual?.....

**25. É associado a alguma cooperativa ou empresa distribuidora?**

- 1.  Sim 2.  Não

**26. Se não, porque?**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**27. Na sua produção existe alguma relação comercial com grande empresa?**

- 1  Sim 2  Não

**28. Que tipo de relação?.....**

.....



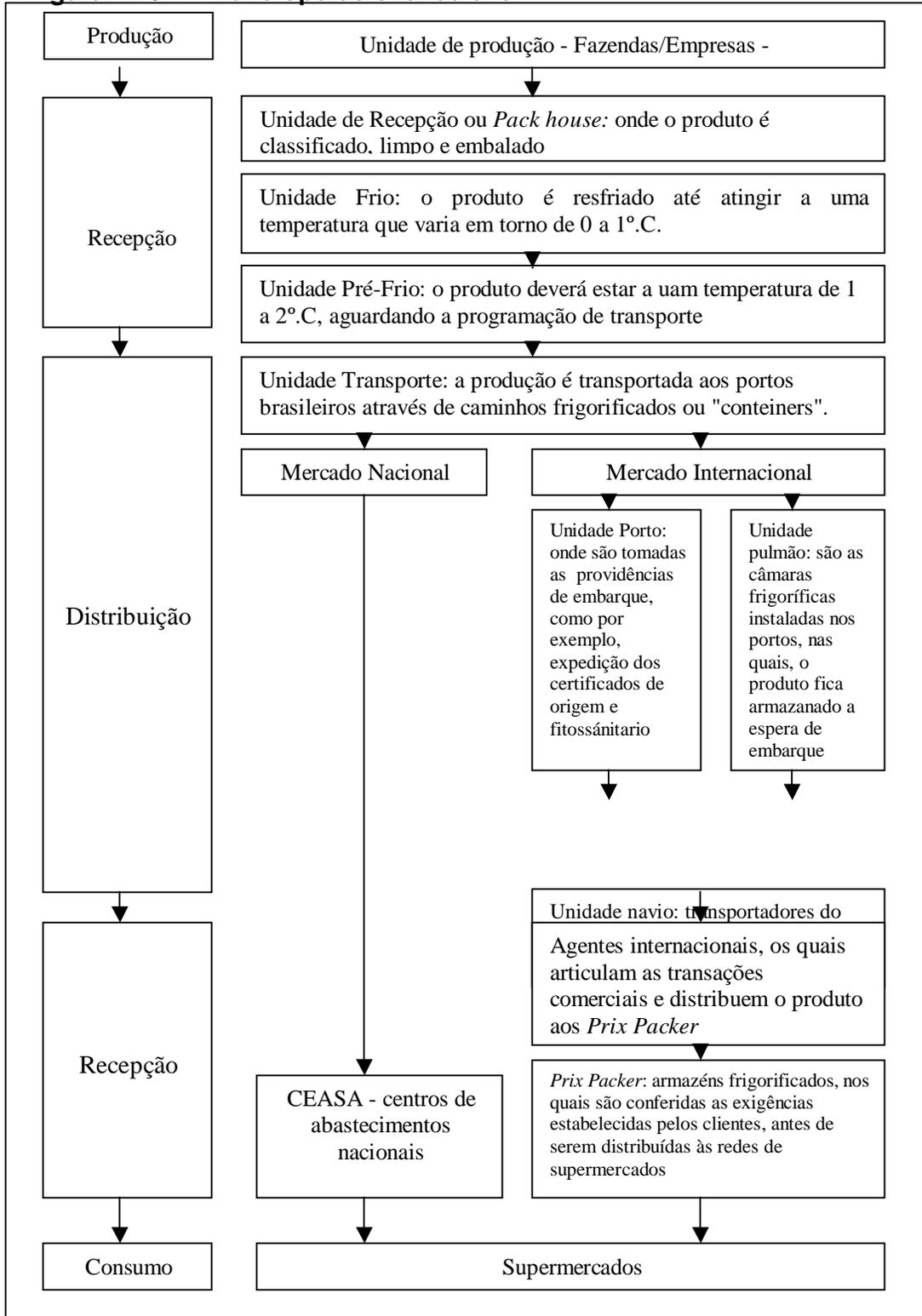
**Figura 01: Participação da Família Coelho na política local, estadual e nacional**

Período	Prefeito	Vereador	Período	Deputado Estadual	Deputado Federal	Senador	Governador
47-51	J.Ferreira da Silva	José S. Coelho	47-50	Nilo Coelho			
52-55	J.Almeida da Silva	José de S. Coelho	50-54		Nilo Coelho		
55-59	José de S. Coelho	Adalberto Coelho	54-58	Oswaldo Coelho	Nilo Coelho		
59-63	Luiz Augusto Guimarães	José de S.Coelho	58-62	Oswaldo Coelho	Nilo Coelho		
64-69	José de S. Coelho	Geraldo de S. Coelho	62-66	Oswaldo Coelho	Nilo Coelho		
69-73	Simão Dourado	Geraldo de S. Coelho	66-70		Oswaldo Coelho		Nilo Coelho
73-77	Geraldo de S.Coelho	Augusto de S. Coelho	70-74	H. Rocha*	Marco Maciel*		
77-82	Diniz Cavalcanti*	-	74-78	H.Rocha*	Marco Maciel*	Nilo Coelho	
82-88	Augusto de S. Coelho		78-82	Fernando Bezerra Coelho	Oswaldo Coelho		
89-92	Guilherme Coelho	Ciro Coelho	82-86	Geraldo de S.Coelho	Oswaldo Coelho		
93-96	Fernando Bezerra Coelho	Ciro Coelho	93-96	Geraldo de S.Coelho	Oswaldo Coelho		
96-2000	Guilherme Coelho	José Cristiniano Coelho e Renato Coelho	96-2000	Ciro Coelho	Clementino Coelho e Oswaldo Coelho		
2000/4	Fernando Bezerra Coelho		2003/06	Ciro Coelho	Oswaldo Coelho		
2004/8	Fernando Bezerra Coelho		2003/06	Geraldo de S. Coelho **  Ciro Coelho	Oswaldo Coelho		

Fonte: Câmara de Vereadores de Petrolina, Assembléia Legislativa de Pernambuco e Congresso Nacional

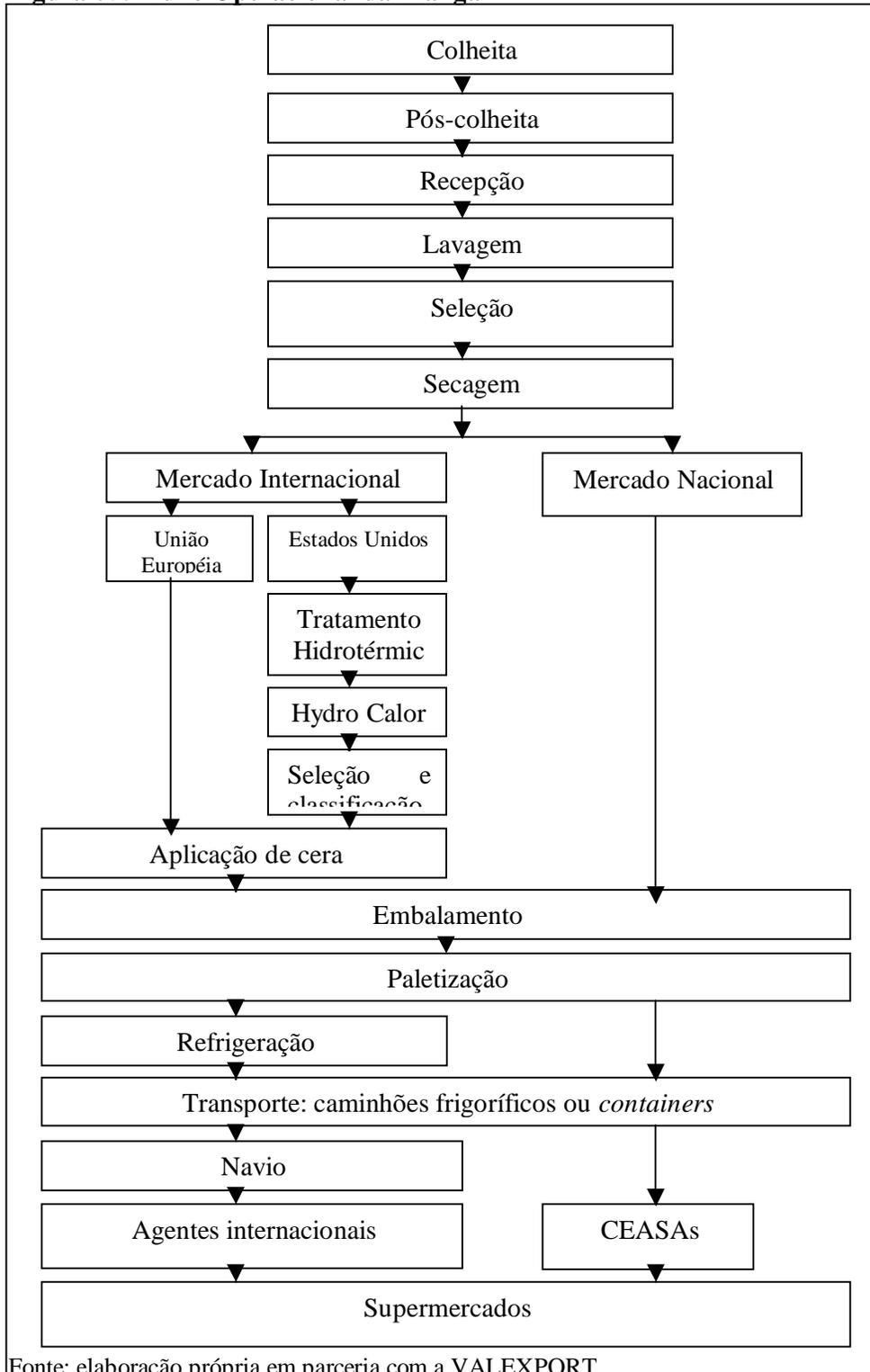
\* apoiados pelo grupo Coelho.      \*\* Suplente e assume em Janeiro/2005

**Figura III. 04 - Fluxo operacional da uva**



Fonte: Elaboração própria em parceria com a VALEEXPORT

**Figura 05: Fluxo Operacional da Manga**



Fonte: elaboração própria em parceria com a VALEXPORT